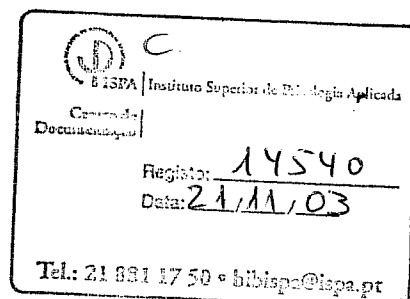




**POLARIZAÇÃO SOCIAL
REPRESENTAÇÃO ESPACIAL
E IDENTIDADE
da
Cidade de Lisboa**

Tese
Maria do Amparo Ferreira
orientação
Professor Dr. Albino Lopes



“- Não entendo como um arquitecto pode ser perigoso para a sociedade, pois os edificios nada têm a ver com a politica”.

“- Não homem, tu não sabes nada disto; o perigoso não é o edificio, mas a relação entre o edificio, a organização e os problemas sociais. Isto é que é perigoso”.

(Conversa entre um Subchefe da Polícia de Barcelona e um Subalterno; citada por Thornberg, in Burillo e Aragonés, p. 33, 1986.

Agradecimentos

O finalizar de uma tese de mestrado é sempre um momento privilegiado para nos interrogarmos e agradecermos às pessoas e ambientes que até aqui foram, de alguma forma, importantes para nós.

Em primeiro lugar, numa aldeia do Nordeste Transmontano, situa-se o ambiente da infância e da adolescência e os primeiros objectos de identificação. Agradeço aos meus pais e padrinhos pela forma como me educaram e pelos valores que me inculcaram e que me têm servido de alicerces na vida. Houve também amigos significativos que sempre me abriram a porta de um lar acolhedor e um ambiente que, paralelamente ao meu ambiente familiar, reforçaram a ideia de uma atitude de ajuda e partilha para com indivíduos que apresentam fragilidades sociais por forma a não caírem no que hoje se designa exclusão social: Casa Miranda.

Na idade adulta e, simultaneamente, em ambiente de trabalho e de estudo encontro novos objectos de identificação que me ensinaram que perante o trabalho devemos ter uma atitude de afectividade, dedicação e competência. Esta competência consegue-se através da constante curiosidade pelo estudo, investigação e discussão de ideias. Agradeço aqui à Maria Amélia e ao Albino Lopes.

Finalmente, quero agradecer ao Prof. Doutor Luís Soczka a quem devemos a introdução do pensamento da psicologia ambiental em Portugal, criando assim um espaço que permitiu a realização da presente tese.

Índice

Introdução	P. 6
I - Enquadramento da Investigação	
1. Contexto	8
2. Problema	10
II - Enquadramento teórico	
1. A cidade	
1.1. O desenvolvimento da análise social	12
1.2. A teoria ecológica	15
1.3. O centro urbano	23
1.4. A cidade global	28
1.4.1. A redefinição da identidade urbana	30
1.4.2. A pluridisciplinaridade da noção de identidade	34
1.4.3. A Polarização social	44
1.4.4. A delinquência	47
1.4.4.1. A prevenção da delinquência	56
1.4.4.2. Considerações sobre programas de prevenção	68
2. A psicologia do ambiente como metodologia compreensiva e de análise da relação homem-ambiente	
2.1. As perspectivas em psicologia do ambiente	73
2.2. A consolidação de um modelo	78
2.2.1. A perspectiva contextual-transaccional	79
2.2.2. Setting comportamental/lugar	81
2.3. Processos psicológicos e ambientais	
2.3.1. O território	84
2.3.2. O espaço pessoal	91
2.3.3. A apropriação	94
2.3.4. A cognição ambiental	95
2.3.5. O mapa mental	98
3. Síntese teórica e hipóteses	110
III - Método de investigação	
1. Objectivo	113
2. Design de investigação	
2.1. Variáveis	113
2.2. Amostra	114
2.3. Instrumentos	115
2.4. Procedimento	116
	118
IV - Apresentação e análise dos resultados	
V - Discussão dos resultados	144
VI - Conclusões e considerações finais	150
Anexo I - Instrumentos de recolha de dados	153
Bibliografia	156

- Esquema 1** - Processo social de produção e/ou readaptação arquitectónica - p. 34
- Esquema 2** - Modelo integrativo e explicativo da relação urbanização/crime - p. 51
- Esquema 3** - O lugar - p. 84
- Esquema 4** - Ciclo perceptivo da cognição ambiental - p. 97
- Esquema 5** - Imagem pública da cidade de Lisboa do G1 - p. 125
- Esquema 6** - Representação da associação entre elementos e item - p. 136
-
-

- Quadro 1** - Faseamento do projecto de prevenção - p. 72
- Quadro 2** - Áreas de interesse para a psicologia ambiental de acordo com as dimensões do ambiente - p. 77
- Quadro 3** - Relação e modalidade das transacções pessoa-ambiente e consequentes processos/fenómenos psico-ambientais - p. 78
- Quadro 4** - Breve caracterização da amostra - p. 115
- Quadro 5** - Número de elementos desenhados pelo G1 - p. 119
- Quadro 6** - Número de elementos desenhados pelo G2 - p. 119
- Quadro 7** - Síntese da análise dos desenhos - p. 120
- Quadro 8** - Análise das diferenças entre grupos - p. 121
- Quadro 9** - Elementos sem diferenças significativas dentro do G1 - p. 122
- Quadro 10** - Elementos com diferenças significativas dentro do G1 - p. 123
- Quadro 11** - Comparação dos valores da mediana referentes à escala de entidade p.126
- Quadro 12** - Associação da identidade da cidade de Lisboa com os elementos da imagem pública do G1 - 133
- Quadro 13** - Elementos associados a cada dimensão da identidade p. - 135
-
-

Gráfico 1 - Representação gráfica do item 2 - p. 127

Gráfico 2 - Representação gráfica da subescala da continuidade - p. 127

Gráfico 3 - Representação gráfica do item 10 - p. 128

Gráfico 4 - Representação gráfica da subescala da imagem externa - p. 128

Gráfico 5 - Representação gráfica do item 16 - p. 129

Gráfico 6 - Representação gráfica da subescala do envolvimento - p. 130

Gráfico 7 - Representação gráfica do item 18 - p. 130

Gráfico 8 - Representação gráfica da subescala da familiaridade - p. 131

Gráfico 9 - Representação gráfica da subescala do attachment - p. 131

Introdução

Após a 2ª Guerra Mundial desenvolve-se um conjunto de fenómenos sintomáticos de uma inadaptação social, gerada pelo desenvolvimento industrial e urbano, que se revela essencialmente nos jovens, nomeadamente através da delinquência. Estes problemas de socialização dos jovens são explicados como sendo consequência da dissolução dos laços sociais tradicionais e dos “falhados” da modernização, mais particularmente dos que não se integram num sistema educativo de massas (Galland, 1996).

A partir dos anos 70, o aumento do desemprego transformou a imagem da juventude, fazendo com que a representação em termos de crise de socialização se desvança e dê lugar a uma crise do próprio trabalho social visto cada vez menos como agente positivo de socialização e cada vez mais como um agente que participa no sistema da ordem e do controlo social.

Na década de 80 as questões sociais giravam à volta das noções de precaridade e da “nova pobreza”, próprias das sociedades modernas.

A partir dos anos 90 aparece a noção de exclusão para designar os problemas sociais provenientes da degradação do mercado de emprego, considerando-se que é preciso conhecer melhor as populações em situação de pobreza (Paugam, 1996).

A noção de exclusão coloca um grave problema: a dignidade pessoal. “A dignidade de uma pessoa passa pelo seu posicionamento na troca económica e social”(Foucauld, 1991). A relação de troca dá lugar à autonomia e sociabilidade. Privado de troca económica o excluído perde a sua capacidade de mudança cultural e vê-se envolvido num fenómeno em cadeia: a exclusão num domínio arrasta a exclusão nos outros.

Donde, exclusão não se reduz a um traço mas reenvia para um estado e uma série de encadeamentos circulares (Queiroz, in Paugam 1996).

Através do processo de exclusão põe-se em causa o sentimento de pertença, implicando que já não chega estudar as formas objectivas da exclusão pelos sentimentos ou representações que a acompanham mas compreender como o próprio processo de construção identitária está posto em causa. Não se trata de uma consciência dividida, despedaçada, mas antes desdobrada, eco de uma estrutura decepcionada (Queiroz, in Paugam, 1996).

O espaço desempenha um papel importante na atribuição do sentimento de pertença a um grupo. Este sentimento assenta na partilha de um sistema de valores que determinam a atribuição de atributos específicos ao espaço tornando-o relevante para todos (Palma de Oliveira, 1986).

Através de um sistema de comunicação próprio o espaço, surgindo como princípio de mediação, opera um sentimento de integração ou de exclusão no contexto social actual. Esta comunicação simbólica, apelando às recordações, transporta o indivíduo para lá de si próprio desempenhando a dimensão histórica um importante papel enquanto memória colectiva do passado, consciência crítica do presente e premissa operatória para o futuro. Para o excluído o ambiente aparece como portador de desigualdades, discriminação social e ausência de oportunidades (Carreteiro, 1993).

Partilhando a linha de pensamento de que através do espaço se operacionaliza o processo de polarização social, com o presente trabalho procurámos analisar como indivíduos integrados e indivíduos excluídos representam mentalmente a cidade de Lisboa, que sentimento de identidade face à cidade os mesmos indivíduos apresentam e em que elementos urbanos se apoia a construção da identidade.

Para o efeito procedeu-se à seguinte organização:

Primeiro, enquadra-se a investigação num contexto e num problema.

Segundo, apresentámos um enquadramento teórico onde analisámos, por um lado, o desenvolvimento da análise social das cidades com abordagem da teoria ecológica, a importância do centro urbano e a perspectiva global com as suas consequências ambientais, sociais e individuais; por outro lado, centrámo-nos nos contributos da psicologia, concretamente da psicologia do ambiente, na compreensão e abordagem destes fenómenos. Sintetizámos e definimos as hipóteses de estudo.

Terceiro, definimos o método de investigação: objectivo e design de investigação (variáveis, amostra, instrumentos e procedimento).

Quarto, apresentámos e analisamos os resultados.

Quinto, discutimos os resultados.

E, finalmente, apresentámos as conclusões e tecemos algumas considerações.

I - Enquadramento da investigação

1. Contexto

Alguns autores consideram que a escolha do tema de uma tese está associado a dois tipos de interesse: interesse teórico em si e o interesse pessoal do investigador (Lopes, 1991; Reto, 1991).

No caso do presente trabalho, em termos teóricos procuramos compreender uma realidade concreta partilhando, com Soczka (1989; 1993) a ideia de uma psicologia das pessoas que considere os seus cenários de vida reais, capaz de responder às interrogações acerca das transacções entre os processos psicológicos e as acções humanas, e os contextos e cenários quotidianos em que elas se desenrolam.

Adoptar-se-á pois uma perspectiva transaccional cujo modelo causal assume propriedades holísticas, ou seja, centra-se sobre as totalidades e analisa as relações em mudança entre aspectos psicológicos e ambientais de unidades holísticas, envolvendo num movimento compreensivo as pessoas, os seus processos psicológicos e os ambientes, encarados como inseparáveis (Altman e Rogoff, 1987; Soczka, 1993).

Neste sentido, não podemos deixar de considerar que os resultados apresentados são apenas uma forma de compreensão de uma realidade em si complexa, o que significa que outros observadores, em momentos espacio-temporais diferentes, poderão recolher informação diferente.

É na base desta linha de pensamento que procurámos compreender um problema quotidiano concreto que se manifesta a todos os níveis da sociedade actual - a polarização (polarização mundial, polarização social, polarização económica, polarização laboral, polarização cultural, polarização urbana, etc.).

À volta desta problemática surgem discursos ideológicos de participação, educação, cidadania e redução das diferenças; evoca-se o passado e o afectivo como factores de integração. Com efeito, desenvolvem-se cada vez mais preocupações com os ambientes onde os indivíduos estão inseridos e reclama-se uma melhor qualidade de vida. Apela-se aos jovens atribuindo-se-lhes funções como *“as forças vivas da nação”*, dando-se-

lhe em troca um território instrumentalizado com equipamentos culturais, desportivos, etc.

Não obstante estas preocupações, muitos jovens estão hoje doentes da vida urbana que manifestam através de comportamentos como o suicídio, a vadiagem, a marginalização, a delinquência e a toxicodependência. Uma análise desta situação permite-nos constatar que são os jovens provenientes de meios desfavorecidos que apresentam mais frequentemente estes comportamentos. Verifica-se que a palavra e o diálogo com eles não funcionam, o contacto é difícil e a problemática do seu sentimento de pertença à sociedade põe-se de maneira evidente (Queloz, 1994).

É neste contexto que decidimos escolher como campo de estudo mais restrito a articulação entre polarização social, representação e a identidade de um espaço concreto.

O interesse pela representação e identidade espacial surgiu com a frequência do mestrado que está na origem da elaboração deste trabalho, teve uma breve abordagem com o trabalho da cadeira de cognição ambiental e uma primeira sistematização de conhecimentos com a realização de um pequeno estudo sobre a familiaridade e representação espacial para apresentação no IV Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Este pequeno estudo permitiu-nos considerar que nos indivíduos muito familiarizados com um espaço a representação espacial remetia para a identidade desse espaço, ou seja, apresentavam uma representação holística do espaço, enquanto indivíduos pouco familiarizados transmitiam a sua experiência com esse mesmo espaço, o que levava a uma representação espacial egocêntrica.

A partir daqui desencadeou-se um interesse pessoal por uma reflexão mais sistematizada pela representação e identidade espacial e alargou-se o campo de interesse para a sua articulação com uma problemática actual - a polarização social e urbana.

2. Problema

Vários estudos têm vindo a considerar que a sociedade actual é maioritariamente urbana e que haverá tendência para um aumento rápido da urbanização em termos futuros.

Em Portugal, país marcadamente rural, arraigado a modos de produção arcaicos, de economia débil e sociologicamente eivado de traços culturais pré-industriais, o crescimento urbano é sobretudo um fenómeno do Séc. XX e profundamente ligado à macrocefalia lisboeta (Soczka, 1989).

Quando se analisa o fenómeno urbano deparamo-nos com duas perspectivas. Uma perspectiva centra-se mais nas populações e outra mais nos espaços, contudo ambas acabam por se interrogar sobre a articulação destes dois aspectos. Verifica-se que as estruturas morfológicas produzidas e sedimentadas ao longo dos tempos, como ruas, prédios, monumentos, sobrevivem às circunstâncias económicas, sociais e culturais e impõem-se aos agentes da vida urbana como tantos outros quadros relativamente constrangedores. O mesmo acontece com a composição dos grupos sociais, com a sua distribuição territorial, com as imagens e recordações associadas a cada lugar da cidade. Considera-se, assim, que o mundo urbano constitui um meio específico, feito de pessoas e coisas reunidas e distribuídas segundo uma certa ordem, que é possível modificar sob efeito de acções humanas mas que ao mesmo tempo lhes determina o contexto e as condições de execução, ou seja, a forma de agir e de pensar.

Actualmente, com o processo de globalização que caracteriza as sociedades actuais e as suas consequências no tecido sócio-económico, cultural e político, as cidades passam a assumir um papel de centro decisional e de informação, originando a produção de bens de valor simbólico e informacional.

Tal processo impõe às cidades uma nova dinâmica interna e externa o que vem provocar dois importantes impactos: redefinição da identidade urbana e a polarização social com a consequente polarização urbana.

Começa-se a falar de indivíduos integrados a quem estão associados elevados níveis de qualificação académica, e indivíduos excluídos, muitas vezes, desprovidos de qualquer tipo de qualificação.

Os indivíduos integrados conseguem decifrar os novos valores sociais transmitidos pelos novos bens produzidos e assim influenciar a nova dinâmica, enquanto os indivíduos excluídos, acabando por cair, progressivamente, em situações de desqualificação social, pobreza e, por vezes, delinquência, ficam cada vez mais aquém dos novos valores sendo, conseqüentemente, afastados da dinâmica social e urbana.

Perante esta situação e considerando-se, numa óptica de psicologia ambiental, que a experiência dos indivíduos com determinado ambiente origina uma ligação emocional com as características desse ambiente, então a análise da representação mental e da ligação afectiva com um espaço será uma das formas de operacionalização do processo de globalização. Do nosso ponto de vista pressupomos que:

Se por um lado há uma cidade global que implica uma polarização social e urbana, logo decide sobre os espaços que as pessoas vão ocupar, e por outro lado há uma psicologia do ambiente que considera que nós temos necessidade de influenciar e dominar um ambiente, reflectindo as nossas imagens mentais a relação que estabelecemos com esse ambiente, então a forma como indivíduos considerados integrados e indivíduos considerados excluídos representam mentalmente a cidade de Lisboa há-de reflectir as implicações espaciais da globalização.

Especificamente abordar-se-ão as seguintes questões:

- 1- Quais os elementos da cidade de Lisboa que os indivíduos integrados e os indivíduos excluídos utilizam na sua representação espacial?
- 2 - Que identidade apresentam os indivíduos com a cidade de Lisboa?
- 3 - Haverá alguma relação entre os elementos representados e a identidade que os indivíduos têm com a cidade de Lisboa?

II - Enquadramento teórico

1. A Cidade

1.1. O desenvolvimento da análise social da cidade

Quando olhámos para uma cidade deparámo-nos com a oposição de dois pontos de vista: físico e social. A ligação destes aspectos tem levantado inúmeras polémicas e dado origem a inúmeras teorias, nomeadamente teorias que se dedicam à análise da influência da cidade no comportamento humano.

Nas cidades medievais a preocupação com a dinâmica urbana advém do desenvolvimento do comércio e das trocas de mercadorias próprios daquela época. Os mercadores e comerciantes, residentes na *sub urbe* (vertentes “abaixo da cidade”, situada, estratégica e simbolicamente, no alto do monte), enriquecem, autonomizam-se e transmitem à esfera urbana um sentido público de comunidade. A cidade cresce e floresce num movimento das margens para o centro. O dinamismo desta classe mercantil e comercial provocou alterações nas relações sociais, políticas e económicas da cidade, induziu a expansão do capitalismo e, com este, a preponderância crescente das relações cidade-cidade sobre as relações cidade-campo.

À medida que o capitalismo se industrializou, a cidade sofreu transformações, tornou-se um lugar de conflito aberto e de fragmentação social sem precedentes. A cidade é então considerada o cenário aberto da luta de classes (Engels). Este desenrolar inspirou uma vastíssima e aguerrida reflexão antiurbana vinda sobretudo da burguesia, que acusa a cidade de promover a degradação cívica e moral dos cidadãos, de precarizar a sua condição física e intelectual e de instigar a desordem, o vício e a doença. O campo e a vida rural surgem como alternativas e quando isto não é possível, os subúrbios são referidos como a solução mais segura, onde a família, a estabilidade e a comunidade de valores se podem desenvolver.

No século XIX, com a industrialização desenvolve-se um movimento do campo para as cidades, levando a que uma população predominantemente rural se convertesse noutra predominantemente urbana, o que originou o aparecimento de determinados comportamentos sociais que permanecem durante o século XX .

Lefebvre (1968) considera que apesar de todos os malefícios provenientes da urbanização, as cidades resistem albergando nos seus centros históricos produtos de uma lenta evolução e valores sociais e culturais. Esta constatação levou ao desenvolvimento de novas abordagens da cidade verificando-se a preocupação com a análise das consequências das cidades no comportamento humano por parte das ciências sociais e a articulação entre o físico e o social por parte da arquitectura.

Refira-se que a prevalência do social sobre o físico aparecia já como preocupação nos Tratados de Arquitectura no século XV. De acordo com Pereira (1987) a evolução da inclusão do social nas preocupações dos arquitectos teve a seguinte sequência:

1. Leon Battista Alberti e Francesco di Giorgi Martini (autores do primeiro Tratado de Arquitectura do século XV) assemelham a cidade a uma casa grande.
2. Em 1813, Francesco Miliza, escreve *“a cidade é como um bosque, porque a distribuição da cidade é como um parque. Requerem-se praças, cruzamentos e ruas em quantidade, espaçosas e rectas. Mas isto não basta; é necessário que a planta seja desenhada com gosto e com brio para que exista ao mesmo tempo ordem e extravagância”*.
3. Em 1858, Carlo Cattaneo (um dos primeiros urbanistas modernos) alerta para a cidade como sede dos factos importantes da História dos Homens.
4. Influência de Max Weber (1920) que acentua o valor social da cidade opondo-se a uma definição meramente quantitativa (dimensão) e sublinha a importância económica da urbe, mercado ou centro produtivo.
5. Em 1936, Pierre Lavedan, propõe a origem urbana como o domínio do Homem sobre a Natureza, que não se faz senão em conjunto, sendo, portanto, um fenómeno social por excelência onde se determina um conjunto de leis que submete um indivíduo à comunidade. Este fenómeno, primeiro apenas cingido a pontos precisos do território, tenderia a alargar-se, criando a urbanização do campo e apagar a tradicional oposição cidade/campo.
6. Em 1938, Lewis Mumford, alerta para a influência das formas urbanas sobre a formação da mente.

Paralelamente a estas preocupações surgiu o interesse pela ligação entre os problemas ambientais e os problemas sociais.

No século XIX, a dimensão excepcional da expansão económica nos EUA tinha provocado danos ambientais e desequilíbrios sociais de proporções gigantescas, de tal forma que: “para o fim do século parece ser cada vez mais evidente que todo o crescimento económico era conseguido por um custo tremendo de valores humanos e pela destruição de recursos naturais”(Donne, 1979).

O desenvolvimento urbano e industrial das cidades americanas processava-se num contexto em que os vínculos tradicionais eram quase inexistentes. As cidades que não contavam com mais de um ou dois séculos sofriam uma pressão de forças tão potentes e um processo de mudança de tal modo convulso que provocavam insanáveis desequilíbrios tanto nas estruturas urbanas como no conjunto social.

A partir de 1904 desenvolveu-se um movimento de protesto face a uma situação urbana caótica, perigosa e insane. Os fenómenos de desorganização social ligados à industrialização e à urbanização geraram protestos políticos e movimentos de reforma social. Surgiram grupos políticos como o *Greenbank* (movimento populista), o *Singee-Tax Movement* (movimento progressista); das igrejas protestantes nasce o *Social Gospel Movement* e do lado do povo surgem os *Muckrakers* que denunciam as injustiças políticas, morais e económicas. Os sociólogos surgem de entre os que esperavam utilizar a ciência para a eliminação dos males sociais.

Em Chicago, cidade particularmente sensível aos problemas da urbanização, especialmente no período de forte pressão demográfica que entre os anos 20-30 influi sobre a cidade com um crescimento de 670 000 habitantes, foram lançadas as bases científicas da investigação social nas áreas urbanas daquela que veio a ser a famosa Escola de Chicago.

Em 1925 a American Sociological Society realiza um congresso para homenagear os esforços de análise e interpretação desenvolvidos pela escola de Chicago desde 1916, onde ressalta o nome de *Park*. Deste congresso nasce oficialmente a sociologia urbana. Park tinha sido Muckraker e discípulo de Simmel e como princípios orientadores do seu trabalho destacam-se:

1. Influência da sociologia europeia;
2. Ligação entre sociologia urbana e ecologia;

3. Exigência pragmática de utilizar os resultados das investigações para intervir e efectuar reformas.

Criava-se desta forma a teoria ecológica da cidade.

1.2. A teoria ecológica

Do conjunto dos trabalhos que se têm desenvolvido no âmbito desta perspectiva destacam-se duas correntes: uma corrente analisa a cultura urbana e o seu impacte no comportamento do homem (Simmel, Park, Wirth); a outra corrente, parte da análise da interação homem-ambiente para compreender a dinâmica urbana e propôr um modelo de organização do espaço (Burgess), em que a cidade é vista como fruto da influência do homem.

Simmel (1903), adepto dos microuniversos e do sensível, recorre às representações mentais, aos modos de percepção/apropriação e à experiência vivida dos sujeitos para analisar as alterações sociais que surgem na viragem do séc. XIX para o séc. XX.

Considera que a influência do capitalismo e da monetarização da economia sobre as relações sociais se opera através de uma violenta ruptura espaço-temporal da metrópole, provocando a alteração das relações de causalidade social e a resposta sóciopsicológica e emocional dos sujeitos.

Parte de uma caracterização da vida nas metrópoles assente em: 1) uma constante mudança; 2) apelo ao carácter essencialmente racional da vida mental; 3) a produção destina-se a um conjunto de compradores desconhecidos (mercado); 4) a pontualidade, a calculabilidade e a exactidão impostas pela complexidade e pela extensividade da vida metropolitana; 5) o dinheiro é o denominador comum de todos os valores; 6) terreno da mais avançada divisão económica do trabalho; 7) implacável organização material.

Estas características produzem uma constante estimulação da mente humana, o que provoca no homem a necessidade de preservação da sua individualidade. Esta individualidade é construída e mantida através de uma resposta afectiva onde predomina:

a) uma atitude intelectual, em vez de uma atitude emocional, com aprofundamento da consciência e a criação de uma reserva mental menos sensível e mais afastada das zonas mais profundas da personalidade. Esta atitude manifesta-se por pragmatismo, indiferença pessoal, individualismo e egoísmo.

b) uma resposta fisiológica verificando-se uma constante estimulação nervosa resultante da acelerada mudança e da intensificação da racionalidade o que provoca a atitude blasé, ou seja a incapacidade de o homem reagir a novos estímulos com as energias adequadas. Esta incapacidade não significa que as coisas não sejam percebidas, mas antes que as coisas não são percebidas como significativas. Os estímulos surgem à pessoa num colorido homogêneo, monótono e cinzento, sem que possa haver preferência de uns em relação a outros. Trata-se de uma recusa de resposta por parte do sistema nervoso. Esta atitude torna-se mais saliente quando se compara as crianças urbanas com as crianças que crescem em ambientes mais estáveis e mais pacíficos.

c) uma atitude mental que se caracteriza por uma reserva interpessoal, que permite ignorar vizinhos de longa data, distância e indiferença em relação ao bairro e uma antipatia que permite a distanciação e a depreciação, sem as quais o tipo de vida citadina não poderia manter-se. Esta atitude dá ao indivíduo um determinado grau de liberdade pessoal que lhe permite dar forma à sua vida, manifestando particularismos e especificidades.

Quanto à organização do trabalho, a disputa pela clientela determina a especialização e a luta entre os seres humanos. Aparece a necessidade de o vendedor ter de incutir o sentimento de novas e singulares necessidades naqueles a quem pretende vender o seu produto. Promove-se assim a diferenciação, o grau de exigência e a qualidade das necessidades do público, o que, por sua vez, conduz ao aumento das diferenças entre as pessoas. Contudo, atingindo-se o máximo de especialização, provoca-se a degeneração da personalidade do indivíduo, resultante da constante actividade, do obscuro complexo dos seus sentimentos, vendo-se o indivíduo reduzido à condição de desprezível expressão numérica.

Wirth (1938)¹ define a cidade como um agregado relativamente extenso, denso e estável de indivíduos socialmente heterogêneos e considera que esta é produto do crescimento, e não da sua formação instantânea, donde as suas influências sobre os modos de vida reflectam os anteriores tipos de associação humana, apresentando a vida social das cidades, em maior ou menor grau, a marca da vida rural. A esta influência histórica acresce o facto de a grande maioria da população das cidades ser oriunda do campo.

A dimensão do agregado populacional afecta as relações entre os indivíduos (apresentam maiores diferenciações individuais) e a própria natureza da cidade. Verifica-se que quanto maior é o número de indivíduos em interacção, maior é a sua diferenciação potencial.

Assim os traços pessoais, as profissões, a vida cultural e as ideias dos membros de uma comunidade urbana, registam uma amplitude de variação superior à dos membros de uma comunidade rural. Estas diferenças originam a segregação espacial dos indivíduos com base na cor, na etnia, no estatuto sócio-económico, nos gostos e preferências.

As relações de parentesco, vizinhança e os sentimentos que decorrem de gerações de vida em conjunto, que suscitam laços de solidariedade, tendem a enfraquecer e a desaparecer e em sua substituição surgem a competição e os mecanismos formais de controlo.

Como defesa ao grande número de interacções a que a cidade obriga desenvolve-se o “carácter esquizoide” da personalidade, que se caracteriza por uma selecção do número de pessoas conhecidas de entre o conjunto das pessoas que se vêem e se cruzam na vida quotidiana e com quem se mantém uma relação menos profunda comparativamente à relação estabelecida entre os habitantes do meio rural.

Donde a cidade se caracteriza por uma predominância de contactos secundários, que são originados pelo facto de os habitantes da cidade se conhecerem uns aos outros através de papéis altamente segmentados: a satisfação das necessidades vitais leva à associação a grupos organizados, sendo os contactos impessoais, superficiais, transitórios e segmentados.

A relação com o outro tende a ser utilitária, no sentido em que o papel que cada um desempenha na nossa vida é encarado como um meio de atingir os nossos próprios

¹ Le phénomène urbain comme mode de la vie.

objectivos. Assim, se por um lado, o indivíduo ganha um certo grau de autonomia e de liberdade em relação ao controlo pessoal e emocional, por outro lado, perde a expressão espontânea da sua personalidade, a postura moral e a sensação de participação, o que provoca a anomia ou vazio social.

A densidade aproxima os contactos físicos mas afasta os contactos sociais. O mundo urbano valoriza o reconhecimento visual, o desenvolvimento e sensibilidade ao mundo dos artefactos e uma distanciação ao mundo da natureza.

As zonas da cidade especializam-se como consequência da luta pelo espaço que leva a que cada área tende a ser reservada à actividade que garante as melhores contrapartidas económicas. A densidade, o valor dos terrenos, as rendas, a acessibilidade, a salubridade, o prestígio, as considerações estéticas, a ausência de factores de perturbação como o ruído, o fumo e a sujidade, determinam a capacidade de atracção de várias áreas da cidade para a fixação dos diferentes sectores da população. Esta selecção faz-se em função de: lugar e natureza do trabalho, rendimento, características étnicas e sociais, estatuto social, costumes, hábitos, gostos, preferências e preconceitos. Onde pessoas de estatuto e necessidades homogéneas dirigem-se, consciente ou inconscientemente, ou forçados pelas circunstâncias, para a mesma área.

Consequentemente a cidade assemelha-se a um mosaico de mundos sociais, sendo a transição inter-mundos abrupta.

A heterogeneidade resulta da interacção social entre os vários tipos de personalidade que tende a complexificar a estrutura de classe, conduzindo a um quadro de estratificação social ramificado e diferenciado.

Devido aos diferentes interesses do indivíduo, decorrentes das diferentes facetas da vida social, este tem necessidade de adesão a vários grupos, respondendo cada grupo a um único segmento da sua personalidade. Mas nenhum grupo assegura, em exclusivo, a fidelidade do indivíduo surgindo a mobilidade, a instabilidade e a insegurança como regra essencial.

Os fundamentos económicos da cidade induzem uma acção de nivelamento social. À medida que as cidades se desenvolvem a relação monetária, contida na aquisição de

bens e serviços, substitui as relações pessoais de natureza associativa. Os indivíduos são substituídos por categorias sociais. Quando um grande número de indivíduos tem de fazer uso de equipamentos e instituições comuns, torna-se necessário adaptá-los às necessidades do utilizador-padrão (massas) e não às do indivíduo particular. Assim para participar na vida social, política e económica da cidade, o indivíduo tem de sujeitar parte da sua individualidade às exigências da comunidade e mergulhar nos movimentos de massas.

Nesta óptica, o modo de vida das cidades caracteriza-se por:

Adesão a grupos voluntários que permite ao habitante exprimir e desenvolver a sua personalidade, adquirir estatuto e conseguir desempenhar o rol de actividades que o seu percurso de vida comporta. Como estes grupos não conseguem garantir a consistência e a integridade da personalidade, surgem desarranjos psicossociológicos (perturbações pessoais, desordens mentais, suicídio, delinquência, crime, corrupção e insegurança) e problemas como a pobreza, a habitação, o planeamento urbano, o saneamento, a administração municipal, o policiamento, o mercado, os transportes, etc.

Sendo impossível atender individualmente ao grande número de isolados, desenvolve-se uma causa colectiva.

Manipulação das massas levada a efeito pelos símbolos e estereótipos manobrados por indivíduos que actuam invisivelmente ou à distância, nos bastidores, através do controlo dos meios de comunicação.

Relação social débil proveniente da preferência por grupos de parentesco fictícios e do desaparecimento da relação territorial.

Desintegração estrutural da cidade em consequência de uma série de ténues relações segmentares, sobrepostas a uma base territorial com um centro bem definido mas com periferia incerta.

Park (1952)² vê na cidade a imagem viva da nova sociedade, o laboratório que põe á disposição do sociólogo a mais completa e variada gama de fenómenos sociais,

² The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment

sobretudo os relacionados com a integração e coesão de uma formação social sujeita a um ritmo de mudança fulgurante. Considera objecto de estudo tudo o que sucede num contexto urbano. Segue a mesma linha de Simmel e Wirth, centrando o seu contributo na referência à estrutura da cidade como forma de articulação entre uma organização moral e física.

Estas duas organizações coexistem por um processo de interacção que as vai formando (e transformando) uma em relação à outra. O que atrai imediatamente a atenção dos indivíduos, devido à sua dimensão e complexidade, é a estrutura da cidade, que por sua vez assenta na natureza humana e é uma das suas formas de expressão. A estrutura surgiu como resposta às necessidades dos habitantes, mas, uma vez formada, impõe-se-lhes como um facto bruto exterior e influencia-os, em função da intenção e dos interesses que lhe são próprios e que manifestam de diferentes maneiras.

Donde estrutura e tradição não são mais que aspectos diferentes de um complexo cultural único, determinação do que é característico e específico da cidade.

Para Burgess³ existe uma relação estreita entre desenvolvimento económico, transformações sociais e organização do espaço. O espaço (a cidade) depende de determinada estrutura social, donde *“a cidade é o produto da sociedade”*.

A cidade é concebida como o produto da acção do complexo ecológico (sistema independente de vizinhança, da população, da tecnologia e da organização social), o que implica uma análise enquanto produto da dinâmica social de uma formação histórico-geográfica particular.

Constrói um modelo de crescimento urbano baseado numa zonificação progressiva e concêntrica. Este modelo parte de dois princípios: o princípio da competição (influência de Darwin e de Wirth) e o princípio da comunicação (influência de Simmel e Durkeim). Segundo o princípio da competição vê-se a sociedade constituída por indivíduos separados espacialmente, distribuídos territorialmente e capazes de locomoção independente. As relações espaciais dos seres humanos são o resultado da competição e da selecção, e estão num contínuo processo de mudança logo que novos factores

³ The Growth of the City: An Introduction to a Research Project

venham perturbar as relações competitivas ou facilitar a mobilidade. As instituições humanas e a própria natureza humana adaptam-se a certas relações espaciais dos seres humanos; quando estas relações espaciais mudam, a base física das relações sociais altera-se, originando problemas sociais e políticos.

No âmbito do princípio da comunicação defende-se que cada grupo social é solicitado pela consciente participação num fim comum e numa vida comum, tornada possível pela existência de uma linguagem e por um fundo de símbolos e significados comuns. O indivíduo na sociedade vive uma existência mais ou menos pública, na qual todos os seus actos são antecipados, controlados, inibidos ou modificados pelos gestos e pelas intenções dos seus semelhantes, isto é, vive de alguma maneira na mente dos seus semelhantes.

Estes dois princípios assentam em duas variáveis: uma refere-se ao grau de contraposição entre grupos e desloca-se entre cooperação e conflito; a outra refere-se ao grau de pertença do indivíduo ao grupo e desloca-se entre isolamento e co-envolvimento.

A articulação destas duas variáveis assenta na lógica da concorrência de que resultam as áreas naturais. Cada área natural, é o produto dos processos de ajustamento, tem uma função própria no contexto urbano e é expressão de formações espontaneas de agregados.

A partir das áreas naturais cria-se o ideograma de desenvolvimento urbano. Segundo este modelo as cidades crescem em torno de núcleos focais, constituído predominantemente pelas actividades comerciais e industriais dependentes do centro, o que permite regularidades na estrutura e distribuição das áreas naturais. As áreas naturais são socialmente características, o que permite dar relevo às relações entre aspectos espaciais e estrutura social. Neste sentido, a competição em que se origina a distribuição da população tende a seleccionar e a agrupar conjuntamente os semelhantes. Mas, diferentemente do sistema ecológico natural, em que as espécies mais fortes são mais privilegiadas na obtenção dos recursos mas não têm a capacidade de diminuir ou mudar o valor destes relativamente às outras espécies, no sistema ecológico humano a atribuição de valor a determinados recursos é apanágio dos grupos dominantes que

procuram não só apropriar-se de certos recursos, mas modificar o seu valor, deslocando a “desejabilidade” para os recursos que são, para eles, pouco apetecíveis.

O conceito de área natural engloba ainda um significado de tipicidade do facto urbano, o que permite que a cidade deixe de ser considerada como um produto meramente artificial, passível de adaptação às diversas necessidades, ou seja, deixa de ser considerada apenas como um artefacto, para passar a ser vista como um organismo com as suas leis típicas. Desta forma, cada cidade terá o seu próprio modelo e a sua naturalidade resulta da composição das suas áreas naturais: a cidade é uma constelação de áreas naturais cada uma com o seu ambiente característico e a sua função específica a desempenhar no conjunto da economia urbana.

A formação de zonas concêntricas deve-se aos processos de expansão-agregação e invasão-sucessão. A expansão-agregação é o processo de crescimento da unidade urbana, com a conseqüente acumulação de unidades populacionais num espaço e tempo determinado. O processo de expansão da unidade urbana geralmente suscita profundas transformações no seu interior, ou seja, modela a estrutura. O processo central desta estruturação é o da invasão-sucessão, que preside às formas e características da ocupação do espaço em cada cidade. Trata-se, pois, da passagem de um grupo social, de uma zona da cidade para outra (invasão). Se essa invasão é suficientemente importante e não encontra uma resistência equivalente, o tipo de ocupação do espaço é substituído por outro (sucessão).

A teoria das zonas concêntricas analisa a estrutura da cidade em cinco zonas:

Zona I - parte central da cidade, o mais interno dos círculos concêntricos, é constituída pelo bairro comercial e de negócios.

Zona II - área de transição, é o antigo centro histórico transformado em zona de actividade pela implantação de indústrias, lojas e escritórios.

Zona III - residência dos trabalhadores industriais, com deficiências de equipamento e de património imobiliário, geralmente superpovoada.

Zona IV - zona residencial, zona dos sectores de habitação edificadas à margem do antigo quadro urbano pelos estratos sociais médio e superior.

Zona V - zona de alternantes, compreende as unidades periféricas e as localidades-satélites, não incluídas totalmente na cidade, mas cuja vida está centrada sobre a mesma e que se encontram já em processo de absorção.

1.3. O Centro urbano

De entre as várias zonas constituintes da cidade o centro é considerado como o que melhor caracteriza a ideologia, a teoria e a prática que regem uma cidade. Normalmente é definido por expressões como “*O centro coração da cidade*” ou “*O centro cérebro da cidade*”, é objecto de vários tipos de análise e solicita-se-lhe o desempenho de vários papéis (Castells, 1984; Remy e Voyé, 1992; Wirth, 1938).

De entre o leque de perspectivas de análise do centro relevam-se as que consideram:

- 1) o papel integrador do centro;
- 2) o centro simbólico, enquanto resultado de um processo através do qual uma determinada sociedade se organiza relativamente aos valores expressos no espaço;
- 3) o centro funcional e ponto de intercâmbio, enquanto expressão da divisão social do trabalho, da especialização funcional e da ocupação do solo segundo a lei do mercado;
- 4) o centro lúdico, enquanto expressão do processo de formação de uma sociedade que valoriza cada vez mais o consumo, com diferenciação espacial dos lugares de ócio, seguindo a dicotomia cidade/campo, o que corresponde a uma separação entre habitat e trabalho, e à organização horizontal da cultura privada e massificada.

O centro integrador

Os urbanistas atribuem ao centro um papel preponderante no controlo do crescimento urbano. Devido às características da sua ocupação, permite uma coordenação das actividades urbanas, uma identificação simbólica ordenada destas actividades e, conseqüentemente, a criação das condições necessárias à comunicação entre os actores, o que por sua vez permite a constituição da ideia de comunidade urbana, ou seja um sistema específico, hierarquizado, diferenciado e integrado de relações sociais e valores

culturais. A organização ecológica tende a exprimir e a reforçar esta integração por meio e através da centralização dos símbolos e da constituição de um sistema de comunicação assente na participação espacial nos valores assim centralizados.

Nesta óptica, o centro assenta na ideia de reconstituir uma unidade social à volta de um foco de comunicação suscitado por uma zona central. Mais, a ideologia dominante quanto a planos de urbanismo tende a conceber uma importância essencial ao centro, considerando-o como elemento integrador. Quando se verifica ruptura de relações sociais ou fraca interiorização dos valores dominantes há que criar um pólo integrador, visível e adaptado, às características formais e às unidades urbanas que se pretendem integrar. As principais características ecológicas destes centros são: 1) concentração das actividades destinadas a favorecer a comunicação; 2) acessibilidade relativamente ao conjunto da zona urbana de que é centro; 3) aparecimento de novos limites dentro dos espaços centrais.

O centro simbólico

Uma cidade é também uma estrutura simbólica, um conjunto de sinais que facilita e permite o estabelecimento de contactos entre sociedade e espaço e a abertura a áreas de relação entre natureza e cultura. O plano de uma cidade exprime o “inconsciente urbano”. Para chegarmos à identificação das relações mútuas entre os actores e o seu quadro vital temos que analisar a organização do espaço e a forma como nele estão assinalados os ritmos e as actividades. Trata-se, pois, de identificar a comunicação estabelecida entre as representações e não apenas entre as funções - linguagem urbana. Está-se perante um sistema semiológico que nos permite compreender a comunicação que se estabeleceu entre os actores através da sua “situação semântica” localizada. O centro, ou centros, da cidade são os pontos-chave do campo semântico da aglomeração urbana, representando assim a espacialização dos sinais que constituem o eixo do sistema simbólico.

Contudo, caracterizar uma cidade pelos seus monumentos é insuficiente quando se pretende discernir ou explicar a sua estrutura simbólica. É também necessário debruçarmo-nos sobre outros sinais e determinar o sentido preciso de cada monumento,

não do ponto de vista histórico, mas na sua transcrição para o código de interacção que organiza as relações sociais.

O centro simbólico pode, então, ser definido como a organização espacial dos pontos de intersecção entre os eixos do campo semântico da cidade, ou seja como lugar (ou lugares) que condensa uma intensa carga valorativa em função da qual se organiza de maneira significativa o espaço urbano.

O centro funcional

Esta perspectiva de análise do centro vem da ecologia urbana que analisa os processos de divisão do trabalho e de especialização funcional.

Através desta análise o centro apresenta-se como a imagem do coração administrativo e comercial das grandes aglomerações, tendo como actividades fundamentais as comerciais e as de gestão (administrativa, financeira, política, ou seja intercâmbio de bens e serviços, coordenação e direcção de actividades descentralizadas).

A funcionalidade do centro assenta num duplo aspecto: 1) especialização do trabalho devido à centralização da gestão das actividades produtivas dos estabelecimentos industriais; 2) especialização geográfica de certo tipo de unidades de consumo e de serviços.

O tipo de actividades que aqui se encontram são do mesmo tipo das identificadas através da análise ecológica da ocupação do solo na zona central: intercâmbio, distribuição, gestão e transmissão de informações.

O centro como núcleo lúdico

Analisa-se o centro como concentração de lugares de diversão e de ócio, ou seja como implantação espacial das “luzes da cidade”.

Actualmente ao centro está associado a elevado poder cultural e consumo e é visto como mecanismo de inclusão/exclusão.

Segundo Castells (1984) nos últimos anos verificou-se uma dissociação espacial entre um centro simbólico (cidade histórica e monumental), de um lado, e um centro de

intercâmbio (centro de negócios), do outro. O centro simbólico, enquanto lugar que serve de ponto de referência para a identificação da linguagem urbana, desaparece. Os monumentos têm de ser reinterpretados enquanto elementos do novo sistema de sinais espaciais. A simbólica metropolitana poderá estar, actualmente, mais nas formas amplas e difusas das auto-estradas urbanas e nos espaços verdes do que concentrada em determinados lugares. O papel simbólico e a função comercial do velho centro tendem paulatinamente a dispersar-se espacialmente, a função residencial também tende a desaparecer, e o centro transforma-se em área de decisão.

Associada à actividade de decisão surge a produção e emissão de informação - em especial os mass-media, a edição, etc. - actividades dependentes em alto grau dos meios relacionados com a produção, com a troca de ideias e com o conteúdo social do centro, enquanto expressão do ambiente urbano.

Em consequência desta transformação do centro, surge a desertificação nocturna com o aparecimento de fenómenos de droga e de prostituição, a que acrescem a ausência de obras de beneficiação, restauro e conservação, ou então, muitas vezes, as obras efectuadas nos velhos prédios não obedecem às características primitivas dos edifícios.

Reaparece, assim, uma nova preocupação com a preservação e revitalização do conjunto arquitectónico e urbanístico do centro. O centro é agora analisado numa perspectiva pós-moderna considerando-se o enobrecimento do centro da cidade como significando uma inflecção de objectivos, da produção para o consumo, acompanhada de um novo poder cultural que encontra nos “empresários culturais”, e não nos anteriores gestores do desenvolvimento, os seus principais agentes. Este poder cultural surge no contexto de um consumo maciço de cultura, gerador de novos mecanismos de inclusão e de exclusão, cada vez mais alheios à produção e ao consumo locais e mais orientados pela globalização dos fluxos da informação, de capital e de produção cultural (Zukin, 1991; Connon e Wynne, 1997).

Para Connon e Wynne (1997) a influência deste poder cultural na zona baixa das cidades transforma o vernáculo fragmentado das antigas comunidades produtivas numa paisagem estética baseada no consumo. Várias cidades, nomeadamente as que possuem centros históricos, têm investido em projectos de renovação urbana baseados na cultura e no papel dos especialistas da cultura enquanto mediadores de novas modalidades de

consumo e destruidores do valor do lugar. Estes projectos baseiam-se na transformação de áreas históricas ou de zonas ribeirinhas em projectos residenciais e de comércio/lazer destinados a um mercado de elite associado a um elevado investimento cultural.

Assim, o ambiente vivido dos centros das cidades, resultante destas transformações, torna-se o lugar privilegiado para a reinvenção das identidades colectivas, incluindo as do passado. Isto porque para além de a cidade ser um lugar importante para a expressão da modernidade é também um lugar importante para a formação da identidade. O centro das cidades é um lugar privilegiado porque, para além de ser um espaço público, tem-se verificado que, nomeadamente em muitas cidades da Inglaterra, o processo de enobrecimento urbano se deu durante o período de declínio económico mais acelerado, proporcionando, assim, uma alternativa consistente ao sentimento de identidade (também em declínio) baseado na actividade profissional.

Acresce ainda que os novos espaços de consumo (clubes e pubs), resultantes deste enobrecimento, não discriminam abertamente a população local em termos de classe, sexo, idade, etc., pelo que os jovens trabalhadores de ambos os sexos reagem, apropriando-se de forma criativa dos centros das cidades durante a noite, reclamando certas áreas como suas. Por outro lado, a reestruturação económica teve também impacto sobre o alargamento dos períodos de transição vividos pelos jovens. O alargamento dos períodos de transição para o trabalho e para o casamento e o crescimento do consumo originou identidades condicionadas à utilização de espaços situados fora das relações de produção e da casa, assumindo a cidade e o uso que os jovens fazem do espaço urbano um carácter vital.

1.4. A cidade global

A cidade moderna, em especial a grande metrópole, caracteriza-se como sendo o berço de novos grupos e configurações sociais, novas formas de organização e de conflito, com os seus homogeneizantes e, simultaneamente, segregadoras ideologias e práticas de consumo, com as suas novas topografias (Matias Ferreira, 1997).

Nos anos 90 a análise do dinamismo urbano centra-se no fenómeno da globalização. Dentro desta perspectiva destacam-se os trabalhos de Tony King (1990), *Global Cities* e de Saskia Sassen (1991), *The Global City* que abordam-se duas grandes tendências:

- 1 - A importância do papel das transformações na produção industrial, sobretudo nas técnicas produtivas (automatização e informatização) e nas relações sociais (redefinição da divisão técnica do trabalho). Estas transformações são acompanhadas por um aumento da inovação tecnológica, através do aumento do trabalho qualificado de componente intelectual e da redução do trabalho de execução manual menos qualificado. Tais mudanças implicam uma redistribuição territorial do trabalho associada à formação de centros industriais e “tecnopólos” (Salais e Storper, 1993; in Matias Ferreira, 1997).
- 2 - A emergência de uma sociedade pós-industrial em torno do desenvolvimento das tecnologias da informação (Castells), dos serviços e do capital financeiro (Sassen, 1991). Esta perspectiva assenta na ideia de cidade global e de dualização do mercado de trabalho.

A expressão cidade global é usada pela primeira vez por Geddes (1915) para designar o urbanismo atento ao prévio levantamento das condições e necessidades locais e regionais como base da reconstrução da vida política, social e cultural da cidade.

Actualmente o conceito de cidade global encontra-se enquadrado no processo de globalização dos fluxos económicos, sociais, culturais e políticos que caracterizam as economias mundiais. De facto, e segundo Matias Ferreira (1997), as economias mundiais, nas últimas duas décadas, têm vindo a sofrer diversos efeitos de impacto distinto, como: o peso crescente dos serviços, nomeadamente de serviços

especializados, não dispensando um importante contingente de mão-de-obra de fracas qualificações, ligada aos próprios serviços, às empresas ou aos serviços pessoais de reprodução; a crescente perda de eficácia do Estado na protecção social dos cidadãos; as diversas reestruturações de um sector industrial, crescentemente robotizado, informatizado e orientado para uma produção de bens, que cada vez mais dependem do valor simbólico e informacional.

Estas mudanças são concomitantes com diversas mudanças territoriais, à semelhança do que sucedeu com as diversas fases de desenvolvimento da sociedade industrial, onde emergiram as actuais metrópoles.

Donde os actuais processos de intensificação dos serviços avançados e de “quartenarização”⁴ da economia e da cidade, têm vindo a motivar a reurbanização dos centros metropolitanos e a polarização social e económica das metrópoles.

O processo de globalização introduz, então, um novo reordenamento do território e uma nova divisão social à escala mundial. As cidades passam a assumir um papel estratégico na economia mundial, através de uma rede de processos decisoriais e de centros de processamento de informação. Para se enfrentar tal desafio, Matias Ferreira (1997) considera que se impõe às cidades a aposta nos seguintes factores-chave:

- 1 - Aposta na qualificação da população ou dos recursos humanos, traduzindo-se numa aposta nas pessoas, na sua satisfação, realização de expectativas e na sua qualidade de vida, através do discurso da excelência, como critério crucial de uma nova concepção da actividade empresarial e económica em geral;
- 2- Aposta na modernização produtiva e na inovação científica e tecnológica, em plena articulação com os objectivos estratégicos da cidade;
- 3 - Procura de uma identidade territorial, no sentido da valorização da especificidade de natureza urbanística, cultural, ambiental ou outras, que justifiquem a aposta estratégica num atributo identitário de uma cidade e/ou no desenvolvimento de um “produto” especializado dessa identidade.

Nesta perspectiva as cidades tornam-se pontos nodais das redes e fluxos da economia a nível mundial e os centros das metrópoles mundiais parecem re-emergir como pólos

estratégicos das respectivas regiões e países e como lugares por excelência a partir dos quais se exerce o poder, a nível regional, nacional e internacional. A cidade torna-se o lugar privilegiado para a inovação e a mudança.

Através do processo de globalização reconhece-se a cidade como real e representacional, como texto e como contexto, como ética e como estética, como espaço e como tempo, socialmente vividos e (re)construídos. Esta reconceptualização da cidade abriu novos campos de análise e fez surgir novos objectos empíricos de pesquisa. Nos estudos sobre as cidades sobressaem os seus (re)arranjos socioespaciais específicos, a sua economia simbólica e a natureza dos seus edifícios, monumentos e outros marcadores, as suas ruas, parques e zonas de comércio. Em vez do planeamento urbano descritivista passou a desenvolver-se o planeamento estratégico de natureza politico-social, a preocupação com a requalificação e a imagem da cidade, a qualidade ambiental, condições de vida e sustentabilidade, tendo-se generalizado noções como as de “cidade-empresa”, “marketing urbano”, “concorrência intercidades” (Kanter, 1995; Portas, 1993; Domingues, 1996; Fortuna, 1997).

Temos então que com o processo de globalização as cidades uniformizam-se e em termos da sua influência sobre a sociedade assinalam-se dois importantes impactos: 1) a conjugação das perspectivas económica, social e cultural na relação intra e inter-cidades permite a combinação de tradição e inovação levando à redefinição da identidade da cidade (Fortuna, 1997);

2) tendência para a polarização social (Matias Ferreira, 1997).

1.4.1. A redefinição da identidade urbana

O processo de globalização não pode ser visto como implicando um corte com o passado, mas antes deve combinar a tradição com a inovação, o que, segundo Fortuna (1997) é possível através de um processo de destraditionalização.

Este processo assenta na ideia de que as cidades, como os indivíduos, têm as suas próprias identidades. Identidade esta vista como um atributo complexo que se

⁴ Por quartenarização entende-se a produção de bens com valor simbólico e informacional.

conquista, se transforma, se esvanece ou altera ao sabor de inúmeras circunstâncias internas e externas. Alimenta-se das transformações sociais e estruturais da cidade e da forma como esta é promovida e apropriada simbolicamente. Reconhece-se que nem a tradição nem a inovação existem de forma absoluta, mas são, antes de tudo, pontos de vista ou mensagens culturais. As contingências com que as cidades se deparam são, na maioria dos casos, mais favoráveis à rejeição do que é tradicionalista na tradição do que à captação do que é modernizante na inovação. Donde, destradicionalização seja entendida como um balanço positivo favorável aos traços inovadores que a tradição pode conter.

Nesta perspectiva a conservação da tradição patrimonial, artística e monumental podem ser analisadas do ponto de vista da inovação, o que pressupõe a recomposição da imagem identitária da cidade.

As imagens, como as classificações das cidades, não são processos uniformes nem consensuais. Os vários campos de análise da cidade (geografia, urbanismo, sociologia, história, etc.) procedem à sua qualificação, atribuindo-lhe um sentido próprio e uma identidade que só muito raramente alcançam reconhecimento universal. Esta classificação é sempre ambivalente e submetida a transformações mais ou menos intensas ao longo do tempo, e a sua identidade, tal como a identidade dos sujeitos, encontra-se sujeita a processos de contínua recomposição. Tal ambivalência decorre:

- a) Por um lado, do facto de apesar de ser construída localmente estar sujeita ao reconhecimento público do exterior, onde tende a estabilizar; a construção da identidade local faz-se, normalmente, em função da sua própria materialidade, daquilo que a cidade é, de onde se situa e do que faz. Contudo, pode acontecer que a imagem da cidade assim construída nem sempre tenha o mesmo reconhecimento público exterior;
- b) Por outro lado, da proeminência do valor dos elementos simbólicos e representacionais, das expressões culturais e das dimensões históricas e mnemónicas da cidade. A imagem pública da cidade é uma imagem compósita em que se articulam os critérios demográficos, de localização, perfil produtivo e funcional, qualidades e valores abstractos, apreciações estéticas, recursos e capitais simbólicos.

Neste sentido, a imagem de uma cidade é constituída por aquilo que a cidade faz e produz articulada com o que parece, representa e oferece aos nossos sentidos.

Articulam-se, desta forma, elementos materiais e imateriais na configuração das identidades sociais, tanto dos indivíduos como das cidades. A imagem da cidade constrói-se e reelabora-se na articulação de elementos de natureza e efeitos aparentemente distintos.

A cidade, enquanto conjugação de sedimentos e práticas culturais, valoriza hoje tanto o seu presente como o seu passado, tanto a sua economia como a sua expressão política e cultural.

Perante uma sociedade actual marcada pelo privilégio do instantâneo e da gratificação imediata, que implica uma eventual perda das raízes identitárias, os indivíduos procuram no passado e na memória da cidade compensação para a correspondente e desconcertante ambivalência de valores. Esta necessidade individual impõe à cidade a contínua valorização estética do seu património histórico e monumental.

A destradicionalização, que surge da necessidade que cada cidade tem de valorizar os seus recursos reais ou potenciais como forma de se reposicionar no mercado da concorrência inter-cidades, é também um processo social que permite a modernização das cidades e das sociedades sujeitando anteriores valores, significados e acções a uma nova lógica interpretativa e de intervenção.

Através da destradicionalização a tradição é “recodificada” e passa a ser entendida como recurso de desenvolvimento. O que está aqui em causa é a adaptação funcional e a reconversão de sentido de alguns recursos da cidade, nomeadamente aqueles que, tendo fixado duradouramente a imagem da cidade como imagem tradicional, podem agora ser convertidos em elementos de modernização e reforço de uma imagem competitiva. O património histórico, o passado e a memória da cidade constituem ingredientes sensíveis para a articulação de imagens como estratégia promocional da cidade, o que leva à revalorização do património como recurso simbólico ao serviço de estratégias de modernização da imagem dos lugares. Neste sentido, a marca da tradição dos patrimónios históricos e das memórias locais, passando por um processo de reconstituição de significados e funções, converte-se em capital de inovação. Este processo implica o esquecimento activo, ou desinvestimento simbólico, de alguns atributos e usos tradicionais do património local e o surgimento ou sacralização de novos atributos ou usos.

O processo de destradicionalização envolve pois um confronto com o significado e a eficácia social da tradição e do passado, sem constituir uma ruptura integral com eles. É desta forma que, segundo Boaventura Sousa Santos (1996), a construção social da identidade moderna assenta na “equação entre raízes e opções” e resolve-se no desafio permanente de influências e ressonâncias do passado sobre o presente, mas onde há uma supremacia do presente sobre o passado, o que nos remete para uma concepção dinâmica da vida dos sujeitos. A destradicionalização instiga à recriação das raízes e ajusta e reconfigura o significado social do passado e da tradição.

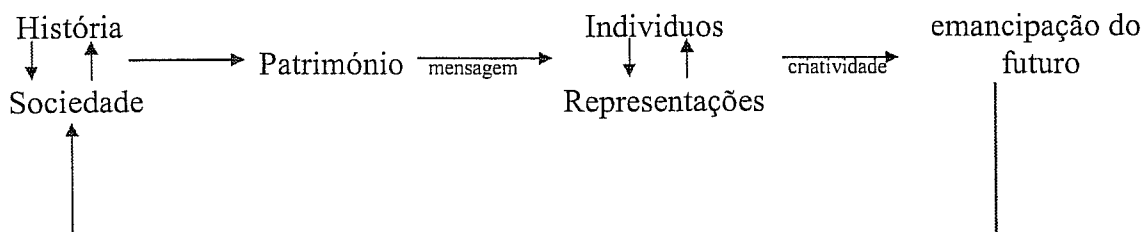
Este “novo” passado implica o fim do privilégio da sua interpretação por apenas alguns e a sua crescente procura ou instrumentalização por um número cada vez maior de sujeitos, grupos e instituições. Contrariamente a um passado e uma tradição funcionais, que actuam como marcadores da verticalização da sociedade encontramos agora perante um passado e uma tradição que, refeitos, promovem um sentido imaginário de horizontalidade social.

Com o processo de destradicionalização as cidades passam a prestar mais atenção ao património histórico e monumental, tornando-o mais acessível, por forma a ser consumido e usado de modo criativo, o que implica a sua instrumentalização.

Instrumentalizar um território, implica sempre desterritorializá-lo, retirá-lo das geografias físicas que o balizam para o colocar nas geografias e mapas cognitivos dos sujeitos, o que leva a um alargamento potencial do universo de referências dos indivíduos. Impõe-se então ao património uma função de interface no sentido em que funciona como intermediário entre a história e a sociedade, e no acto da livre apropriação da mensagem patrimonial os indivíduos reenviam-na para o domínio das suas representações emancipatórias (Esq. 1).

Esquema 1

Processo social de produção e/ou readaptação arquitectónica



Acresce que se a questão da identidade se põe em termos da cidade, tal facto reflecte-se nos indivíduos pois que a nossa identidade está fortemente ligada aos ambientes que nos rodeiam, levando actualmente, e em função das vertiginosas mudanças que se sucedem no âmbito sociopolítico-económico, a que a identidade seja considerada uma preocupação de primeiro plano para todos sem excepção.

1.4.2. A pluridisciplinaridade da noção de identidade

Actualmente defende-se que a identidade não é um dado, mas uma realidade contextual em constante transformação (Silvano, 1997). Alguns autores, como Mafesoli (1982), chegam a defender a ideia de abandonar o conceito de identidade para o substituir pela ideia de “identificações múltiplas”, considerando que os indivíduos identificam-se com uma multiplicidade de figuras e compõem, dessa forma, uma constelação identitária que é pessoal e, nesse sentido, única, movente e não necessariamente coerente.

Giddens (1994) defendendo também o conceito de identificações múltiplas considera, no entanto, que existe um fio condutor que sustenta a estabilidade das auto-identidades, sendo esse fundo de coerência obtido a partir de um difícil trabalho de reflexão, que é exigido pela multiplicidade dos modelos de identificação que a sociedade contemporânea coloca à disposição dos seus membros.

Amâncio (1993) refere que é a noção de identidade que estabelece uma ligação entre o psicológico e o sociológico, sendo este aspecto salientado tanto por psicólogos sociais,

como por sociólogos, visto que “receber uma identidade é um fenómeno que deriva da dialéctica entre o indivíduo e a sociedade” (Berger e Luckman, 1966-76, citado por Amâncio, 1993).

Na mesma linha, Moita (1985) refere que é precisamente o conceito de identidade que funciona como ponto de encontro entre os diferentes discursos paradigmáticos das ciências humanas em geral (sociologia, ciências jurídicas, psicologia, etc) e da psicologia em particular no seu esforço de reflexão sobre o indivíduo humano. Considera que ao conceito de identidade estão sempre associadas duas ideias fundamentais:

- 1) a ideia de diferença ou distinção de uma entidade em relação a outra (s);
- 2) a ideia de uma permanência espaço-temporal.

Explica o processo de aquisição da identidade da seguinte forma: o surgimento e a organização do processo de diferenciação individual estão necessariamente e contraditoriamente ligados à instauração de modalidades de reconhecimento do(s) outro(s) e do aparecimento, consolidação e gestão adequada de um sentimento de pertença e adesão a alguém e/ou a algum grupo ou grupos.

É dentro do contexto determinado pelas relações conflituais ou de confrontação com o outro (pessoa, grupos, instituições) reconhecível como *socius*, que o sujeito se individualiza, diferenciando-se dele, e adquirindo a possibilidade de sempre se reconhecer, reconhecer o outro e ser por este reconhecido.

Este sentimento de pertença e adesão, normalmente descrito em termos de identificação com, apoia-se em processos de diferenciação ou contra-identificação permitindo ao sujeito não se confundir com o outro ou com o grupo de pertença. Apenas em situações transitórias ou anómalas o sentimento de pertença e adesão conduz o sujeito à perda da própria individualidade, anulando as diferenças, a originalidade e suspendendo, por isso mesmo, o sentimento de identidade pessoal.

Remetendo a noção de identidade para a noção de personalidade, implica a necessidade de se equacionar teoricamente a relação estímulo-resposta, postulando a existência de uma variável intermediária que atribui ao sujeito a possibilidade de modelar, através de processos de representação e elaboração mentais de natureza perceptivo-cognitiva e

mesmo quando contraditórios ou dispersos no tempo e no espaço. Todos estes acontecimentos se organizam numa história coerente em que o sujeito se percebe sempre como o actor principal.

3. A multiplicidade. A identidade pessoal resulta de um conjunto de identidades múltiplas organizadas num mesmo sistema. Do conceito de si faz parte tudo aquilo (pessoas, objectos, territórios, etc.) em que o sujeito investe cognitivamente e afectivamente, e mesmo em termos de propriedade.

4. A autonomia. O conceito de si implica movimento de separação e afirmação da individualidade através da diferenciação perceptivo-cognitiva e da oposição afectivo-emocional.

5. A originalidade. O conceito de si fundamenta-se na percepção que o sujeito tem da impossibilidade de se confundir com alguém.

6. A actividade produtiva. O conceito de si fundamenta-se na percepção que o sujeito tem de que é capaz de fazer coisas, criar, produzir obras ou ideias que ele próprio reconhece como suas e como tal são reconhecidas pelos outros.

7. A auto-valorização. O conceito de si fundamenta-se na necessidade e capacidade que o sujeito tem de se auto-valorizar aos seus próprios olhos e aos olhos dos outros.

Kelly (1955), compara a construção da identidade com a construção de construtos e refere que esta se baseia em processos de comparação e categorização. Para este autor o que caracteriza e distingue o Homem é a sua capacidade para construir teorias implícitas do mundo, as quais regulam o seu comportamento na medida em que delas derivam explicações e previsões dos acontecimentos. Só é possível compreender o Homem se levarmos em conta a sua capacidade para representar o mundo, isto é, para dele construir modelos. Estes modelos constituem sistemas organizados e hierarquizados de construtos, e os construtos são sempre bipolares (Castro e Soczka, 1991).

Kelly constrói a sua teoria com base na identificação de 11 corolários: 1) corolário da construção refere que uma pessoa antecipa acontecimentos construindo réplicas destes. Estas réplicas permitem demarcar características por forma a haver semelhanças e contrastes; 2) o corolário da individualidade assume as pessoas como diferentes na construção de acontecimentos; 3) cada pessoa ordena de forma característica um

sistema de construtos que estabelecem sinais ordinais hierarquizados (corolário da organização); 4) os construtos organizam-se de forma dicotómica; 5) há um número finito de construtos; 6) uma pessoa escolhe para si própria a alternativa do seu sistema corolário que lhe é mais conveniente (corolário da escolha); 7) cada construto só é válido para uma certa gama de acontecimentos (corolário da gama); 8) o sistema de corolários de uma pessoa varia à medida que se constroem réplicas (corolário da experiência); 9) as modelações dos construtos não são aleatórias, estão limitadas ao sistema de construtos. É preciso ver a que nível hierárquico se está a operar. Isto depende de sujeito para sujeito (corolário da modelação); 10) na medida em que uma pessoa emprega um processo de construção semelhante ao de outra pessoa para apreciar um objecto, as duas pessoas estão a empregar processos psicológicos semelhantes (corolário da comunalidade); 11) na medida em que uma pessoa participa nos processos de construção de uma outra pessoa, então pode-se dizer que há uma influência recíproca. As pessoas são permeáveis (corolário da permeabilidade).

Grinberg e Grinberg (1976), situando-se numa perspectiva próxima do ciclo de vida, consideram que na realidade nós temos muitas vezes uma enorme necessidade de nos interrogarmos sobre quem realmente somos e que este questionamento é já parte importante do processo de aquisição do sentimento de identidade. Os factores sociais e económicos, ao lado do mundo interno dos indivíduos, podem funcionar como facilitadores ou dificultar o sentimento de identidade. Assim, acontecimentos que impliquem mudanças sociais importantes podem converter-se em factores que desencadeiam reacções extremas de angústia, porque são vividos por muitos indivíduos como perdas ou ameaças de perda de identidade do self.

Para estes autores a aquisição do sentimento de identidade é o resultado de um processo de interpenetração entre três vínculos: integração espacial, temporal e social. O vínculo de integração espacial compreende a relação das diferentes partes do Self entre si, incluindo o Self corporal, mantendo a sua coesão e permitindo a comparação e contraste com os objectos. Tende para a diferenciação entre o Self e o não Self: individuação. O vínculo de integração temporal compreende as relações entre as diferentes representações do Self ao longo do tempo, estabelecendo uma continuidade entre elas e fornecendo a base para o sentimento de autenticidade. O vínculo de integração social

refere-se à conotação social da identidade e consiste na relação entre aspectos do Self e aspectos dos objectos, mediante os mecanismos de identificação projectiva e introjectiva.

O vínculo de integração social apresenta actualmente uma importância decisiva, dadas as características específicas que conotam uma organização social em crise, com as implicações inerentes às situações de mudança das suas estruturas fundamentais.

A capacidade para continuar a sentir-se o mesmo ao longo de sucessivas mudanças constitui a base da experiência emocional da identidade. Implica manter a estabilidade através de circunstâncias diversas e de todas as transformações e mudanças da vida.

Considerando as características das sociedades actuais, Silvano (1997) apresenta uma sistematização de novas possibilidades de constituição da identidade: 1) a sociedade organiza-se em múltiplas unidades/comunidades, em múltiplos quadros de valores e em múltiplas figuras de identificação; 2) há uma margem para a escolha individual das comunidades a integrar, dos quadros de valores a assumir e das figuras com que se identificam; 3) as escolhas não estão sujeitas a uma concepção unitária e coerente, nem do indivíduo nem do social; 4) os indivíduos podem autoproduzir as suas constelações identitárias. Esta variabilidade leva a que o conceito de identidade passe a ser um objecto complexo e multifacetado, passível de ser abordado a partir de diversos pontos de vista. Por exemplo, do ponto de vista da identidade social, Soczka e Castro (1991) consideram que esta diz respeito aos grupos a que pertencemos e que, simultaneamente, estas mesmas pertenças implicam exclusões - pois que pertencer a um grupo é ao mesmo tempo ser de uma forma específica e ser diferente de outro ou de outros grupos. Augé (1992) defende que a organização do espaço e a constituição de lugares são, no interior de um mesmo grupo social, um dos *enjeux* e uma das modalidades das práticas colectivas e individuais. As colectividades (ou aqueles que as dirigem), tal como os indivíduos que a elas se ligam, têm necessidade de pensar simultaneamente a identidade e a relação e, para o fazer, de simbolizar os componentes da identidade partilhada (pelo conjunto do grupo), da identidade particular (de tal grupo ou de tal indivíduo em relação aos outros) e da identidade singular (do indivíduo ou do grupo de indivíduos enquanto não semelhantes a nenhum outro). O tratamento do espaço é um dos meios desse empreendimento.

Remy (1988) considera que num contexto de globalização a mobilidade⁵ surge como um elemento organizador das representações do espaço, originando a constituição de um “espaço rede”. Este espaço rede dá conta das transformações produzidas pela mobilidade. Esta mobilidade produz efeitos paradoxais nos sujeitos pois que os lugares encontram-se, simultaneamente, demasiado próximos e demasiado longe. Assim, um indivíduo pode organizar o seu espaço de acção (aquele que materialmente se encontra perto) tendo por referência o espaço anterior onde esteve inserido (aquele que materialmente se encontra distante), ou seja, numa situação em que o sujeito se encontra demasiado distante do espaço e da cultura que lhe são materialmente próximos e demasiado próximo do espaço e da cultura que lhe são materialmente distantes é o espaço que organiza as suas representações e práticas e, conseqüentemente, estrutura a sua identidade, que passa a resultar de várias transferências entre os valores presentes e os valores ausentes.

Na óptica da psicologia ambiental um espaço apresenta sempre duas dimensões: uma dimensão objectiva (as suas características) e uma dimensão subjectiva que apela a uma ligação emocional e cultural. Esta dimensão subjectiva permite transformar um espaço num lugar e é essencial ao ser humano pois permite o controlo, a criatividade e o domínio que, conseqüentemente, permitem um maior desenvolvimento social, segurança e serenidade (Low e Altman, 1992).

Esta transformação está na base do desenvolvimento da *place identity*, ou seja considera-se o papel do ambiente físico e das suas propriedades na formação da identidade pessoal. Este conceito tem sido desenvolvido por Proshansky et al (1983), que numa perspectiva cognitiva, considera que se refere às cognições do mundo físico, que representam as memórias, sentimentos, atitudes, valores, preferências, significados e concepções de comportamento e experiência que estão relacionadas com a variedade e complexidade dos settings físicos. O processo pelo qual a pessoa se define a si própria na sociedade estende-se à importância desempenhada pelos objectos e significados

⁵ Mobilidade entendida nas suas diversas componentes (familiar, profissional, social, residencial, etc) e enquanto capacidade dos seres sociais redefinirem, ao longo da sua existência, o sentido das situações com as quais se confrontam e os envolvimentos que lhes convêm. A biografia dos cidadãos é feita, na maior parte das vezes, de rupturas nas pertenças, de reorganização nas atitudes e no comportamento, de mudanças no espaço de vida.

inerentes aos espaços e lugares que definem a existência diária de cada ser humano. Os settings desempenham, simultaneamente, um papel relevante na satisfação das necessidades biológicas, psicológicas, sociais e culturais da pessoa, e são pontos de referência significativos no processo de definição da identidade. Apela-se ao passado ambiental do indivíduo, que consiste em lugares, espaços e nas suas propriedades que serviram instrumentalmente a satisfação destas necessidades e que ocupam um lugar central nas cognições ligadas ao ambiente físico actual.

A place identity resulta de três tipos de influência: 1) o indivíduo, para além de experienciar e catalogar o ambiente físico, analisa até que ponto aquele setting físico, naquele momento, satisfaz as suas necessidades e os seus desejos; 2) a importância de outras pessoas na moldagem da place identity; 3) as cognições acerca de um lugar variam em função do sexo, idade, classe social, personalidade e outros descritores sociais do indivíduo.

As cognições são o resultado de um processo de selecção ambiental consciente e inconsciente por parte da pessoa. Nós não nos limitamos a experienciar as realidades físicas, mas também os significados e crenças que lhe estão ligados, tanto por parte dos utilizadores como por parte dos não utilizadores de um setting. Através deste processo de selecção criamos uma “base de dados” do ambiente físico, que nos permite dar uma resposta face a determinado setting.

Segundo Proshanky a place identity desempenha como principais funções:

1. Função de reconhecimento - através da place identity faz-se apelo ao passado ambiental em referência ao qual se avalia cada setting físico. O primeiro passo é a comparação do que é ou não familiar. É aqui importante para a auto-identidade da pessoa o sentimento de estabilidade ambiental. Esta estabilidade prende-se com a crença de que as propriedades do mundo físico de uma pessoa são imutáveis. A reconhecimento destas propriedades em qualquer momento serve para confirmar a continuidade que vem do passado e se prolonga para o futuro. Há, então, uma continuidade no tempo que solidifica a auto-identidade da pessoa. Contrariamente, uma extrema variação no ambiente físico pode perturbar a auto-identidade da pessoa.

2. Função de significado - cada setting tem um fim específico e é este fim que determina as características físicas e sensoriais do design, os objectos e sensibilidades

requeridas e os tipos de indivíduos e actividades relacionadas com estes settings. Constrói-se desta forma um significado para um dado setting que se materializa através de clusters cognitivos relevantes que indicam o que irá aí acontecer, o que é suposto ser o setting e o comportamento esperado da parte das pessoas. São estas cognições que servem de pano de fundo dos espaços e lugares e que capacitam a pessoa para reconhecer e compreender um setting.

3. “Expressive-requirement function” - apela a dois tipos de cognições: a) as cognições que representam as preferências das pessoas; b) as cognições que representam o que os espaços e lugares exigem, ou seja, o que se refere á sua finalidade primeira. Assim, “requirements” são as características de um setting que lhe dão uma identidade própria e determinam as actividades. Contudo, cada pessoa tem experiências e personalidade únicas que influenciam as preferências acerca dos settings físicos e das suas propriedades. Quando estas preferências não são satisfeitas inicia-se a função “expressive” que consiste em tornar saliente as preferências mais relevantes e desejadas da pessoa com vista a uma personalização do espaço.

4. “Mediating change function” - as discrepâncias entre a identidade de lugar de uma pessoa e as características de um setting físico provocam no indivíduo cognições inter-relacionadas e relevantes no sentido de reduzir a discrepância. Estas cognições dependem de três tipos de mecanismos: a) existência de um passado que tenha permitido à pessoa uma estabilidade ambiental e, conseqüentemente, a construção de cognições estáveis que lhe permitam lidar com o novo setting; b) o facto de uma pessoa ter de lidar com outras pessoas que ocupam o mesmo setting pode levar a que o seu comportamento e actividades alterem a natureza deste setting; c) possibilidades de mudança de comportamento na própria pessoa no sentido de reduzir as discrepâncias entre ambiente e place identity. Este aspecto remete para os conceitos de environmental understanding (conhecimento do setting físico e a capacidade de detectar mudanças nele), environmental competence (conhecer o que é preciso fazer num setting físico e apresentar comportamentos em concordância) e environmental control (os settings físicos estão sujeitos a mudanças ao longo do tempo, pelo que a pessoa não só deve estar em condições de as compreender como ter competências de controlo ambiental para mudar o setting, o comportamento dos outros ou o seu comportamento).

5. “Anxiety and defense function” - sendo a place identity uma subestrutura da auto-identidade da pessoa, considera-se que algumas das cognições podem funcionar directamente como mecanismos de defesa e de ansiedade. Isto manifesta-se a três níveis: a) a definição de espaço, lugar e identidade da pessoa envolve um processo selectivo que define o que “deve ser” e o que “não deve ser”. Por sua vez este processo selectivo define os comportamentos a desenvolver e a evitar; b) para algumas pessoas as discrepâncias entre setting físico e place identity podem criar sentimentos de perturbação associados a cognições de evitamento desse setting; c) o desenvolvimento da auto-identidade ultrapassa a identificação dos aspectos dos membros do grupo e dos papéis sociais que definem o que a pessoa é para si própria e para os outros, abrangendo também as avaliações e caracterizações valorativas derivadas da interacção do modo como a pessoa desempenha actualmente as funções, o juízo da própria pessoa acerca do seu desempenho e a forma como os outros a julgam. As auto-avaliações da pessoa, tanto gerais como específicas, têm consequências na auto-identidade e na place identity. Assim, a incapacidade de desempenho de um papel tende a distorcer a visão e juízos que a pessoa tem dos espaços em que esse papel é desempenhado. Esta incapacidade pode levar a uma desvalorização ou sobrevalorização do setting em questão. Normalmente a desvalorização provoca o evitamento, enquanto a sobrevalorização leva a que a pessoa se tente convencer a si própria e aos outros que o insucesso não é possível.

Numa abordagem fenomenológica a place identity reenvia para a ideia de attachment pessoal, ou enraizamento, a lugares que especificam realidades geográficas precisas com ênfase no “sentido de lugar” vivido pelos indivíduos. Refere-se à ligação afectiva a um lugar, que pode ser positiva ou negativa e resulta de um jogo afectivo-cognitivo-comportamental, logo envolve um jogo conjunto de afecto e emoção, conhecimento e crença, comportamento e acção (Proshansky et al, 1983).

1.4.3. A polarização social

A tendência para a polarização social nos espaços urbano-metropolitanos tem sido a consequência mais apontada do processo de globalização.

Apesar de ainda não haver consenso quanto ao que se entende por polarização social urbana, Matias Ferreira (1997) considera que se pode entender este fenómeno como uma tendência para a concentração de um ou mais grupos ou classes sociais na respectiva estrutura social urbana, ao invés de uma distribuição mais diferenciada dos diversos grupos da estrutura social. Consequentemente, na tradicional pirâmide da hierarquia social das cidades, está-se a verificar um processo de crescimento dos efectivos da população de topo e da base e, sobretudo, da acentuação do contraste entre um grupo social de extrema pobreza e um outro de hiper-consumo. Este processo possui equivalência, ao nível espacial, com a coexistência de “ghettos” urbanos e de outros espaços qualificados, lado-a-lado com os enclaves residenciais das classes “altas” e “médias-altas” urbanas, espaços de consumo, cultura e de lazer e espaços produtivos do sector “quartenário”, de crescentes preocupações “esteticizantes” como forma de marcação do poder económico e atractividade de mercados e de investimentos.

Analisando-se a Metrópole de Lisboa, a tese da polarização social aponta para um reforço de assimetrias e desigualdades intra-metropolitanas e a emergência de novas desigualdades, não apenas à escala metropolitana, como também à escala intra-urbana. À tendência para a polarização sócio-económica por um sector de elevados recursos profissionais, escolares e de rendimentos no interior da cidade, acrescenta-se um segundo pólo constituído pelos sectores sociais de clara exterioridade face ao mercado de trabalho e acentuada exclusão de acesso aos recursos disponíveis na cidade. Os próprios movimentos migratórios internos, motivados pela mobilidade residencial, tendem a reforçar esta polarização social, onde a estrutura produtiva das cidades desempenha um papel central, mas onde os estilos de vida e as opções e projectos que lhes são inerentes, bem como as rendas diferenciais do solo urbano continuam a desempenhar um papel determinante da territorialização dos processos sócio-económicos, políticos e culturais. Dos movimentos migratórios internos e externos,

tendem a resultar recomposições sociais do território, caracterizadas por uma procura de localização central por parte dos jovens adultos com elevadas qualificações, rendimentos e exigências em matéria de consumos e estilos de vida, indissociáveis das localizações produtivas do tipo de actividade profissional que desempenham e das opções respectivas em matéria de estilos de vida (Matias Ferreira, 1997).

Nos últimos 15 anos o perfil territorial português sofreu um importante processo interno de recomposição sócio-produtiva. Verificou-se uma relativa desindustrialização, um crescimento significativo do terciário tradicional, sobretudo dos sectores centrados no trabalho independente, e uma intensificação dos grupos sociais técnicos, científicos e empresariais.

A região de Lisboa destaca-se claramente no contexto territorial do País, apresentando os valores mais elevados do índice integrado⁶ nos anos de 1981, 1986 e 1991 com reflexos na sua estrutura sócio-espacial.

De uma caracterização dos processos de evolução e desenvolvimento urbano de Lisboa efectuada por Matias Ferreira (1997) destacamos:

Critérios demográficos

1. Abaixamento do crescimento populacional no decénio de 1981-1991.
2. Intensificação terciária do centro da cidade.
3. Perda líquida da população
4. Lisboa permanece o centro funcional, económico e urbanístico da metrópole.
5. Acentuado envelhecimento da população.
6. Disfunções familiares resultantes do aumento progressivo de isolados e de grupos domésticos, sem núcleo familiar, e de famílias monoparentais. A cidade de Lisboa apresenta um valor significativamente superior aos restantes concelhos do País no que se refere às taxas de divórcio.

⁶ Índice que conjuga factores de desempenho económico com factores estruturais - stock de infraestruturas, recursos humanos, estrutura produtiva e condições de vida.

M. Ferreira (o.c.) destaca o facto de Lisboa-cidade surgir como o Concelho onde, muito provavelmente, se faz sentir de modo mais acentuado uma polarização social crescente. Com efeito, uma parte importante das famílias sem núcleo não corresponde a situações socialmente privilegiadas, onde uma tal constituição resulta de opções e projectos de vida, mas sim de situações de precaridade de vida frequentemente resultado de fracos recursos ou mesmo situações “anómicas”. Por um lado, temos a influência de uma crescente individualização de projectos de vida e de trajectos biográficos mas, por outro lado, também uma crescente tendência para a atomização. Esta tendência decorre de uma crescente anomia do tipo de urbanidade emergente da nova ordem social e económica.

Dinâmicas sócio-económicas

1. Escolaridade — sendo a escolaridade e profissão consideradas variáveis de pertença ou posição social, Lisboa concentra uma proporção de recursos humanos melhor posicionados em relação à média do país. Contudo, a cidade encerra em si significativas clivagens de posicionamentos face às qualificações. De 1981-1991 verificou-se: a) uma evolução do número de indivíduos sem qualquer grau de ensino, o que poderá indiciar sinais de uma tendência para a polarização social; b) um aumento relativamente mais baixo que os restantes concelhos, na população com o ensino secundário; c) um aumento significativo da população a frequentar o ensino superior, o que dá conta do forte peso, em Lisboa, de uma população bem posicionada do ponto de vista da hierarquia social.

2. Estrutura sócio-profissional — verifica-se: a) progressiva feminização da mão-de-obra, dada pelo aumento das taxas de actividade feminina e um decréscimo das taxas de actividade masculina;

3. Crescimento do sector dos serviços e uma descida muito acentuada do sector secundário;

4. Crescimento exponencial das profissões de maiores exigências quanto a qualificações (como é o caso do crescimento das profissões de direcção e de gestão das empresas e dos quadros técnicos e políticos da Administração Pública), diminuição significativa

das profissões ligadas à indústria e diminuição exponencial das profissões do sector primário;

5. Tendência para a polarização sócio-económica e urbana de que são indicadores: o crescimento exponencial de imigrantes clandestinos com reduzidas qualificações escolares e profissionais provenientes maioritariamente dos PALOP, o crescimento da economia “informal” e o incremento de situações de marginalidade sócio-económica motivadas pela desinserção do mercado de trabalho, pelo emprego precário, pelo aumento dos sem-abrigo, etc..

1.4.4. A delinquência

Como verificámos, ao processo de polarização social aparecem estreitamente associadas as situações extremas de miséria e pobreza, nomeadamente dos sectores mais desfavorecidos da população. Tal facto origina a exclusão social a que, muitas vezes, se pode associar a delinquência (Salinas i Colomer, 1991).

Numa perspectiva sócio-ecológica, Soczka (1985) refere que os espaços do meio urbano estão altamente correlacionados com as desigualdades socioeconómicas e culturais, o que leva a supôr que são estes factores decisivos na produção de agentes de crimes. A explosão urbana é vista como uma forma de perturbação sócio-ecológica que provoca o desencadeamento de violência (enquanto forma desregulada de agressão adaptativa). A criminalidade surge como uma forma de operacionalização da violência, e esta adquire maior expressão nas zonas urbanas e suburbanas, em estreita correlação com a dimensão das cidades. À dimensão das cidades surgem associados problemas ambientais (como por exemplo a densidade populacional) que provocam concentração populacional a que os sujeitos respondem com manifestações de stress. Soczka segue a mesma linha de Stokols (1972) distinguindo densidade populacional (density) enquanto indicador objectivo (número de indivíduos por unidade de superfície) e concentração populacional (crowding) de percepção da densidade populacional excessiva. A alta densidade populacional é uma condição aparentemente necessária, mas não suficiente, do sentimento subjectivo de concentração populacional. É esta dimensão subjectiva o

elemento primordial do stress experimentado pelos sujeitos humanos. Vários estudos têm demonstrado que situações de densidade populacional podem provocar o sentimento de perda de identidade e o anonimato percebido levando a reacções emocionais negativas, o que constitui um importante factor de stress e um precipitador das respostas agressivas (Bell et al, 1978; citado por Soczka, 1985).

Na década de 90, as desigualdades sociais e as drogas têm sido apontadas como as principais causas da delinquência e da insegurança nas cidades. Nadal (1991) refere que estas desigualdades acarretam desigualdade de oportunidades para enfrentar a vida o que explica em boa medida a delinquência.

Soczka (1989), seguindo a linha de Kellaghan (1977) considera que “a pobreza é uma condição que aparentemente sempre existiu, mas assume novas dimensões numa sociedade urbana industrializada. Na moderna sociedade, o contraste entre a carência de bens materiais e a abundância torna-se mais pronunciado; além disso, num cenário industrial, os pobres carecem dos recursos básicos e do controlo que teriam num meio rural, mesmo num nível de subsistência mínimo.” O mosaico urbano, com a sua alocação espacial de subculturas em confronto, torna mais salientes as características de sub-especação dos urbanitas, não deixando de exercer violência sobre os grupos culturalmente minoritários ou sócio-economicamente mais débeis. A cidade aglomera geograficamente núcleos de pobreza e subdesenvolvimento cultural, produtores de crianças em risco de inadaptação não só às exigências culturais dominantes, mas deficitárias nas aquisições básicas que colocam crianças oriundas de áreas urbanas (e correlativos estratos sociais) mais favorecidas em lugar de vantagem à partida, no que toca ao desenvolvimento de capacidades (sociais, emocionais e cognitivas) que lhes permitem o sucesso escolar e social.

Para Straeten e Van der Noot (1997) a sociedade urbana actual gera 4 tipos de fenómenos: necessidade de dominar, desejo de se apropriar do bem do outro, frustração vinda do sentimento de ser considerado diferente em função do seu estatuto e desorganização vinda da exclusão do meio familiar, educativo e profissional. Pela forma como se organiza, a sociedade aparentemente solidária provoca clivagens entre os seus membros. Há os instruídos ou que trabalham e, os outros, os excluídos, os marginais. Os que desfrutam do privilégio do conhecimento encontram novas

ocupações, que são inacessíveis aos que não se adaptaram às formas de funcionamento cada vez mais complexas da sociedade. Tornando-se a cidade um obstáculo ao desejo legítimo dos que querem enriquecer através de actividades lícitas, a multiplicação de furtos, burlas e abuso de confiança é inevitável.

Queloz (1994) considera a juventude o espelho sensível da nossa sociedade e o alvo de uma série impressionante, dificilmente suportável e heterogénea de exigências, modelos, sinais originários das esferas pedagógicas, moral, mediática e económica. Sob estas pressões os jovens são, por um lado, dilacerados por uma superabundância de preceitos, símbolos e bens; por outro lado, por um vazio psico-social e cultural e uma falta de valores, de referências e de sentidos estáveis para a existência. Esta dilaceração é agravada por 2 factores-chave: quando o trabalho, como estrutura fundamental de religação ou como fonte essencial de integração social começa a faltar duradouramente ou está em perda de significação; quando a intensidade das relações humanas, fonte de inserção social, enfraquece e os riscos de solidão aumentam.

É na juventude que o desemprego, alcoolismo, consumo de medicamentos (tranquilizantes) e de drogas ilícitas, depressões, suicídio, acidentes de viação ou outros jogos de morte, ameaça da sida, movimentos místicos (seitas), integristas, nacionalistas, racistas, encontram o seu terreno fértil. Como resposta esta juventude impressiona, de quando em quando, por actos de revolta colectiva, condutas violentas, comportamentos de delinquência e/ou de retirada para zonas próprias, criando cada vez mais uma situação de precaridade. Precaridade entendida, em maior ou menor medida, como marginalidade, exclusão, desvio, anormalidade, pobreza, nova pobreza, etc. Evoca uma passagem silenciosa do seguro para o inseguro que se edifica sobre a base de uma oscilação entre dois pólos-limites: o pólo da pobreza e o pólo da integração (tomado em todas as suas referências à normalidade, inclusão, ordem, etc.). Traça-se assim um continuum que vai da integração à exclusão e sobre o qual se podem desenhar zonas de segurança (máxima) e zonas de vulnerabilidade e de insegurança (máxima) com linhas de deslize e de ruptura.

Castells (1991) considera que todas as situações sociais exprimem um modo particular de dissociação do laço social, a que chama desfiliação social. Esta desfiliação resulta da conjugação de dois processos: um processo de não integração pelo trabalho (e no

mundo do trabalho) e um processo de não-inserção nas redes próximas de sociabilidade (familiar e social).

Paugam (1991) fala em dinâmica de desqualificação social como sendo um conjunto de processos de desclassificações e de fracassos sucessivos, bem como de rupturas de uma grande parte dos laços sociais essenciais (aos níveis do emprego, da família, das solidariedades de vizinhança). Se esta dinâmica não se travar antes de atingir o seu termo, então a desqualificação social acaba por selar a passagem de uma vulnerabilidade (muitas vezes económica) à grande exclusão (in Queloz, 1994).

Esta clivagem em dois mundos leva a que, ao lado da marginalidade clássica (conhecida, visível, em oposição a uma ordem social dominante) surjam numerosas zonas de marginalidade invisível (dentro da ordem ou da desordem) nas quais se encontram cada vez mais pessoas em situação de ruptura ou de desprendimento. Tal situação conduz a uma série de desenlaçamentos: ontológicos (perda das raízes humanas e naturais), psicológicos (perda da ligação consigo próprio), sociais (perda dos laços com outrem e com os grupos e organizações) e culturais (perda de modelos, valores e solidariedades comuns) (Queloz, 1994).

Uma análise da experiência de vida na zona (considerada como uma rede composta por uma parte periférica, a “pequena zona”, e por um centro ou “núcleo duro”), leva Release, 1991 (in Queloz, 1994) a alertar para duas problemáticas muito importantes que se acumulam: por um lado, o desatar dos laços sociais com a família e com os mundos da escola, da formação profissional e do trabalho; por outro lado, uma situação global de precaridade social, económica, cultural e identitária. A experiência da zona apresenta-se como uma estratégia: de procura de inserção face ao isolamento; de recuo face à sociedade global e às regras que ela impõe; de expressão de comportamentos de contestação e de revolta, de uso de psicotrópicos e de pequena delinquência.

As correntes criminológicas têm manifestado uma preocupação crescente pela relação entre urbanização e crime.

Walgrave (1994) apresenta duas abordagens explicativas do crime urbano. Uma abordagem orientada para o infractor que enfatiza os factores sociais. É uma abordagem que remonta à tradição ecológica dos anos 20-30, realçando as condições de

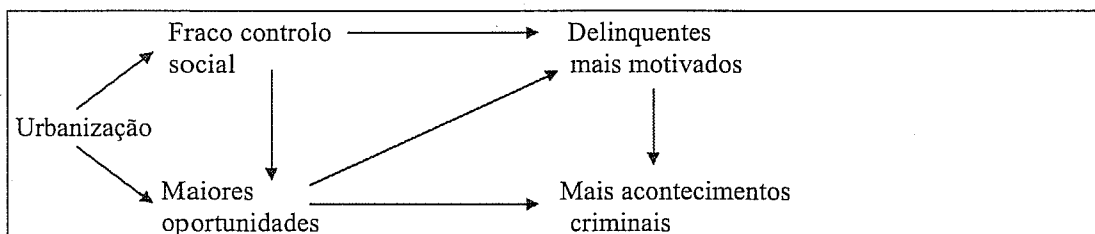
vida desfavoráveis dos habitantes de determinadas zonas, o desenvolvimento de subculturas não-conformistas e a desorganização social e cultural.

Outra abordagem, mais recente, trata a cidade como ambiente de estimulação do crime. Dentro desta perspectiva, alguns autores referem a organização urbana material que transforma a cidade num difícil “espaço defensável”(Newman⁷); outros consideram a junção de 3 elementos: transgressores motivados, alvos vulneráveis e vigilância inadequada (Cohen e Felson⁸); e há ainda os que consideram a ausência (formal e informal) de controlo social na cultura urbana e no ambiente urbano.

Cada vez mais estes modelos são considerados como complementares podendo, cada um deles, explicar parte de uma dinâmica complexa de factores e processos que operam como um todo no ambiente urbano, que se induzem, estimulam, controlam e/ou canalizam uns aos outros. Estamos, pois, perante um modelo integrativo.

O modelo integrativo (Esq. 2) foi concebido por Wikstrom, com base numa série de investigações sobre o crime urbano em Estocolmo.

Esquema 2 - Modelo integrativo da relação urbanização/crime



Fonte: Walgrave, 1994, p.37

1. O grau de urbanização está expresso no grau da população, na densidade dos edifícios e da habitação e na heterogeneidade das funções e dos habitantes.
2. À medida que estes 3 factores aumentam, o clima social e relacional torna-se menos favorável para o desenvolvimento do controlo social interno e o exercício do controlo social é impedido.

⁷ O. Newman. *Defensible space*. Londres: Architectural Press, 1972.

⁸ L.Cohen e M. Felson. *Social change and crime rate trends: a routine activity approach*. 44 *Amer, Sociologie. Review* (1979) pp. 588-608.

3. Uma diminuição do controlo social interno e externo vai a par com a concentração de pessoas e objectos vulneráveis e com condições materiais favoráveis para o cometimento de infracções.
4. Estes dois factores atraem pessoas que estão motivadas para cometer infracções.
5. O que se traduz numa maior incidência do crime.

Este modelo junta infractor e elementos situacionais numa moldura coerente. O primeiro e terceiro factores (grau de urbanização e concentração de oportunidades de delinquência) contêm tanto circunstâncias materiais como claramente sociais. O segundo factor (controlo social) trata de um clima social, com impacto sobre possíveis infractores e o quarto factor (pessoas motivadas para a delinquência) refere-se às características dos infractores.

A análise do 1º e 3º factores é proposta por Wikstrom (in Walgrave, 1994) referindo-se ao conceito de actividade de rotina para considerar que as actividades quotidianas conduzem ao crime quando juntam no tempo e no espaço: 1) um transgressor motivado, 2) uma alvo conveniente e 3) fraca vigilância. É o que acontece numa cidade, onde as actividades em lugares públicos proporcionam muitas pessoas e objectos vulneráveis, onde o controlo é difícil de manter e a vigilância é ineficaz, o que atrai transgressores motivados.

Quanto ao controlo social (Hirschi, 1969) considera-se que o controlo social directo e indirecto tem a sua origem nas ligações com pessoas e actividades conformes com normas e valores prevalecentes. Resistimos às infracções porque não queremos quebrar estas ligações. Aceitamos o controlo social porque obtemos algo em troca: afeição, prestígio, bem-estar material. As ligações sociais precisam ser interpretadas num contexto interactivo. Se existe menos controlo social estrito na cidade, então, provavelmente, as pessoas têm de se voltar para ofertas menos adequadas de ligações sociais. Acresce que a oferta de elementos que socialmente estabelecem ligações, através de habitação própria, educação socio-cultural adequada, trabalho social, etc. diminui.

As características dos infractores são explicadas pelas teorias da vulnerabilidade societal (Walgrave, 1994) onde se analisa porque é que os jovens das classes mais baixas cometem mais crimes que os seus pares de outros grupos sociais. Explica o caminho pela delinquência da seguinte forma:

1. Algumas crianças nascem em famílias socialmente vulneráveis. Muitas vezes os próprios pais tiveram más experiências com instituições sociais e vivem na pobreza. Consequentemente, têm uma perspectiva societal muito desfavorável e são incapazes de dar aos filhos um clima familiar estimulante e claramente estruturante.
2. Estas famílias vivem, muitas vezes, juntas em subúrbios baratos e negligenciados. As experiências individuais negativas podem tornar-se evidências colectivas. Os residentes locais consideram-se a si próprios como falhados sociais, incapazes de mudar a sua situação. Este desencorajamento colectivo leva à desorganização ou desenvolvimentos subculturais.
3. Devido a estas experiências, as crianças apresentam menos estrutura no seu comportamento, a sua inteligência-eficácia é menor e têm muito poucas habilitações sociais.
4. Mal preparadas e ensinadas estas crianças não conseguem sujeitar-se à pressão para cumprir e à disciplina requerida. Carecem de ligações sociais e arriscam-se a ser estigmatizadas como alunos indisciplinados e aborrecidos. O seu auto-conceito social e auto-confiança estão danificados, desenvolvendo uma perspectiva social desfavorável.
5. Consequentemente torna-se necessário desenvolver mecanismos psico-sociais de cobertura. O apoio é encontrado nos grupos de pares onde os valores estão voltados do avesso. Os valores socialmente apreciados são vistos como coisas sem valor e a provocação destes valores produz auto-estima. Ganham assim uma “auto-estima alternativa” e aprendem as aptidões necessárias para cometerem infracções.
6. Correm então riscos de contacto com a polícia e o tribunal, resultantes mais da sua posição social do que do próprio cometimento de infracções. As consequências dos contactos judiciais são a estigmatização e perspectivas sociais desfavoráveis.
7. O estatuto escolar tem, é claro, consequências imediatas para o mercado de trabalho: mais risco de desemprego, empregos instáveis ou empregos de rendimentos e prestígios baixos.

8. Esta carreira social resulta numa posição idêntica à dos pais. A espiral negativa passa de geração em geração.

Neste modelo as características individuais são mais o resultado, do que a causa, de experiências com instituições sociais. Os pais são incompetentes por causa das suas experiências e perspectivas negativas. Os filhos falham na escola porque vivem nessas famílias e porque a escola lhes oferece uma educação inadequada.

O problema da vulnerabilidade societal não afecta indivíduos ou famílias isoladas. Afecta grupos da população que vivem juntos em vizinhança e que enfrentam os mesmos problemas de geração em geração. A família não é a causa da vulnerabilidade societal, mas uma instituição intermediária.

Por outro lado, a coerência das instituições sociais é espantosa. Falhar em relação a uma única instituição acarreta riscos em relação às outras. Mais ainda, estas instituições não se limitam a registar. Através da estigmatização e da expulsão contribuem activamente para uma posterior degradação social daqueles que falham. A parte socialmente vulnerável da população arrisca-se a acabar numa espiral negativa activada pelas próprias instituições sociais.

A vulnerabilidade de determinados grupos da população é produzida por uma oferta desequilibrada de apoio e controlo na sociedade. Cada sociedade faz uma importante oferta aos seus cidadãos de educação, prestígio, assistência e bem-estar material. Para tirarem proveito desta oferta, os cidadãos têm de obedecer a normas e regras. As condições de ajustamento são uma fonte de controlo e sanções. Estas duas dimensões, oferta e controlo, constituem os mecanismo básicos de conformidade.

A desigualdade social consiste na desigualdade do equilíbrio oferta/controlo. Pode ser desigual em duas direcções. Alguns grupos da população estão sujeitos a muito pouco controlo. Determinam eles próprios as regras de controlo social ou possuem meios suficientes para evitar o controlo. Podem gozar dos benefícios sociais sem pagarem o preço do controlo: ex. o crime de colarinho branco.

Outros grupos da população são duramente confrontados com o controlo e sanções, sem serem capazes de usufruir de benefícios razoáveis. Não usufruem do sistema escolar ao máximo e sentem que são considerados como incapazes e indisciplinados. Por

consequente, têm poucas oportunidades no mercado de trabalho, o subsídio de desemprego é o mais baixo, encontram-se, muitas vezes, em instituições psiquiátricas fechadas, utilizam menos as novas formas de assistência psico-social, têm a maior taxa de mortalidade infantil e de problemas de saúde, entram mais vezes em contacto com a polícia e os tribunais.

Os jovens que experimentam esta vulnerabilidade societal arriscam-se a ser “pessoas motivadas para a delinquência”. A essência desta teoria é que a acumulação de experiências negativas dentro das instituições sociais (especialmente a escola) resulta numa auto-imagem e perspectiva societal desfavorável. Estas experiências traduzem-se num dano psicológico, porque causam mecanismos socio-psicológicos específicos à base de traços e características psicológicas, que conduzem ao risco de uma delinquência mais intensa.

A vulnerabilidade societal é mais produzida nos ambientes ética e solidariamente pobres da metrópole, com uma mais fraca oferta de ligações sociais e maior estigmatização. A cidade contribui, assim, para a existência de mais pessoas motivadas para a delinquência.

No que se refere à forma de actuação do sistema de justiça face a estas situações, verifica-se que estes sistemas estão ainda hoje imobilizados entre dois modelos: o da **protecção** (justiça reabilitadora - Welfare Justice regida por um Estado-Mãe protector) e o da **repressão** (justiça retributiva - Criminal Justice dominado por um Estado-Pai autoritário), o que reenvia para o velho debate entre sanção e tratamento.

Contudo, desde há alguns anos, esta perspectiva conduziu ao desenvolvimento da ideia de um outro modelo de justiça que promove uma justiça **reparadora** ou **reconciliadora**: é a “Restorative Justice” encorajada por um Estado democrático que facilita a participação e os esforços de religação negociada entre a sociedade (representada por uma instância mediadora), o autor de actos delituosos, a vítima e a comunidade (ou o meio próximo). É um modelo de justiça que visa restaurar uma comunicação e um laço social e cultural que se tinham deteriorado num processo de confrontação arriscada entre certos jovens e a comunidade (Queloz, 1994).

1.4.4.1 A prevenção da delinquência

A partir dos anos 60 começou a surgir um movimento de reforma do sistema penal, alertando para os malefícios do encarceramento, nomeadamente no que se refere à posterior reinserção social do delinquente, levando à defesa e desenvolvimento de políticas de prevenção por parte dos vários países.

Em França, e segundo Robert e Renouard (1991), nos anos 60 esta política caracterizou-se pela implementação e desenvolvimento de fórmulas de prevenção especializada: trabalho de rua junto de jovens, clubes e equipas de prevenção.

A partir de meados dos anos 70 esta forma de intervenção começou a ser posta em causa devido à insuficiência do modelo de prevenção geral em que se apoiou e ao aumento da complexidade dos problemas sociais: a) o desemprego endémico ligado a crises económicas sucessivas, compromete a entrada e estabilização dos jovens na vida profissional sobretudo para os que são desprovidos de uma formação qualificante; b) a integração dos imigrantes tornou-se muito mais difícil, apesar do sucesso tradicionalmente eficaz da sociedade francesa nesta área; c) o aumento de uma forte pressão imobiliária especulativa veio bloquear nitidamente a inserção urbana de populações residentes em periferias mais ou menos abandonadas; d) a forte delinquência patrimonial de furtos e assaltos, que não parou de se desenvolver desde final dos anos 50, aumentou e tornou-se cada vez mais mal suportada; e) a polícia manifesta-se insegura para fazer face a esta situação e os sentimentos de insegurança de grandes partes da população cristalizam-se sobre o medo do crime e a preocupação para com a criminalidade.

Sendo reduzida a taxa de explicação deste fenómeno a magistratura tentou compensar tal déficit através de um aumento do período de duração das penas de prisão. No entanto, o efeito dissuasivo desta política tem-se mostrado cada vez mais limitado, verifica-se que para este tipo de delinquência a probabilidade de detenção dissuade muito mais que a severidade da pena. Contudo, têm-se também verificado que tanto a severidade da pena como a probabilidade de detenção continuam a não resolver o

problema. Perante tal situação bloqueada surge, progressivamente, a necessidade de repensar a prevenção.

No início dos anos 80, a maior parte dos países parece ter atenuado a severidade repressiva em termos de política criminal, caminhando-se no sentido de que o recurso limitado às sanções penais não é suficiente para permitir a segurança, nomeadamente nas grandes aglomerações urbanas (Robert, 1991).

Implementaram-se dois tipos de dispositivos, um (Shcwartz) visa a inserção sócio-profissional dos jovens desfavorecidos, o outro (Dudebout) a renovação dos bairros degradados. Esta nova perspectiva caracteriza-se, inicialmente, pela entrada de responsáveis políticos locais - câmaras municipais- num domínio até então caracterizado por um frente-a-frente entre administrações públicas e sector associativo.

Após um período de reflexão (1986-1988) optou-se por um espectro alargado juntando os órgãos centrais de prevenção e de desenvolvimento social dos bairros.

Como o desemprego não cede seria imprudente deixar todas as atenções e angústias ligadas à entrada na vida profissional e focalizar-se a atenção apenas nos estudos secundários. A máquina escolar, dispersa pelo aumento dos seus efectivos, funciona pela selecção, pela rejeição dos casos difíceis, e não pode responder sózinha a tal desafio.

A aposta na prevenção⁹ aparece cada vez mais como alternativa às sanções penais. Prevenção no sentido de redução da frequência de certos comportamentos, os incriminados pela lei penal e “incivilidades” (que não são sempre delitos), recorrendo a outras soluções diferentes da sanção penal. Neste sentido, uma política de prevenção tenta agir sobre as situações e/ou as normas, no sentido de diminuir as oportunidades que favorecem estes comportamentos ou para aumentar as que lhe são hostis, com o objectivo de encorajar o desenvolvimento de normas sociais oficiais de acordo com o respeito pela lei.

Distinguem-se três níveis de prevenção: prevenção primária quando se actua sobre contextos para evitar o desenvolvimento da delinquência; prevenção secundária quando

⁹ Mensagem saída da 1ª Conférence Européenne et nord-américaine sur la securité urbaine et la prévention de la délinquance (Montréal, Octobre, 1989).

se tenta evitar a manifestação de comportamentos criminosos; prevenção terciária quando se visa reduzir a reincidência.

Estas novas abordagens do acto delinvente têm traçado uma evolução na forma de agir. Enquanto tradicionalmente se entendia que a prevenção visava acções destinadas a virtuais delinquentes com o objectivo de influenciar o seu comportamento, actualmente defende-se que é necessário agir sobre as situações ou encorajar as vítimas a enfrentar o delinvente.

Assim, os programas de prevenção que se têm desenvolvido destinam-se tanto a potenciais delinquentes, no sentido de os levarem a evitar comportamentos criminosos ou incivildades, como às vítimas, no sentido de as ensinarem a protegerem-se a si próprias e aos seus bens. Estes programas abrangem três áreas-problema: toxicodependência, jovens em risco e a reincidência.

Quanto à reincidência, face ao aumento geral das taxas de detenção e aos resultados pouco encorajadores das poucas investigações sobre esta matéria (Robert, 1991), surge uma corrente que defende a fortificação dos laços entre comunidade local, especialmente a cidade, e a prisão, no sentido de diminuir o nível de retorno às prisões.

Nesta perspectiva, e a partir dos anos 90, defende-se a importância das sanções em meio aberto como por exemplo a prisão no domicílio ao mesmo tempo que se verifica um aumento do interesse por programas de tratamento residenciais para delinquentes toxicodependentes e pela implementação de medidas alternativas à prisão, como por exemplo a prestação de trabalho a favor da comunidade¹⁰, estágios de formação social, e mais recentemente, a reparação e a mediação em caso de conflito. Os programas de reconciliação entre autor do crime e vítima reduzem ao máximo o corte entre delinvente e a comunidade. Tenta-se mobilizar as energias locais no sentido de envolver a própria comunidade nestas soluções alternativas, ou seja, face às suas fracas performances o próprio sistema penal apela à ajuda e ao envolvimento das comunidades locais.

Estes programas têm sido adoptados porque são mais baratos em termos económicos e constituem substitutos apreciáveis ao encarceramento. Representam também formas de

¹⁰ Para melhor informação sobre este tipo de medida veja-se Jardim, M^a Amélia Vera (1988). A Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade. Livraria Almedina. Coimbra.

condenação mais humanas e menos severas que são mais apropriadas para o maior número de delitos e de delinquência actual. São também menos susceptíveis de conduzir a um corte definitivo entre os delinquentes e a sua família, a maior parte deles são compatíveis com a conservação ou obtenção de um emprego ou permitem a frequência de um estágio profissional. Isto é particularmente importante pois perante os factores de inserção social, o emprego é certamente o mais indicado para a intervenção governamental. Nos EUA, a Fundação Eisenhower é um dos grupos privados que se interessam por este problema, apoia programas de organização e desenvolvimento económico das comunidades visando aumentar o número de empregos para os residentes pobres nos centros das cidades e criar novos empregos no seio da comunidade (Skogan, 1991).

As investigações sobre este tipo de medidas têm como objectivo identificar procedimentos e medidas mais adaptadas à prevenção da reincidência individual, ou então as influências da prevenção e da dissuasão nos esquemas de comportamento e nas tomadas de decisão dos jovens quanto à delinquência, ao mesmo tempo que apresentam um aumento do interesse pela família, a escola, a religião e o emprego como elementos decisivos na prevenção da delinquência.

Mosconi, Faccioli e Piccolo (1991) consideram que facilmente se reconhece que os problemas que impedem a reinserção social de um ex-recluso provêm de uma ausência de relações sociais positivas, da sua situação económica e da falta de solidariedade para com ele. Este interesse corresponde também a uma mudança na aproximação da delinquência juvenil e da prevenção, pondo-se a tónica, não mais sobre o stress e as teorias dos traços, mas sobre as teorias do controlo social (Albrecht, 1991).

A criminalidade deixa de ser explicada exclusivamente em função do saber jurídico e da legislação penal surgindo novas teorias explicativas fundamentadas em estudos que abrangem 4 eixos: 1. análise do movimento da criminalidade; 2. análise do perfil social do delincente; 3. análise da organização social do crime na perspectiva do delincente; 4. análise das políticas penais.

O comportamento delincente passa a ser entendido como abrangendo praticamente todos os jovens, passando a delinquência juvenil a ser entendida como um comportamento “normal”.

O movimento da criminalidade

Os estudos que se ocupam do movimento da criminalidade urbana têm por objecto a análise das tendências e características das práticas delituosas. Assim, no Brasil (cidades de Belo Horizonte, Rio Janeiro e S.Paulo) tem-se verificado um aumento dos índices de furto, homicídio e tráfico de drogas. A reincidência nos condenados por furto, assalto à mão-armada e tráfico de drogas é superior ao índice de reincidência nos autores de lesões corporais e homicídio. Relativamente às taxas de criminalidade urbana violenta considera-se que não está forçosamente associada à entrada de novos cidadãos na área da delinquência, mas surge antes associada aos que se especializam e constroem carreiras na delinquência (Adorno, 1991).

Um outro tipo de investigações, desenvolvidas sobretudo na Alemanha, tem-se debruçado na análise das implicações, na delinquência juvenil, das mudanças de papel e das funções da família, da escola, etc., nas sociedades pós-industriais (Albrecht, 1991). Neste âmbito surgem duas explicações contraditórias: uma apoia-se na ideia que a capacidade da família, da escola, da vizinhança, para suscitar laços entre os jovens e a sociedade tem diminuído consideravelmente; a outra, afirma que nada mudou no comportamento dos jovens, mas que são sobretudo os sistemas de controlo informal que não funcionam, expondo assim as crianças e os jovens a sistemas de controlo formal do comportamento. Estas explicações abrem uma perspectiva comum para a prevenção - o reforço do papel da comunidade, da vizinhança, da família, da escola para prevenir e tratar os comportamentos repreensíveis dos jovens.

Quanto ao papel da comunidade na prevenção da delinquência encontramos duas correntes. Uma trata a comunidade como sistema dependente que se deve integrar na luta global do sistema correctivo; a outra propõe uma prevenção comunitária da delinquência juvenil independente do sistema penal.

Waller e Weiller, 1984 (in Broden, 1991) propõem uma prevenção do crime através do desenvolvimento social de sectores como o emprego, a habitação, a segurança social e a saúde. Waller (1989, 1990) defende uma intervenção pluridisciplinar na resolução dos problemas de prevenção, dando importância ao papel da polícia, às necessidades locais

de uma comunidade e ainda ao cuidado a ter para evitar a criação de ghettos nas grandes cidades.

Fericgla e Torrijon, 1987 (in Broden, 1991) analisam uma população de jovens com base na sua divisão, diferenciação sexual, cultura, etnia, utilização do espaço, tempo de ocupação e comportamento desviante. Concluem que em numerosas colectividades predomina um excesso de tempo livre o que torna necessária uma reestruturação do tempo na sua totalidade, sobretudo no que se refere ao meio onde os jovens evoluem no sentido de permitir a sua integração - segundo os níveis de marginalidade e de comportamento desviante - numa realidade comum e participativa. Insistem ainda sobre a necessidade de novos modelos educativos globalizantes.

Skogan (1991) refere que certos tipos de comunidades reforçam os desvios facilitando os contactos com factores de perturbação e a associação a culturas de consumo de drogas, enquanto outras comunidades, contrariamente, podem acelerar a reinserção social. Gottfredson e Taylor (in Skogan, 1991) verificaram que os bairros caracterizados por redes sociais informais mais sólidas e com laços mais fortes entre os residentes e a comunidade constituem lugares de acolhimento mais favoráveis para os ex-delinquentes. A reincidência diminui nas comunidades onde os residentes se sentem responsáveis pelos acontecimentos locais, intervêm nas situações suspeitas e exercem um maior controlo social informal. Também a dispersão e natureza dos serviços locais (ex. clínicas), as organizações locais (ex. igreja) e outras instituições comunitárias influenciam a reincidência.

Lucchetti, 1989 (in Salinas i Colomer, 1991) analisa um programa municipal implementado num bairro desfavorecido de Barcelona (Roquetes) durante um período de três anos (1988-1990). Concluem que os problemas sociais de risco, como a delinquência e a toxicod dependência, dependem em grande parte da melhoria da habitação, de inserção profissional, de oferta cultural, etc.. Consideram que a prevenção está ligada a uma verdadeira integração do bairro na cidade, com o objectivo de contrariar a sub-urbanização.

Na Bélgica, o grupo de serviço de criminologia da Rijks-Universiteit Gent, desenvolveu um estudo, a pedido do respectivo Ministério da Justiça, de análise da criminalidade e

da insegurança nos bairros (Hebberecht, 1991). Para o efeito seleccionaram-se quatro bairros da cidade de Gand:

- dois bairros de posição sócio-económica baixa mas que diferem pela taxa de ocupação de imigrantes e pela existência, num deles, de um programa de prevenção da polícia;
- um bairro de classe média mista;
- um bairro de posição sócio-económica elevada e população relativamente idosa.

Os resultados demonstraram que nem a criminalidade nem a insegurança são sentidas como sendo os problemas sociais mais importantes. As problemáticas da criminalidade e de vitimização apresentam um carácter muito local e os seus modelos diferem segundo o bairro e os grupos sociais. Há uma grande convergência entre os perfis do autor e da vítima para crimes como furtos, agressões e ferimentos, etc. A ideia de gravidade dos delitos, o medo de ser vítima, os comportamentos, tal como os desejos de prevenção divergem igualmente segundo os grupos sociais, em função da sua interpretação e da sua experiência de acontecimentos criminosos.

Mosconi, Faccioli e Piccolo (1991) citam um estudo desenvolvido em Itália onde se analisaram quatro cidades italianas (Roma, Turim, Messine, Cagliani) em função da sua divisão geográfica e diversidade cultural, relativamente à opinião das pessoas quanto à aplicação de sanções penais a diferentes tipos de criminalidade. Encontraram-se dois tipos de reacção diferentes:

1. Os índices de indiferença face ao comportamento desviante são mais elevados nas grandes cidades (Turim e Roma). Nas cidades mais pequenas a reacção emocional tende a concentrar-se em atitudes de desaprovação ou aprovação para com os comportamentos manifestados.

A cidade de Turim, a mais antiga, mais industrializada e mais povoada, detém o record da opinião mais favorável à intervenção penal e a mais desfavorável à intervenção social. Enquanto a cidade de Cagliani, mais ligada a modelos tradicionais e autóctones, pouco identificados com as instituições públicas, apresenta uma fraca exigência de sanção penal e uma forte exigência de acção social.

Em Turim e em Cagliani, regista-se uma correspondência bastante fraca entre uma forte desaprovação de determinados comportamentos e o recurso à sanção penal para os crimes de direito comum (contra pessoas e bens). Apenas certos comportamentos são

considerados como particularmente graves, a ponto de suscitarem o recurso a sanções penais severas, como por exemplo: o sequestro, assalto à mão-armada e violência sexual. Para delitos como o furto ao Estado e aos grandes comerciantes, a reacção emocional é fraca e a exigência de sanção penal muito moderada.

Um outro estudo (Boffi, Giasanti, Maggioni, Pisapia, 1981, citado por Moscini et al, 1991) desenvolvido em Milão e arredores para análise da opinião dos jovens dos 14-17 anos face ao tipo de sanção, demonstrou que para crimes como o furto, venda de droga a menores, violência política, violência nos estádios e assalto à mão-armada é mais exigida a sanção penal, enquanto para formas de comportamentos sexuais irregulares e para o uso de drogas a exigência de sanção penal é quase nula.

Quanto à análise da relação entre atitudes e características sociais das pessoas interrogadas, demonstrou-se que os rapazes da província manifestavam mais desaprovação que os rapazes das grandes cidades e que as raparigas exigem mais a intervenção da justiça penal. Este ponto de vista é sobretudo emitido pelos mais jovens, filhos de pais nascidos no Norte, filhos de artesãos e comerciantes; os filhos de operários partilham esta opinião em menor medida e os filhos de trabalhadores independentes e de dirigentes (que têm provavelmente o nível de instrução mais elevado) apresentam um decréscimo ainda maior.

Nuttall e Shapland (1991) referem que vários estudos, desenvolvidos no Reino Unido, que visam determinar os factores susceptíveis de provocar uma tendência para a delinquência na fase da adolescência, demonstraram que uma das áreas mais interessantes é o trabalho sobre a vigilância parental, que estabelece uma relação entre a propensão dos jovens para a delinquência e a vigilância de que são objecto. Verifica-se, por exemplo, que quanto mais se definem horas de entrada e saída menos será susceptível o jovem vir a cometer infracções. Também no que se refere à concepção e gestão das habitações verifica-se que as cidades ou residências com forte densidade de crianças e que carecem de instalações adequadas são as mais expostas à delinquência. Sugere-se assim a existência de uma ligação entre a capacidade dos pais vigiarem os seus filhos e a disposição das habitações e áreas de jogo ao ar livre. Donde, seja cada vez mais prática corrente dos arquitectos e urbanistas responder às necessidades das crianças e jovens concebendo espaços seguros, afastados do tráfico diário e fáceis de

vigiar. A nível escolar defende-se a participação dos alunos, professores e funcionários na concepção, gestão e utilização dos espaços no sentido de elaborarem esquemas de delinquência e procurarem meios de prevenção.

No Reino Unido considera-se que a delinquência é cada vez mais situacional, donde a importância em oferecer aos jovens actividades que respondam às suas necessidades e que se situem perto do seu domicílio. Surgem assim programas de ocupação de tempos livres organizados pela polícia, associações de solidariedade e clubes de futebol, cujo objectivo é oferecer actividades interessantes e permitir o aperfeiçoamento de, por exemplo, um desporto com a finalidade de reduzir a delinquência espontânea que nasce de situações de ócio. Verifica-se que a maior parte destas iniciativas são coroadas de sucesso na medida em que abrangem um grande número de jovens entusiastas, mas os seus efeitos directos sobre o nível de delinquência não tem sido avaliado.

A planificação e a adaptação do ambiente urbano em função das necessidades de prevenção da delinquência também tem sido fonte de interesse. Brantingham e Brantingham (1984, 1986, 1990) consideram que analisando a forma como o espaço é percebido e estruturado pelo potencial delinvente ajuda-nos a melhor compreender o comportamento criminoso. Desenvolvem o conceito de criminologia microespacial.

O perfil social dos delinquentes

Este eixo baseia-se na análise da personalidade do delinvente ou na análise das características sociais, procurando encontrar diferenças individuais entre delinquentes e não delinquentes.

Estudos realizados no Brasil (Adorno, 1991) indicam que os delinquentes são:

a) preferencialmente, recrutados entre os grupos de trabalhadores urbanos de baixo salário, o que significa que o seu perfil não é diferente da população pobre; b) o nível de instrução é baixo e a existência de algum emprego no momento da reclusão que depois se perde num período de 6 meses; c) há predominância dos crimes contra o património, o que põe em questão a imagem dos delinquentes terríveis, extremamente

violentos, condenados a longas penas, como sendo o perfil biográfico-penal da população prisional.

Consequentemente, o problema reside na explicação dos motivos porque certos indivíduos, provenientes no mesmo sector da população, escolhem o caminho da delinquência, enquanto outros preferem construir uma trajectória de trabalhadores e cidadãos “normais”.

Mosconi et al, (1991) referem um estudo efectuado na região de Roma sobre a análise das relações sociais, situação económica e solidariedade social. Verificam que mais de 60% das pessoas interrogadas vêm nas dificuldades sociais, a que associam desconfiança, hostilidade, isolamento, falta de habitação ou trabalho, as principais causas da reincidência. 16% atribuem à marginalização e aos preconceitos as maiores dificuldades encontradas na reinserção social. 82% permitem que os filhos de um ex-recluso brinquem com os seus próprios filhos. 72% referem que alojavam um parente ou amigo que tivesse estado detido durante um longo período de tempo. 44% convidariam um ex-recluso para ir a sua casa.

Verificaram ainda que a solidariedade com um ex-recluso decresce proporcionalmente com o grau de envolvimento directo. Certos factores como a juventude, escolarização mais elevada, o facto de residir em bairros populares de Roma, influenciam favoravelmente no sentido de uma maior abertura às relações sociais. Inclusivamente, a atitude das vítimas de delitos aparece, frequentemente, menos repressiva que a atitude emitida pelas outras pessoas, independentemente do espaço de tempo em que tenha ocorrido o acontecimento.

Quanto à variável sexo, as mulheres parecem mais aptas a reconhecer as dificuldades de ex-reclusos, mas menos abertas quando se trata de uma implicação directa.

Nos EUA, estudos sobre a reincidência por indivíduos em liberdade condicional revelam que os laços comunitários estão perante os factores mais importantes que permitem prever uma maior probabilidade de cometer novos delitos. O passado destes delinquentes, que constitui o factor mais importante, revela situações maritais instáveis, pouco amigos, poucas oportunidades de aderir a uma associação e ruptura de laços com a família (Skogan, 1991).

A organização social da delinquência

Procuram-se aqui explorar particularidades da organização delincente: maneira de ser, estilo de vida, relação com os outros e com a sociedade em geral.

Zaluar, 1985 (in Adorno, 1991) analisa a identidade do delincente, sublinhando a oposição entre bandido e trabalhador. Sugere um caleidoscópio de representações e valorização ou de depreciação do trabalho, que tornam as duas identidades muito fluidas e muito diferenciadas. Observou ainda que os vários tipos de organizações criminosas se podem assemelhar ao modelo de uma empresa, que é dado por: a presença de mulheres na delinquência, a entrada recente dos jovens no tráfico de drogas, a valorização do porte de arma, o controlo do “local de venda da droga”, o dinheiro disponível, a maneira de se vestir, a disposição para a destruição, como símbolos de poder, riqueza e prestígio. Alertou para a guerra “ilegal”, entre polícias e delinquentes, nos bairros populares das grandes cidades e para os processos pelos quais o gang organizado se constitui em poder central nas favelas através da adopção de estratégias de sucesso na entrada do mundo do crime, assumindo uma identidade delincente que, no limite, pode implicar o abandono progressivo e/ou absoluto do mundo do trabalho. Verificam-se ainda mudanças na sub-cultura criminal que vão do culto da malandragem¹¹ ao culto da violência.

Políticas penais - A despenalização

Nos Países Baixos, entre os vários programas de prevenção da delinquência que se têm desenvolvido, surgem projectos relativos à despenalização de comportamentos delinquentes que têm apresentado um grande sucesso, é o caso do projecto HALT.

O projecto HALT é um sistema alternativo à sanção destinado a evitar o prosseguimento judicial dos jovens delinquentes que tenham cometido delitos menores (essencialmente vandalismo). Desenvolve-se da seguinte forma: desde que um jovem

¹¹ Delincente hábil, inteligente, que age autonomamente, tendo por recurso, exclusivamente, as suas qualidades pessoais e sem recurso à violência.

seja acusado de degradação ou destruição voluntária de bens, a polícia dirige-o para os serviços HALT; aqui propõe-se-lhe limpar ou reparar ele próprio, durante os seus tempos livres, os danos provocados. Por vezes, esta tarefa acompanha-se do pagamento de uma indemnização. Se o delinquente recusa esta oferta, ou se não cumpre as obrigações definidas no contrato de mediação, a infracção cometida é objecto de um relatório da polícia que segue para o procurador. A vantagem do sistema HALT é que permite um procedimento oficial e rápido, evita a sinalização do delinquente, ao mesmo tempo que mantém o indispensável papel de vigilância exercido pelo ministério público. Uma das características essenciais deste procedimento repousa no conceito de comunidade e, conseqüentemente, os jovens delinquentes não são excluídos da sociedade. Por outro lado, apresenta um interesse suplementar do ponto de vista psicológico: a punição aplicada é educativa em si. A responsabilidade do delinquente é duplamente considerada. Por um lado, porque é claramente considerado como responsável pelo seu acto; por outro, porque é incumbido de respeitar um acordo mútuo.

Os serviços HALT funcionam tanto a nível local como a nível regional. Os delinquentes abrangidos por esta medida não são apenas jovens que tiveram o “azar” de cair nas mãos da polícia, mas são jovens que estão mais implicados na delinquência que a média dos outros jovens, com actos de vandalismo, furtos ao esticão, incêndios criminosos e assaltos; ou seja, um grupo de jovens cujo comportamento requer manifestamente uma intervenção precisa.

A análise dos resultados que se têm conseguido ao longo de já vários anos demonstram: comparando um grupo HALT e um grupo de referência (composto por jovens que tenham cometido o mesmo tipo de infracção numa cidade desprovida de HALT), verifica-se que no grupo HALT o número de actos cometidos após a intervenção policial baixou consideravelmente em comparação com o grupo de referência. Uma grande percentagem de jovens apresenta uma mudança positiva no seu comportamento após ter passado pelo HALT contra 25% que seguem apenas o procedimento judicial. No grupo de referência nenhum jovem renunciou à delinquência após a intervenção da polícia. Factores como a idade, situação escolar e familiar, consumo de álcool e drogas não influenciam a reacção de cada um. Verifica-se ainda que os jovens têm muita

consciência do aspecto moral deste procedimento, ou seja assumem-se como responsáveis pelos seus actos e como tal devem reparar os danos causados para com as vítimas e a comunidade.

1.4.4.2. Considerações sobre programas de prevenção

Sarnecki (1991) refere que na Suécia se têm desenvolvido trabalhos de natureza científica que visam a adopção de medidas de prevenção e tomam a forma de programas preventivos a nível local. Estes programas funcionam segundo o seguinte princípio: as medidas de prevenção da delinquência devem-se basear numa descrição precisa da taxa local de criminalidade, assim como sobre o recenseamento dos recursos que o município tem concedido aos diversos sectores para a prevenção da delinquência. Um destes programas foi desenvolvido na região de Stockholm e previa um estudo detalhado da delinquência no centro da cidade e em 8 zonas cuidadosamente seleccionadas. Abrangeu os seguintes domínios:

1. Delinquência nas cidades, nos suburbios e nos transportes públicos;
2. Bairros, vida social e propensão para a delinquência;
3. Escola, habitação e delinquência juvenil;
4. Delinquência nos indivíduos de origem estrangeira, particularmente da delinquência juvenil nas zonas de forte concentração de imigrantes;
5. Instabilidade social nas cidades e delinquência juvenil;
6. Fisionomia das cidades dormitório e delinquência;
7. Estrutura da delinquência e métodos de trabalho da polícia nos diferentes tipos de ambiente urbano;
8. As mulheres, a delinquência e o ambiente urbano;
9. Delinquência e acção social nos diferentes tipos de ambiente urbano.

Nos Países Baixos, Van Dijk (1991) refere programas dirigidos para a prevenção da delinquência nos transportes públicos, nas escolas e nas cidades.

Nos transportes públicos visa-se reduzir as fraudes, vandalismo e comportamentos agressivos. Como medida recorreu-se ao aumento do pessoal de vigilância. Verificou-se que o número de agressões físicas e morais baixou durante a operação; os peritos, os utilizadores dos transportes e o restante pessoal reconheceram que a existência de pessoal de vigilância travou o aumento do vandalismo. Por outro lado, este projecto teve uma incidência favorável no desemprego, pois a maior parte dos postos de vigilância foram atribuídos aos grupos desfavorecidos com pouca instrução como jovens, mulheres, minorias étnicas, etc.

Nas escolas desenvolveu-se um projecto anti-absentismo. Isto por se considerar que o insucesso escolar, o absentismo e o abandono da escolaridade estão muito ligados ao comportamento delinvente, donde: a) o absentismo ser uma forma de desvio, e, como tal, deve ser objecto de medidas preventivas; b) identificar os jovens com comportamento absentista permite tratar a pré-delinquência e a delinquência precoce de forma indirecta e não traumatizante.

O método de implementação do programa foi: seleccionaram-se 3 colégios de ensino profissional, por ser o tipo de estabelecimento em que as taxas de abandono e o absentismo são mais elevadas. A primeira medida consistiu em implementar um sistema informatizado de controlo de presenças. Se um aluno faltasse os pais teriam conhecimento no próprio dia. Trata-se de uma medida preventiva, destinada aos absentistas ocasionais para quem a falta de controle por parte da escola ou dos pais tem um ganho tentador. A segunda medida consiste em nomear um educador responsável pela vigilância de alunos que apresentam um problema de absentismo a uma disciplina. Este educador tem como tarefa examinar com os professores os casos dos jovens em perigo, e de os aconselhar - até de os formar - sobre a melhor forma de lidar com eles. A terceira medida consiste em criar uma classe especial para os alunos com problemas, organizada conjuntamente por um pedagogo especializado em recuperação e um professor de ensino técnico. A duração do programa especial é limitado a 3 meses no máximo, afim de facilitar a reintegração no curso normal.

Verificou-se uma diminuição considerável das taxas de absentismo o que levou a considerar que limitar as ocasiões do absentismo reforçando a vigilância e o controle das presenças parece ser uma medida eficaz.

O projecto de intervenção nas cidades visou a melhoria das vizinhanças. Parte da constatação que há uma ligação entre habitação e delinquência. A habitação social, prédios organizados por andares, deterioração, delinquência, má qualidade das instalações e atrasos nos pagamentos das rendas são alguns dos problemas com que os gestores e residentes nas cidades se defrontam.

Em Delft desenvolveu-se um projecto que abrangia as seguintes medidas:

1. Organização de novas oportunidades de tempos livres para os jovens com a colaboração de um animador especializado em trabalho de rua;
2. Reforço da vigilância, foram contratados 7 vigilantes, para informar, aconselhar, e por vezes advertir, e assegurar a limpeza dos locais;
3. Os jardins e alamedas foram reordenados para facilitar a vigilância; foram tomadas medidas de limitação do acesso aos edifícios, os quais foram também objecto de medidas anti-vandalismo;
4. Os apartamentos foram reordenados em alojamentos para celibatários ou casais sem crianças, com a finalidade de limitar uma densidade muito elevada;
5. Finalmente, e é um ponto essencial, os residentes foram consultados durante a execução de toda a iniciativa.

Estas medidas revelaram-se muito eficazes. Os imóveis retomaram um aspecto muito aceitável; os residentes, as autoridades municipais e os responsáveis colaboraram sob a forma de uma estrutura organizada; os vigilantes triunfaram na manutenção da ordem e da limpeza; todas as partes abrangidas manifestaram satisfação com os resultados. Do ponto de vista preventivo o programa tem apresentado um grande sucesso levando à diminuição da delinquência.

Relativamente à definição e avaliação de programas de prevenção, Nuttall e Shapland (1991) consideram ser necessário: a) definir claramente os problemas da delinquência; b) estes problemas devem ser considerados como importantes pelas pessoas que residem ou trabalham numa mesma área; c) as respostas devem corresponder exactamente aos problemas e os seus resultados devem ser avaliados. A avaliação é capital; d) não desenvolver nem explorar iniciativas, nem as aplicar a outras áreas, sem saber previamente o que foi eficaz e porquê; e) uma experiência vantajosa da delinquência

nasce precisamente de acções, desenvolvidas a nível local e nacional. Consequentemente devemos saber como explorar estes esforços e aprender a transmitir e difundir a experiência adquirida. A avaliação é a chave deste processo de coordenação.

A avaliação abrange: 1) a análise dos resultados relativos à redução das taxas de criminalidade, às taxas de vitimização, atenuação do sentimento de insegurança, etc.; 2) análise do processo de elaboração do programa que permite controlar como o programa foi executado, que factores foram essenciais no seu desenvolvimento e que dificuldades surgiram.

As avaliações efectuadas têm demonstrado que para uma execução bem sucedida é necessário:

- 1- Analisar os tipos de delinquência por área;
- 2- Formar um ou mais grupos de pessoas, vindas de diferentes organismos oficiais, que agrupem os residentes e as associações de solidariedade que devem participar no programa. Serão obrigatoriamente necessários dois grupos: um grupo, composto por responsáveis dos organismos, para aprovar os orçamentos; outro grupo, composto por trabalhadores da área em análise;
- 3- Fazer participar pessoas da área em causa (residentes, jovens, profissionais); definir as suas prioridades e analisar as suas opiniões;
- 4- Elaborar um plano de execução para o programa, que define as medidas a tomar e a forma como cada uma será avaliada;
- 5- Organizar uma formação para as pessoas que devem participar no programa, com o objectivo de cada um adquirir competências para melhor desempenho da tarefa;
- 6- Avaliar a propensão e os resultados do projecto.

No que se refere à metodologia de implementação, Walgrave (1994), descrevendo um projecto como uma cadeia de actividades para realizar de modo ponderado e sistemático um determinado objectivo, dentro de um determinado prazo e tendo em conta meios disponíveis, define 4 fases num projecto (Quadro 1).

Polarização Social, Representação Espacial e Identidade da cidade de Lisboa

A fase de preparação onde se analisam: a) como discernir o problema que pode ser objecto da acção; b) como examinar mais o problema, de modo a orientar a abordagem de modo mais eficiente; c) como é que os objectivos da acção concreta deverão ser deduzidos (definir o objectivo de modo a poder ser trabalhado).

Na fase do planeamento analisa-se: d) o processo de mudança. Consideram-se as várias estratégias pela sua capacidade prática e é feita uma escolha com base em determinados critérios; e) os meios existentes e necessários em relação ao pessoal, finanças, capacidade técnica, instalações, cooperação necessária; f) divide-se a estratégia em 4 fases com objectivos intermédios.

Na fase de execução examinam-se determinadas técnicas, tais como a g) formulação da divisão de tarefas; h) processo de avaliação; i) tomada em consideração de possibilidades e oposições imprevistas; j) motivação dos cooperadores; l) organização da coordenação.

Na fase de avaliação verifica-se: m) em que medida o processo decorreu como o planeado e quais as razões dos possíveis desvios; n) em que medida os objectivos foram atingidos. o) analisam-se ainda possíveis contributos para futuros projectos.

Quadro 1

Faseamento do projecto de prevenção

Fase do projecto	Acção	Escolhas a fazer
Preparação	* Detecção do problema * Análise do problema	* Foco sobre a acção * Solução do problema
Planeamento	* Definição de objectivos * Definição da estratégia * Obtenção de meios * Organização por fases * Distribuição por tarefas	* Resultado previsto * Uma metodologia * Pessoal e meios financeiros * Horário e sequência * Sistema de tarefas coerentes
Execução	* Aplicação de técnicas * <i>Follow-up</i> do planeamento * Avaliação dos subobjectivos	* Tecnologia correcta * Feed-back sobre o auxílio * Adaptação do planeamento
Avaliação	* Controlo da obtenção dos objectivos	* Métodos de avaliação

2. A psicologia do ambiente como metodologia compreensiva e de análise da relação homem-ambiente

2.1. As perspectivas em psicologia do ambiente

A psicologia do ambiente desenvolve-se a partir do interesse nas características físicas do ambiente que originaram o estudo “da interface entre comportamento humano e ambiente sócio-físico” (Stokols, 1978; Stokols e Altman, 1987).

Uma das mais importantes iniciativas veio do grupo de investigação de Ittelson e Proshansky, na Universidade de New York, em 1958. Este grupo pretendia estudar como o setting espacial/arquitetural de um hospital psiquiátrico pode influenciar o comportamento dos doentes. Posteriormente alargaram o interesse para comportamento e settings físicos ambientais no geral.

Paralelamente a este contributo, a partir dos anos 70, nos E.U.A. e em países europeus, desenvolve-se um interesse por esta nova área de investigação psicológica por parte de disciplinas inicialmente distantes da psicologia: arquitectura, planeamento ambiental, geografia e ciências bio-ecológicas.

Também, para além do grupo de Proshansky, outros psicólogos e psiquiatras, na mesma época (anos 50), estiveram envolvidos em projectos do mesmo tipo, particularmente Osmond e Sommer que analisaram a influência da organização espacial na interacção social. Concluíram que existem settings espaciais que dificultam a interacção (sociofúgicos) e outros facilitam a interacção (sociocêntricos). A partir do estudo de comportamento em idosos, Sommer desenvolve o conceito de territorialidade humana e espaço pessoal.

Simultaneamente, na Europa, o psiquiatra francês Silvadon envolve-se num programa de investigação com arquitectos para análise da influência do design de hospitais psiquiátricos na melhoria/cura dos pacientes.

Assim, no final dos anos 50, o problema do design/planeamento de edifícios destinado ao acolhimento de doentes psiquiátricos esteve na base da formação de grupos de

investigação, em que colaboraram arquitectos e psicólogos, o que desencadeou um amplo e difuso movimento em ciências do planeamento arquitectural.

Em 1956 a Comissão de Investigação do Instituto Americano de Arquitectos apresentou uma proposta de Fundação Nacional da Ciência e a realização de uma conferência na Universidade de Michigan cujos tópicos principais foram a relação entre as ciências físicas, biológicas e sociais considerando os problemas e a criação de óptimos ambientes para as actividades humanas. Participaram arquitectos, engenheiros cívicos, planeadores urbanos, psicólogos e sociólogos.

Miller (arquitecto) e Wheeler (psicólogo) colaboraram na construção de vários dormitórios para estudantes na Universidade de Indiana. A colaboração entre estas duas profissões tornou-se cada vez mais sistemática.

O trabalho de Lynch, planeador urbano, desempenha um papel determinante no desenvolvimento deste tipo de colaboração. Propõe que na base da opinião e planeamento de uma cidade está a imagem ou imaginabilidade partilhada pelos seus habitantes; o uso e as imagens que os habitantes têm do espaço urbano é o resultado do design e da experiência diária e é nesta imagem que se deve basear o planeamento urbano (Bonnes e Secchiaroli, 1995).

Este movimento influenciou escolas de arquitectura e empresas de design arquitectural, nomeadamente nos países anglo-saxónicos e na Europa do Norte.

Nos finais dos anos 60 aumenta o interesse pelo factor “humano” ou “antropológico”, considerado como componente inseparável do processo físico-natural, pela geografia e ciências bio-ecológicas, o que reenviou para os trabalhos dos primeiros geógrafos da escola de Berkeley no início dos anos 20. Sauer (1925), fundador da escola, referia a necessidade de os estudos de morfologia da paisagem considerarem as componentes sociais e culturais que caracterizam os habitantes de um território. Neste linha destacam-se os geógrafos: Lowenthal, 1961; Saarinen, 1966; Downs, 1970; e Gold (1980) que no âmbito da geografia do comportamento consideram que a motivação social, as decisões e acções humanas são mediadas pela cognição do espaço. Nesta perspectiva as interpretações do comportamento são baseadas na compreensão do caminho em que se desenvolve a cognição do espaço, a natureza da cognição e os laços entre cognição e comportamento.

Mas um dos acontecimentos mais importantes a nível internacional foi o lançamento pela UNESCO do programa de problemas ecológico-ambientais: Homem e Biosfera. Neste programa destaca-se o factor humano como desempenhando o papel central na abordagem ecológico-naturalista. O homem é um ser biológico e cultural.

Daqui nasce a necessidade de articulação entre as ciências do ambiente físico-natural (biológicas e físico-químicas) e as ciências do homem (ciências sociais e humanas: psicologia, antropologia, sociologia, etc.). Surgem novas unidades de análise e a dimensão humana é avaliada de 3 formas:

- a) dimensão espacial
- b) dimensão temporal
- c) dimensão da percepção ambiental.

As duas primeiras dimensões caracterizam os aspectos físico-biológicos; a terceira dimensão concerne especificamente à componente humana e caracteriza as “forças” humanas ou acções que concorrem para definir o sentido psico-social das características físico-biológicas do sistema.

O termo percepção engloba os processos cognitivo e afectivo que intervêm na representação do ambiente e das suas características a nível individual (psicológico) e colectivo (sociocultural).

Durante os anos 60 e 70 o interesse específico da psicologia situou-se no ambiente físico-espacial e houve uma ausência completa de atenção específica e sistemática pelas características sócio-físicas do ambiente e a sua influência no comportamento. Muitos autores (Canter, 1986) consideram que “isto é a tradição de laboratório, e o laboratório é, por tradição, o não ambiente” (Bonnes e Secchiaroli, 1995).

Excepcionalmente, a psicologia da percepção desenvolve um verdadeiro interesse pelas características físico-espaciais e comportamento humano. O ambiente passa a ser considerado um espaço sócio-físico e a investigação passa a desenvolver-se a partir de duas tradições teóricas diferentes: a psicologia da percepção que define o ambiente em termos físico-perceptivos e a psicologia social caracterizada por uma visão molar.

A psicologia da percepção analisa a relação, ou correspondência, entre processos psicológicos (com particular referência aos perceptivo-cognitivo) e características do ambiente físico. A problemática relação entre estes dois factores emerge

particularmente nos E.U.A. dos estudos da escola do New Look. Esta escola propõe uma modalidade diferente da escola europeia, representada pela psicologia da gestalt (Kolher, Kofka e Wertheimer), na análise do fenómeno perceptivo. Consideram que os gestaltistas tendem a ignorar a correspondência entre input e output, pondo a primazia no mundo fenomenológico, ou mundo percebido, relativamente a um objectivo-físico: isomorfismo; o problema não é identificar a correspondência entre as características do ambiente físico e experiência perceptiva, mas explorar que experiências perceptivas desencadeiam determinados estímulos. O ambiente físico é só o que aparece do lado da experiência perceptiva. O ambiente geográfico tende a tornar-se parte da experiência comportamental-ambiental-individual, negando todas as hipóteses de interpretações idiossincráticas individuais na experiência perceptiva. Defendem a existência, em todos os indivíduos, de mecanismos neurológicos inatos que asseguram a correspondência entre os dois tipos de ambientes. A New Look defende o papel activo do sujeito no ambiente, no sentido de comportamento guiado por objectivos e necessidades. O ambiente físico-objectivo e as actividades e acções do sujeito no ambiente é que devem ser objecto de investigação. Levanta-se a questão da dinâmica das formas (Bonnes e Secchiaroli, 1995).

A partir daqui desenvolvem-se novas áreas de estudo articuladas com as características do ambiente físico; distingue-se entre ambiente físico-construído e ambiente físico-natural e entre ambientes de larga escala e ambientes de pequena escala. Craik (1970) esquematiza estes critérios com base no grau da influência humana (quadro 2). O ambiente natural representa o nível mínimo de influência humana, enquanto o ambiente construído apresenta o nível máximo desta influência.

Quadro 2 - Áreas de interesse para a psicologia ambiental de acordo com as dimensões do ambiente

Grau de influência humana Ambiente	Mínimo (ambiente natural)	Máximo (ambiente construído)
Pequena escala - ex.	árvore	casa
Grande escala - ex.	parque	cidade

Fonte: Craik, 1970

Segundo Stokols (1978) a definição de peculiaridades disciplinares caracterizam-se por processos psicológicos que decorrem do interface sócio-físico indivíduo-ambiente e que podem ser:

- a) fenómenos/processos de comportamentos manifestos ou unidades físico-comportamentais, denominados por “comportamento espacial” (territorialidade, privacidade) e por “stress ambiental”;
- b) fenómenos/processos de comportamento implícitos ou unidades simbólico-cognitivas que se agrupam em percepção/representação ambiental: conhecimento/cognição ambiental, afecto ambiental, atitudes ambientais, avaliação ambiental e personalidade ambiental.

Estas perspectivas remetem para dois tipos de estudos (quadro 3) a avaliação e o conhecimento ambiental. A avaliação orientada para demonstrar as respostas psicológicas das pessoas perante o ambiente e suas características. Compreende o estudo das disposições e atitudes pessoais. Consiste na classificação das respostas avaliativas individuais para com as qualidades ambientais e das respostas cognitivas à estrutura da organização espacial de um ambiente. O conhecimento ambiental considera e descreve os processos envolvidos nas avaliações e conhecimento. Estuda os caminhos individuais resultantes (simbolicamente) da representação molar (ou sócio-física) do ambiente e dos seus conteúdos.

Quadro 3 - Relação e modalidades das transacções pessoa-ambiente e consequentes processos/fenómenos psico-ambientais

Forma de transacção Fase de transacção	Cognitiva	Comportamental
Activa	Interpretativa Representação cognitiva do ambiente espacial Personalidade e ambiente	Operativa Análise do componente ecológico relevante Comportamento humano espacial
Reactiva	Avaliativa Atitudes ambientais Avaliação ambiental	Responsiva Impacto do ambiente físico Psicologia ecológica

Fonte: Stokols, 1978

2.2. A consolidação de um modelo

Segundo Saegert e Winkel (1990) o desenvolvimento da psicologia do ambiente têm-se pautado por dois paradigmas: o paradigma adaptativo e o paradigma da psicologia social. Para o paradigma adaptativo são objectivos de sobrevivência biológica e psicológica que motivam o comportamento. Perante situações de perigo, os indivíduos reúnem e recuperam necessidades de base biológica e desenvolvem capacidades de controlo e prosperidade. As principais críticas a este modelo consideram que não explica a natureza de muitos processos e variáveis envolvidas (relacionamento social, interpretações), tal como não considera factores de influência política, económica e cultural.

Dentro do paradigma psicossocial encontramos 3 correntes: uma defende que o ambiente estrutura as oportunidades que guiam a acção por objectivos; as experiências com o ambiente são essencialmente um processo de selecção das melhores opções que o sistema sociofísico permite em termos de constrangimentos e oportunidades; o

planeamento racional do homem é enfatizado pelos aspectos das respostas biológicas e a dimensão psicológica leva ao desenvolvimento de oportunidades físico-geográficas no ambiente. A segunda refere a importância de forças sócio-culturais considerando que o indivíduo como agente social procura e cria significado no ambiente; a interacção social é a característica central neste paradigma a par da compreensão das relações entre o ambiente, por um lado, e a formação e manutenção do grupo, por outro; as relações e significados ambientais não são apenas construções individuais, mas o indivíduo define e é definido pelo grupo no qual participa. A terceira considera a importância da síntese histórica que representa a perspectiva de integração das outras correntes e é orientada para a mudança social.

Bonnes e Secchiaroli (1995) consideram que a divergência dos dois paradigmas caracterizou os primeiros trabalhos no âmbito da psicologia ambiental, mas actualmente, com a introdução de novos construtos com referência directa à aproximação holístico-sistémica e a substituição do conceito de setting comportamental por lugar, caminha-se na inclusão progressiva de ambos.

2.2.1. A perspectiva transaccional-contextual

Nesta orientação defende-se a indecomponibilidade das totalidades estruturais e considera-se que as experiências perceptivas surgem como configurações molares ou holísticas; não como uma mera soma de sensações isoladas, mas como totalidades significativas que transcendem as propriedades singulares dos seus componentes. Interessa pois estudar os campos de significação, imediatos para o sujeito, o todo dominando as partes e assumindo significações globais irreduzíveis (Soczka, 1989). Tal perspectiva surge dos trabalhos de Lewin e da confrontação entre os modelos de pensamento aristotélico e galilaico levando a que actualmente se coloque a ênfase nas “relações de forças existentes num dado campo físico”. Torna-se necessário compreender a totalidade da situação para explicar a dinâmica da relação entre o objecto e o seu ambiente. A totalidade da situação foi definida por Lewin como campo psicológico ou espaço de vida (Life space), que inclui a pessoa (P) e o seu ambiente

(E), sendo o comportamento (B) função da interação dinâmica entre P e E, donde resulta a equação $B=f(P,E)$. Por campo psicológico entende-se o conjunto das variáveis que influem no comportamento do indivíduo num dado tempo t (princípio da contemporaneidade), englobando o subsistema pessoal, o subsistema ambiental e a zona fronteira que separa as variáveis psicológicas das não-psicológicas. O campo psicológico é então “a parcela do real que existe para o sujeito”. O que deve ser objecto de estudo é o campo psicológico e não cada um dos objectos componentes. A partir daqui Lewin considera que a psicologia deverá tornar-se o estudo da ecologia particular dos indivíduos ou dos grupos (Soczka, 1989).

Relativamente aos grupos estes são considerados *gestalten*, campos de forças particulares definidos por objectivos, normas e valores próprios, formas de organização, redes de interacções e comunicações, determinações peculiares (totalidades dinâmicas) irreduzíveis a uma análise dos indivíduos que os compõem. Lewin alarga a noção de campo às variáveis sociológicas que atravessam e influenciam o grupo como realidade social: “A representação do grupo e do seu ambiente como um campo social é um instrumento básico para a análise da vida do grupo. Isto significa que a ocorrência social é vista como acontecendo e resultando da totalidade das entidades sociais co-existentes, como grupos, subgrupos, membros, barreiras, canais de comunicação, etc. Uma das características fundamentais desse campo é a posição relativa das entidades que são parte do campo. Esta posição relativa representa a estrutura do grupo e o seu ambiente ecológico. Expressa também as possibilidades básicas de locomoção dentro do campo. O que ocorre dentro desse campo depende da distribuição de forças em todo campo. Uma previsão pressupõe a capacidade de determinar a intensidade e a duração das forças resultantes para os vários pontos do campo. De acordo com a teoria geral do campo a solução de um problema de vida do grupo tem que se basear num procedimento analítico deste tipo. Só considerando os grupos em questão no seu ambiente real podemos assegurar que nenhuma conduta essencial possível foi descurada” (Lewin, 1947, cit. Soczka, 1989).

A característica fundamental da investigação transaccional é a ênfase na dinâmica das pessoas no seu setting ambiental diário ou contextos.

2.2.2. Setting comportamental/lugar

O termo setting comportamental foi desenvolvido pela psicologia ecológica de Barker, mas com as novas abordagens em psicologia ambiental tem passado a ser designado por “lugar” com objectivos que visam o desenvolvimento da “teoria do lugar”. Este novo conceito é visto como desempenhando uma posição central para articulação entre todas as áreas (Bonnes e Secchiaroli, 1995).

O construto de lugar, inicialmente abordado pelos arquitectos, foi desenvolvido pelo design arquitectural e pela investigação geográfica, no âmbito dos trabalhos da escola filosófico-fenomenológica.

Altman (1973) analisa as possibilidades ou dificuldades de colaboração entre “práticos” do ambiente, investigadores sociais e psicólogos ambientais. Verifica como principal dificuldade a diversidade da unidade de análise. Esta diversidade deve-se: 1) ao que se entende por lugar; 2) e aos processos psico-ambientais tenderem a ser trans-lugares (ex. territorialidade, cognição ambiental, etc.).

Bonnes e Secchiaroli (1995) consideram que a perspectiva fenomenológica, com os trabalhos de Heidegger (1975) vem dar um contributo emblemático neste entendimento. Heidegger (1975) refere-se ao fenómeno de dwelling¹² (habitação) para definir o processo pelo qual as pessoas assinalam a sua existência no espaço. Este processo envolve 4 elementos: terra, atmosfera, ídolos e homem. Terra e atmosfera referem-se ao mundo natural e ambiental; ídolos e homem abrangem as dimensões individual, interpessoal, ecológica e espiritual. A interpenetração destas dimensões cria uma relação potencialmente positiva que é “moderada e preservadora”. Lugar refere-se não apenas à localização geográfica mas ao seu carácter essencial que o tornam diferente em relação a outras localizações; é a via pela qual as dimensões da localização e da paisagem produzem, simultaneamente, um ambiente distinto e dão um sentido particular à localização.

Este sentido é típico e designado por Norberg-Schulz (1980) por *genius loci* ou “espírito de lugar”. Todos os lugares têm os seus *genius loci*, cujas raízes estão no

ambiente natural ou lugar natural. Este lugar tem uma estrutura e incorpora significados que são representados por 5 dimensões: propriedades, ordem, carácter, delicadeza e tempo. Propriedades e ordem referem-se à qualidade espacial; carácter e delicadeza à dimensão atmosférica; o tempo envolve a constância e a mudança na paisagem.

Tuan (1974; 1979) usa o termo lugar para analisar a ligação afectiva das pessoas com o ambiente físico circundante. Propõe os conceitos de “topophilia” para indicar os sentimentos afectivos positivos que ligam o homem ao ambiente material; e “topophobia” indica ligações afectivas angustiantes que induzem ansiedade e depressão. O sentido de lugar é caracterizado pela familiaridade e ocupação inconsciente do lugar; o passado é representado e produzido na capacidade intencional reflectida naquele lugar apropriando assim o nível afectivo pela via do self-consciente. Implica uma certa distanciação entre o eu e o lugar o que permite a apreciação do lugar ao self.

Enraizamento implica a própria existência no lugar de um inconsciente. É o caso de quando se vive durante muito tempo numa localidade em que há como que uma “fusão” entre o eu e o lugar.

Lugar conhecido é resultado da simples familiaridade com o objecto.

Lugar muito conhecido é resultado de um esforço cognitivo consciente.

Conhecimento explícito do lugar tem em conta o passado que desenvolve o sentido e a estabilidade.

É o carácter da intencionalidade humana que permite o sentido de lugar. Os lugares são produtos da acção humana intencional envoltos na direcção da criação de lugares. São os actos deliberados de criação e manutenção do lugar pelo qual a linguagem, os gestos e a produção de características têm significado comum.

Com a introdução do construto de lugar na psicologia ambiental, o setting passa a ser visto como recobrando dimensões psicológicas, particularmente as relativas ao processo cognitivo da interpretação, isto é, atribuição de significado ao setting.

Numa visão social dos settings estes são continuamente a essência construída e reconstruída no sentido de acções individuais deliberadas e ao mesmo tempo satisfazem necessidades de ordem operativa e organizativa.

¹² Perdendo parte do seu significado semântico a tradução do termo para a língua portuguesa, optou-se pelo uso do termo original.

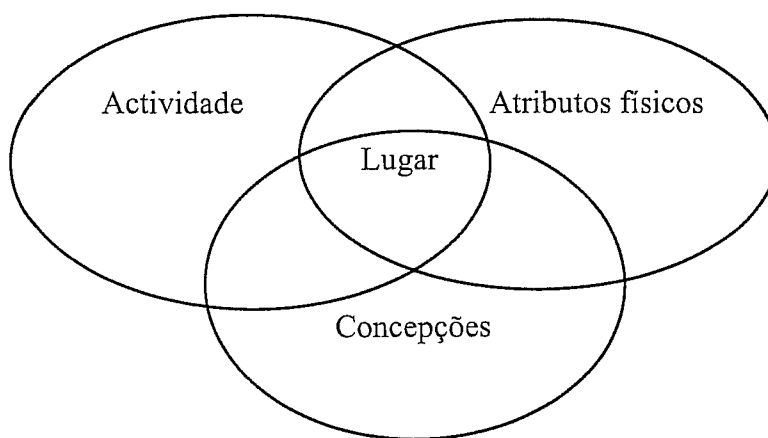
Moscovici (1984) assinala o potencial explicativo das representações sociais para a compreensão dos settings, particularmente no que se refere à existência de convenções sociais, normas e valores que são parte da cultura: as representações sociais são representações colectivas, ou sócio-culturais apoiadas na imaginação simbólica de ideias e crenças que representam o nível de agregação da regulação de componentes da acção-relatada.

Wicker (1987) propõe a ligação da teoria do setting comportamental com a psicologia social, particularmente no que se refere à capacidade de considerar não apenas aspectos de estabilidade mas também de flexibilidade, mudança e diferenciação interna na organização do setting. Distingue setting comportamental que se refere à centralidade dos aspectos psicológicos (significado cognitivo e afectivo) como reguladores da relação dos indivíduos com o ambiente sócio-físico, e lugar definido como unidade percebida do ambiente geográfico ou psicológico destacando a importância do significado para a compreensão do comportamento humano no ambiente que abrange papéis activos e intencionais, ou seja cognitivamente orientado e guiado por objectivos, o comportamento humano no ambiente é afirmado pela contínua integração entre aspectos cognitivos e afectivos e entre aspectos individuais e organizativos para o comportamento/acção no ambiente.

Canter (1986) defende que a psicologia do ambiente deve centrar-se no “estudo da acção humana situada, cujo postulado é que as pessoas situam sempre as suas acções num lugar específico, sendo a natureza do lugar um ingrediente importante na compreensão da acção e experiência humana”. Orienta o seu trabalho em dois sentidos: 1) desenvolvimento de uma teoria que capacite para descrever e compreender a estrutura do sistema cognitivo pertinente no ambiente; 2) análise de procedimentos válidos para tornar possível o conhecimento dos processos internos. Interessa-se pela organização interna (no sentido hierárquico) do sistema cognitivo relativo aos lugares e a especificidade ou difusão e o grau de diferenciação apresentado pelo sistema de acordo com as características da organização interna. Demonstra uma certa conexão entre sistema cognitivo, reacções afectivas e acções no que concerne às características físicas do ambiente. Propõe o construto de papel ambiental (conjunto de comportamentos, expectativas e atributos físicos de um ambiente) sendo o lugar

considerado como o resultado das relações entre as acções, as concepções e os atributos físicos (Esquema 3). A compreensão das actividades deve ter por base o local em que estas ocorrem que por sua vez as determinam. As partes individuais (actores) são componentes constituintes das actividades. As representações apoiam a ocorrência das actividades e as propriedades físicas do lugar representam as relações das actividades.

Esquema 3 : O lugar segundo Canter



2.3. Processos psicológicos e ambientais

2.3.1. O território

O conceito de território vem dos trabalhos da etologia que demonstraram ter o comportamento animal a necessidade fundamental de dispôr de um lugar e de manter uma certa distância em relação ao outro. Destes estudos (von Uexkull, 1956; Hediger, 1955; Tinberg, 1958) concluiu-se que: a) o animal manifesta a sua presença delimitando um território e através de comportamentos significativos marca o seu espaço e assegura a sua defesa; b) o território assegura três funções essenciais: função de sobrevivência, assegurando a existência de recursos alimentares; função de defesa permitindo-lhe a

protecção; função de exploração que permite o conhecimento e a familiaridade com o ambiente; c) a introdução de bruscas alterações no território provoca perturbações nos comportamentos.

Em condições de desequilíbrio ecológico, ou de ruptura do equilíbrio hierárquico, nas sociedades de animais verifica-se um aumento dos comportamentos agonísticos e um aumento da competição inter e intragrupal, uma diminuição dos comportamentos epimeléticos e, de forma geral, uma inibição das manifestações afiliativas que funcionam como factores contra-agonísticos (Soczka, 1985, p. 72).

Os estudos de Calhoun sobre o efeito da densidade numa população de ratos, identificaram um conjunto de comportamentos patológicos como a perturbação na construção dos ninhos e formas desviantes de acoplamento e organização social. Os machos manifestaram um aumento de agressividade e um desrespeito face aos sinais rituais de submissão que marcam o fim dos combates; as fêmeas apresentam uma atitude de indiferença para com as crias, verificando-se uma taxa de 75% de mortalidade dos animais recém-nascidos.

A mudança territorial foi estudada por Hediger que analisou o comportamento do animal selvagem em cativeiro. Verificou que a restrição do espaço provocou um sentido de desorientação, perda de capacidades e por vezes um estado de desânimo que podia ir até à recusa em se reproduzir, em se alimentar, conduzindo à morte.

A noção de território animal foi extrapolada e aplicada ao comportamento humano, nomeadamente por Lorenz. Considera-se que o homem possui um instinto territorial e a sua expressão é feita numa base territorial que visa o equilíbrio. A partir desta base territorial é possível interpretar o funcionamento de um grupo ou de uma sociedade e o território é uma garantia de sobrevivência conseguida através de um comportamento agressivo.

Desenvolvem-se, a partir daqui, correntes explicativas do comportamento territorial. Do lado da arquitectura desenvolve-se a teoria da territorialidade que aborda a relação entre a forma arquitectónica e urbana e o comportamento social (Heitor, 1996). Esta teoria baseia-se na premissa de que o espaço tem capacidade para estimular tipos particulares de comportamento e a estrutura espacial é vista como uma hierarquia de domínios territoriais. Quanto ao espaço construído, entende-se que a sua forma tem o poder de

prevenir situações de conflitualidade e de criminalidade e adverte para a necessidade de criar uma hierarquia clara bem definida de domínios espaciais (Heitor, 1996). Os trabalhos de Chermayeff e Alexander (1963), Newman (1972), Altman (1975) e Coleman (1985) são exemplos desta abordagem espacial.

Chermayeff e Alexander (1963), estabelecem uma anatomia urbana, baseada na separação de actividades por zonas (espaços), fisicamente estruturadas em função de um sistema hierárquico onde no topo se encontra o “urbano-público” e na base o “individual-privado”. Defendem que a clareza e a autonomia destas zonas depende do modo como se estabelecem as ligações entre estes espaços. Sugerem ainda, que às transições devem corresponder barreiras físicas, tais como mudanças de nível, portões ou dispositivos sonoros ou visuais.

Newman (1972) defende também a necessidade de delimitação rígida entre territórios. Quando esta delimitação não existe o espaço impessoal torna-se anónimo precipitando reacções emocionais negativas e respostas agressivas, tornando-o, portanto, vulnerável a acções de vandalismo e de negligência. Sustenta que a ausência de vigilância e a presença de espaços que permitam a fuga são outros factores responsáveis pela vulnerabilidade das áreas residenciais. Considera que o espaço residencial deve ser concebido de um modo defensável, isto é, de maneira que os habitantes se sintam protegidos da presença de intrusos ou de estranhos e, simultaneamente, possam estar numa situação de vigilância permanente. O conceito defensável advém da capacidade do espaço criar zonas de influência territorial, facilmente percebidas pelos residentes, para propiciar a sua acção vigilante e para influenciar a percepção da identidade colectiva. O sentido de comunidade é baseado na identificação mútua com o habitat e com o uso de espaços comuns e gera uma rede de solidariedade e de interdependência. A restrição ou inibição de acesso a estranhos é fundamental para atingir estas condições, donde a necessidade de recurso a barreiras físicas ou simbólicas e à monofuncionalidade dos espaços residenciais, através da eliminação de usos com outras finalidades.

Numa perspectiva contrária à de Newman, Hillier (1984; 1988; 1991; 1996) refere que a complexidade do espaço não pode ser resumida a uma hierarquia de domínios espaciais e que a repartição do espaço por zonas monofuncionais, destinadas a servir grupos específicos da população funciona no sentido oposto, ou seja, essas condições provocam uma sub-utilização, o excessivo controlo e conduzem a uma uniformização alienante. Em alternativa considera que, o sucesso e a segurança do espaço urbano depende da presença espontânea e constante de passantes, quer sejam residentes ou estranhos, o que por sua vez resulta de um conjunto de factores, designadamente, da capacidade desse espaço ser acessível (estar integrado nos espaços de domínio público), ser permeável (estar directamente relacionado com outros espaços), ser vísivel (ser perceptível a partir dos espaços envolventes e facilitar a observação da movimentação dos outros passantes), ser legível e previsível (permitir um sentido correcto de orientação) e gerar actividades (permitir que os indivíduos desenvolvam actividades quotidianas). São as relações de vizinhança induzidas pela proximidade e partilha de espaços comuns, que não têm necessariamente de estar pré-determinadas ou vinculadas a um espaço fisicamente delimitado, que criam laços comunitários.

Coleman (1985) postula também uma relação de causalidade directa entre a forma urbana e os comportamentos socialmente desviantes. As agressões aos espaços construídos reflectem uma reacção de insatisfação à qualidade da habitação e ao modelo de habitat produzido e, em particular, à exagerada dimensão dos conjuntos, à aridez e uniformidade da arquitectura, à inadequação das soluções praticadas aos hábitos e necessidades das famílias e à falta de condições de vigilância. Identifica quatro indicadores de comportamentos desviantes: o lixo, os graffiti, o vandalismo e os excrementos.

Heitor (1996) considera que a visão territorial do espaço, fundamentada na diferenciação hierárquica e na correspondência entre espaços, actividades e territórios, e as soluções conceptuais sugeridas, baseadas na restrição de acesso, vão inevitavelmente conformar padrões espaciais rigidamente hierarquizados, próprios de uma estrutura em árvore, isto é, constituídos por unidades distintas ligadas entre si, sem articulação

funcional e definidos de acordo com uma lógica de construção endógena. Estas condições condicionam a capacidade participativa das populações ao nível do estabelecimento de meios de controlo social e de vigilância natural na medida em que limitam as relações sociais a grupos específicos e, em regra, de reduzida dimensão bem como promovem a segregação espacial em geral e, em particular, a segregação residencial. Defende que a vulnerabilidade do espaço é desencadeada pela ausência de controlo social e de vigilância natural, factores estes que são fomentados pelas condições de acessibilidade e de visibilidade dos espaços de uso colectivo, ou seja, de livre ingresso e de comunicabilidade entre o interior e o exterior da estrutura edificada. As condições de acessibilidade física de um sistema espacial referem-se à capacidade de circulação no seu interior e para o exterior. Afectam a utilização do espaço, na medida em que têm fortes repercussões ao nível da distribuição e caracterização da actividade pedonal e, em particular, no que se refere à orientação das deslocações, à selecção de percursos e locais de permanência, à polarização ou dispersão das actividades de convívio e de encontro, à composição dos grupos de utilizadores e ao tipo de actividades realizadas.

As condições de visibilidade de um sistema espacial correspondem à capacidade de alcance visual dos espaços, ou seja, ao modo como os espaços se relacionam visualmente com os imediatamente adjacentes. Interfere na forma de utilização do espaço, na medida em que a capacidade de vigilância natural tem implicações na escolha dos locais de convívio, na composição e comportamento dos grupos que os utilizam e nas actividades que praticam. Com efeito, as relações de visibilidade entre espaços não têm necessariamente características simétricas, pois nem sempre se estabelece entre eles uma relação de reciprocidade: o alcance visual do espaço *a* em relação a *b* pode não ser idêntico ao estabelecido de *b* para *a*. Isto significa que o factor de assimetria visual entre espaços pode traduzir-se numa situação de “ver sem ser visto”, contribuindo para aumentar significativamente o controlo visual de um dos espaços sobre o outro.

A comunicabilidade depende da continuidade espacial da área, ou seja, da frequência pela qual as actividades que se desenvolvem no interior dos espaços edificados acedem directamente ao espaço exterior e do tipo de constituição dos espaços. Relaciona-se com

as condições de penetrabilidade desenvolvidas pelas massas edificadas, designadamente, com a concentração ou dispersão de acessos, com os atributos funcionais desses acessos (decorrentes das actividades contidas na massa edificada) e com os mecanismos espaciais utilizados para separar os espaços públicos (de livre acessibilidade) dos espaços de domínio privado (de acesso restrito).

A comunicabilidade interfere no uso do espaço na medida em que as actividades contidas nas massas edificadas funcionam como um factor de atracção da população. Assim elas intervêm na selecção dos percursos e locais de convívio, influenciam a composição dos grupos e as actividades por eles praticadas e actuam também no supervisionamento do próprio espaço.

Numa abordagem psicossociológica do ambiente, Fischer (1989) considera que no caso do homem o comportamento territorial não está directa e exclusivamente dependente das características do lugar, mas é altamente socializado. Integra as percepções, a utilização e a protecção de zonas ou objectos, o que implica uma influência sobre este espaço expressa por indícios como a marcação. A criação do território por parte do homem responde a uma tripla necessidade: 1) reagir à presença real ou implícita de outrem; 2) responder às propriedades do ambiente; 3) satisfazer estados emocionais.

O conceito de território humano é assim estudado no interior de quadros sociais com uma interpretação psicológica e cultural (Altman e Chemers, 1980; Fischer, 1989; Soczka, 1985).

Considerando os vários tipos de espaços que o homem ocupa e os tipos de relações estabelecidas, Altman (1975) identifica três tipos de territórios:

Território primário, de que é exemplo a nossa casa, é ocupado de maneira estável e facilmente identificável; é controlado pelos seus ocupantes; assegura uma função de intimidade; pode ser personalizado e qualquer intromissão pode ser sentida como uma violação; tem um papel essencial na saída dos indivíduos da esfera pública, donde pode ser definido em termos de refúgio pessoal.

O território secundário não é completamente privado nem público, corresponde aos enclaves criados por grupos e regidos por regras mais ou menos formais e restritas correspondentes ao direito de acesso e uso de espaços sociais. Trata-se de lugares sociais que permitem a reunião de pessoas e que podem ser objecto de uma apropriação específica se o grupo tem o hábito de aí se reunir. São exemplos destes territórios, o serviço de um hospital que se distingue pela presença de diversos sinais como a cor do uniforme; a sala de aula de uma escola que permite a apropriação do espaço por parte dos alunos (a ocupação da mesma mesa e cadeira durante o ano que permite dizer “é a minha mesa”).

Os territórios terceários ou públicos obedecem a um tipo de ocupação temporária. Pertencem a todos mas os primeiros ocupantes são os seus proprietários provisórios. Os comportamentos são regidos pelas normas sociais e pelos costumes. São exemplos os parques, as ruas, os bancos, cabines telefónicas, etc.

Sendo o território um mediador das interacções sociais este desempenha como principais funções: o controlo, a delimitação de fronteiras e a definição de comportamentos (Fischer, 1992).

A função de controlo manifesta-se por um tipo de ocupação específica que permite ao indivíduo exercer uma espécie de posse e origina uma zona de influência com a qual nos podemos identificar. É disto exemplo a forma de disposição dos objectos no espaço. A delimitação de fronteiras refere-se ao facto de a delimitação dos territórios ser interpretada em termos de fronteiras (materiais ou simbólicas) exprimindo-se através da presença de marcadores que mudam de sentido consoante os territórios e informam sobre o grau de personalização de um lugar. Como exemplos de marcação temos o colocar um objecto pessoal junto de objectos espaciais que transmitem o sentido de posse desse objecto.

A função comportamental assenta na existência de “esquemas internos de espaço-modelos” (Hall, 1966) que o indivíduo adquire, apreende e transporta consigo ao longo da vida. Estes esquemas moldam os comportamentos definindo tipos de condutas. Considera-se que a partir de um tipo de organização territorial se definem actividades e comportamentos. Hall (1966) identifica três tipos de organização territorial: fixa,

semifixa e informal. Nos territórios com organização fixa os limites são rigidamente definidos e permitem um número limitado de actividades. Por exemplo na casa as actividades estão definidas por características espaciais (preparação das refeições, refeição, dormir, receber visitas, etc.). A organização semifixa refere-se à disposição dos elementos semifixos (mobiliário) e ao facto de esta disposição induzir um tipo de relação. Osmond demonstrou que a disposição dada a elementos do espaços pode afastar o relacionamento interpessoal (espaços sociofúgicos) ou, contrariamente, facilitar este relacionamento (espaços sociocêntricos). A organização informal compreende distâncias que os indivíduos em contacto têm necessidade de guardar entre si.

Numa perspectiva psicossocial considera-se que as funções de um território estão ligadas ao estatuto social de um indivíduo, nomeadamente, dentro de uma organização. O ambiente físico pode indicar a posição de uma pessoa dentro de uma organização e, ao mesmo tempo, o uso deste ambiente reafirma a dominância hierárquica, pois efectua-se em função do estatuto dos indivíduos. Na vida quotidiana, estas funções podem facilitar a organização e a gestão das actividades num lugar e desenvolver o uso de mapas cognitivos que orientam os comportamentos em relação aos lugares. No entanto, estes comportamentos estão dependentes do estatuto ou da situação dos indivíduos num grupo. O facto de se partilhar um mesmo território permite aos seus ocupantes adquirir conhecimentos e experiências comuns, desenvolver uma confiança mútua e uma coesão de grupo. O controlo de um território permite assim à pessoa distinguir-se dos outros e exprimir a sua identidade (Fischer, 1989).

2.3.2. O espaço pessoal

A percepção do espaço no ser humano liga-se à acção que se exerce nesse mesmo espaço, tomando aqui importância a posição que o corpo ocupa neste espaço e a relação estabelecida entre corpo e lugar. Nesta perspectiva o espaço é concebido em termos de lugar, de modo de ocupação, tipo de actividades e o sentido que tem para o indivíduo que o ocupa. O indivíduo influencia o espaço prolongando a configuração que se

desenha à sua volta pelo jogo das suas actividades e das suas relações, construindo esferas de relações materializadas por distâncias interpessoais ou zonas afectivas (Fischer, 1992).

Hall (1966) considera que estas esferas ou bolhas permitem ao indivíduo encontrar-se a si próprio e, simultaneamente, estabelecer uma relação através da utilização de um conjunto de atitudes corporais de acordo com os lugares ou as conversas, delimitando assim um espaço. É a esta área que se dá o nome de espaço pessoal, que se materializa por distâncias interpessoais e que varia segundo a personalidade dos sujeitos e os aspectos socioculturais do ambiente. As distâncias interpessoais são de quatro tipos e cada tipo comporta duas modalidades: próxima e afastada.

Distância íntima - espaço mínimo que existe entre duas pessoas numa relação. Revela proximidade física, social e afectiva e exprime-se pelo contacto. O modo próximo refere-se ao contacto directo e corresponde à distância do acto sexual e da luta, do conforto e da protecção. Nesta situação o contacto físico domina a consciência dos parceiros havendo uma intensificação do olfacto e da percepção do calor irradiado. O processo de comunicação realiza-se mais através do corpo e menos através da fala.

Na fase afastada, varia entre 15-45 cm, não há contacto directo entre os corpos. A comunicação estabelece-se através dos olhos, nariz e boca, mas as vozes ainda se mantêm a baixos níveis sonoros.

Distância pessoal - manifesta-se nas relações de amizade e nas conversas de carácter privado. A modalidade próxima, entre 45-75 cm, permite o contacto através das partes superiores transmitindo o sentimento de proximidade.

A modalidade afastada, entre 75-125cm, refere-se ao limite do alcance físico em relação a outrem. Nesta situação a dimensão da cabeça é bem percebida, os traços do outro surgem com clareza, a altura da voz é moderada mas o calor corporal não é perceptível.

Distância social - estabelece-se nas relações sociais habituais e, particularmente, nas relações profissionais. Corresponde ao limite do poder sobre outrem, os pormenores íntimos do rosto não são percebidos e ninguém se toca. O modo próximo varia entre 1,20-2,10m e o modo afastado varia entre 2,10-3,60m.

Distância pública - situa-se fora do círculo imediato de referência do indivíduo. A comunicação não verbal é garantida por gestos e posturas. O indivíduo pode parecer muito pequeno mas é parte integrante de um quadro ou de um fundo específico.

A fase próxima, 3,60-7,50m, é a distância residual que permite adoptar um comportamento de fuga ou de defesa em caso de ameaça. A fase afastada, a partir de 7,50m, surge em situações oficiais e exprime a importância da personalidade que se acolhe.

Quanto às funções desempenhadas pelo espaço pessoal, identificam-se a função de defesa, a função de regulação da intimidade e a função de diversidade cultural, que têm como objectivo a regulação das interacções com o ambiente social (Fischer, 1989).

A função de defesa verifica-se nas situações de forte densidade, de que são exemplos os transportes públicos em horas de ponta. Manifesta-se através de comportamentos de evitamento e de recusa da relação que se traduzem por expressões corporais (fuga do olhar, cruzamento dos braços, rigidez corporal, etc.) cujo papel é assegurar, simultaneamente, um espaço mínimo e um afastamento psicológico.

A função de regulação da intimidade verifica-se quando nos encontramos numa situação de relação interpessoal que nos desagrada. Pode-se manifestar através da adaptação do ambiente às necessidades pessoais do indivíduo envolvido na relação, nomeadamente reordenando elementos semifixos do ambiente; negociando a utilização do espaço com os outros utilizadores, ou ainda mudando de lugar.

A função de diversidade cultural refere-se ao facto de os diferentes aspectos do espaço pessoal fornecerem uma espécie de reportório cultural de que os indivíduos se servem para preservar a sua intimidade e estabelecer interacções. A título exemplificativo, Hall (1966) refere que no Japão os indivíduos falam em tom baixo para evitar os contactos; um inglês face a um francês adopta uma postura de retraimento enquanto o francês interpreta esta atitude como fria e distante; os franceses fecham o jardim à volta da casa enquanto os americanos o deixam aberto.

2.3.3. A Apropriação

A apropriação é considerada como sendo o fenómeno mais complexo na relação com o espaço. É um processo que permite conhecer as diversas formas de influência que nós exercemos sobre os lugares e designa o acto de tornar nosso algo que possa não nos pertencer legalmente (Fischer, 1989).

Numa perspectiva psicossociológica, a apropriação refere-se a um mecanismo que engloba todas as formas e todos os tipos de actividades que permitem a apreensão ou a posse. Em termos espaciais consiste num comportamento que visa o exercício de uma influência, um controlo físico ou psíquico sobre dado território.

Para Proshanky (1976) a apropriação manifesta-se como o exercício de uma autoridade, de um controle, de um poder físico ou psicológico, que se traduz, por exemplo, por colocar objectos pessoais sobre uma mesa para reservar um lugar, ou por um conjunto de meios de acção através dos quais se opera uma reestruturação do espaço. Estes meios podem ser signos, símbolos ou actividades, que permitem a um indivíduo ou grupo indicar a forma como utilizam um lugar. Trata-se da transformação de um objecto, de um instrumento ou de um ambiente, através de um sistema de influência cognitiva, que se traduz numa intervenção que dá lugar a um tipo de ocupação. A partir desta transformação o lugar toma uma nova identidade.

A apropriação varia em função do actor, da natureza do espaço e dos meios disponíveis. Da mesma forma que um espaço tem uma significação diferente consoante a cultura, também o estatuto dos indivíduos e o seu nível de aspiração determinam um tipo de influência, criando um conjunto de símbolos socialmente definidos. Assim, os processos de apropriação traduzem os diferentes tipos de necessidades ou de valores dos indivíduos e dos grupos em presença, podendo-se, desta forma, falar em apropriação colectiva, grupal e individual (Fischer, 1989).

Sintetizando, a apropriação caracteriza-se por uma forma de intervenção que origina um sistema de influência, material ou cognitiva, baseado em elementos activos orientados para a transformação ou a reestruturação de um ambiente. Este processo

traduz-se numa representação do espaço que se apoia no conhecimento de elementos concretos e simbólicos originando uma planificação mental dos deslocamentos dos indivíduos. Por um lado, esta planificação mental revela uma ligação entre a representação e o ambiente físico e social, por outro lado, a construção de imagens é função de certas características dos lugares e das relações espaciais tendo um papel de facilitação do deslocamento.

2.3.4. A cognição ambiental

Tolman (1932) foi o primeiro psicólogo a analisar o comportamento de animais (ratos) em situação de labirinto. Considerou que estes formavam um “mapa cognitivo”, ou uma representação interna do labirinto, sendo este mapa que lhes facilitava a deslocação. A partir destes trabalhos reconhecia-se que a aprendizagem poderia ser compreendida através da análise dos processos e estruturas internas, o que constituiu um grande passo no desenvolvimento da psicologia cognitiva.

Nos anos 70 a psicologia cognitiva centrou-se nos estudos da percepção, considerando-se que a chave para compreendermos a conduta humana consiste em conhecer como as pessoas percebem o mundo que as rodeia (Downs e Stea, 1973). Esta percepção do mundo tem por base a estruturação de três factores essenciais ao desenvolvimento do homem: organismo, meio ambiente e meio cultural, produzindo as representações cognitivas (Rapopport, 1978); O organismo, meio ambiente e meio cultural determinam os conteúdos da cognição ambiental originando o conhecimento, as imagens, as informações, as impressões e as crenças que os indivíduos e grupos têm dos aspectos elementares, estruturais, funcionais e simbólicos dos ambientes físicos reais ou imaginários, sociais, culturais, económicos e políticos (Moore e Golledge, 1976).

Nos anos 80, o interesse situa-se no processamento da informação. A cognição ambiental interessa-se por conhecer como se processam os estímulos na mente humana, desde o momento em que entram através dos sentidos, até ao momento em que são utilizados para realizar qualquer comportamento relacionado com o estímulo em questão (Neisser, 1981).

Segundo Eysenck e Keane (1994) na análise da aquisição do conhecimento e do processamento da informação encontramos duas perspectivas. A perspectiva do processamento bottom-up, considera que são as características do estímulo que impõem o conhecimento; a perspectiva do processamento top-down ou impelido pela concepção, defende que são as experiências passadas do indivíduo, as suas expectativas, etc, que afectam o processamento da informação. Estas duas perspectivas originam polémica à volta do modelo que preside à organização da informação, e não se conseguindo consenso quanto ao modelo predominante, alguns autores optam por considerar que é a situação que determina o tipo de processamento a adoptar. Argumentam que, por exemplo, a percepção visual pode ser determinada por processos bottom-up quando as condições de observação são boas, surgindo os processos top-down à medida que as condições de observação se detioram devido a tempos de apresentação diminutos ou à falta de clareza do estímulo. Estudos efectuados para demonstrar os efeitos do contexto sobre a percepção (ex. Palmer, 1975) concluíram que é menos provável que o contexto influencie a percepção quando um estímulo é apresentado muito rapidamente. A apresentação breve reduz o impacto do processamento bottom-up, e dá mais espaço (ex. hipóteses, expectativas) para que o processamento top-down possa operar. Acontece ainda, que na perspectiva do processamento top-down considera-se que estamos constantemente a utilizar hipóteses e expectativas para interpretar os dados sensoriais, podendo originar erros de percepção, o que indica que muitos dos fenómenos não podem ser explicados meramente em termos de processamento bottom-up. Mas constata-se que na realidade estas inferências estão quase sempre certas, o que pressupõe que os dados sensoriais em geral fornecem informações suficientes para identificar objectos e pessoas no meio ambiente, donde a importância do processamento bottom-up.

Nos anos 90, defende-se, cada vez mais, que a actividade cognitiva consiste na interacção simultânea dos dois tipos de processamento, ou seja, a percepção é extremamente afectada pelas expectativas criadas acerca do estímulo recebido, mas esta evocação depende muito da natureza exacta das sugestões ambientais fornecidas para facilitar a recordação (Eysenck e Keane, 1994). Nesta linha, Neisser, 1976 (in Eysenck e Keane, 1994) considera que a interacção dos dois tipos de processamento obedece a um

ciclo perceptivo (Esquema 4) que envolve os esquemas, a exploração perceptiva e o meio ambiente do estímulo. Os esquemas contêm os conhecimentos obtidos da experiência passada e têm por função dirigir a exploração perceptiva para os estímulos relevantes do meio ambiente. Esta exploração perceptiva geralmente envolve movimento em torno do meio ambiente e leva o observador a experimentar algumas informações do estímulo disponível. Se a informação obtida não se consegue correlacionar com os esquemas relevantes, então a informação dentro do esquema é modificada de forma a torná-la adequada. O processamento bottom-up é aqui representado pelas informações disponíveis no meio ambiente que podem modificar o esquema actual. O processamento top-down é representado pelo conceito de que os esquemas influenciam o curso do processamento da informação envolvido na percepção.

Esquema 4 - Ciclo perceptivo da cognição ambiental



(Adaptado de Eysenck e Keane, 1994, p. 86)

Fischer (1989) considera que a cognição ambiental se apoia num processo de coordenação do esquema cognitivo e num processo de aprendizagem social. Esta coordenação permite a intervenção de um duplo mecanismo: mecanismo cognitivo que, através de estratégias, de um sistema de descodificação e de modalidades de interacção, permite aceder a um uso e a uma familiarização com o ambiente; um mecanismo

afectivo que permite entrar em ressonância com as cargas emocionais e culturais das quais o meio é portador e que as utiliza como um código de interacção social.

O esquema cognitivo é uma estrutura cuja função é dirigir os movimentos e as actividades exploratórias num ambiente, permitindo a aquisição do conhecimento através das componentes do ambiente e das necessidades individuais.

A aprendizagem social é uma modalidade central na adaptação ao nosso ambiente e condiciona a integração social através da aquisição de condutas elaboradas em função dos lugares. Desempenham aqui um papel importante a exploração e a valorização simbólica. A exploração é a primeira forma de aprendizagem ambiental; face a novos estímulos o indivíduo elabora respostas de acordo com as situações em que se encontra. Descobrimo as componentes de um ambiente os indivíduos adquirem um conhecimento seguro e têm possibilidade de posteriormente o descreverem. A valorização simbólica mostra como se elabora um repertório de qualificações espaciais adquiridas ao longo da experiência e interpretadas segundo elementos culturais presentes nos diversos contextos.

2.3.5. A imagem mental

A cognição ambiental traduz-se na produção de imagens mentais por parte dos indivíduos que, segundo Lynch (1960) são o resultado dos efeitos dos elementos físicos perceptíveis, do significado social de uma área, da sua função, da sua história, do seu nome.

A análise da cognição ambiental refere-se quase, exclusivamente, ao estudo dos mapas cognitivos ou imagem mental (Aragonés, 1986).

Downs e Stea (1973) entendem por mapa cognitivo um construto que abarca os processos que tornam possível adquirir, codificar, armazenar, recordar e manipular a informação acerca da natureza do ambiente espacial. Esta informação refere-se aos atributos e localizações relativas dos indivíduos e objectos no meio ambiente e é uma componente essencial nos processos adaptativos da tomada de decisão espacial (in. Aragonés, 1986).

Milgram (1977) refere que o mapa cognitivo é um desenho da cidade que nós temos na cabeça e que inclui elementos (ruas, bairros, praças, etc.) que são importantes para nós, ou seja estão envolvidos de carga afectiva.

Quanto aos métodos de análise da imagem mental, Ruiz & Valinas (1986) consideram que são de dois tipos: métodos cartográficos ou pseudocartográficos que visam reproduzir a geografia de um ambiente, utilizando técnicas como associação verbal, reconhecimento de fotografias, reconstrução de maquetes, estimativa das distâncias e, o mais utilizado, o desenho pois, para além de ser uma técnica simples e familiar, oferece uma informação muito rica acerca da imagem que os sujeitos têm do ambiente; métodos de avaliação ambiental que permitem conhecer o grau de preferência de um ambiente servindo-se de técnicas como listas de descritores ou adjectivos, questionários, escalas de atitudes, etc.

Os mapas cognitivos urbanos têm sido os mais estudados e no que se refere à imagem de uma cidade verificam-se figuras mentais comuns a um grande número de habitantes, o que nos permite falar em **imagem pública ou de grupo**. Estas imagens têm uma dupla função: permitem uma boa operacionalização dentro do ambiente e permitem a cooperação com os companheiros de grupo. Cada indivíduo tem uma imagem própria e única que raramente ou mesmo nunca é divulgada, mas que, contudo, se aproxima da imagem de grupo e que, em meios ambientes diferentes, se torna mais ou menos determinante, mais ou menos aceite (Lynch, 1960). São estas imagens de grupo que interessam aos planeadores das cidades, aspirando a um modelo de ambiente que muitos indivíduos possam desfrutar.

Na base das imagens de grupo (idade, sexo, raça, cultura, ocupação, personalidade, familiaridade, nível sócio-económico, etc.) está uma coerência imagética (concordância substancial) que, para Lynch (1960), assenta nos seguintes pressupostos:

1. A familiaridade com um ambiente permite dotá-lo de identidade e de organização;
2. Há elementos que são importantes para alguns indivíduos e para outros não;
3. Na primeira visualização de um objecto apela-se a estereótipos.

Quanto à organização da informação ambiental urbana, no trabalho *A imagem da cidade*, onde se analisa a imagem mental das cidades de Boston, Jersey City e Los

Angelos, Lynch (1960) apresenta um modelo assente na utilização de cinco elementos (vias, limites, cruzamentos, bairros e pontos de referência), considerando que esta utilização depende do indivíduo e da estrutura da cidade.

Vias - canais ao longo dos quais o observador se move, usual, ocasional ou potencialmente. Podem ser ruas, passeios, linhas de trânsito, canais, caminhos-de-ferro, etc.

Limites - são elementos lineares não usados nem considerados pelos habitantes como vias. São as fronteiras entre duas partes, interrupções lineares na continuidade, costas marítimas ou fluviais, cortes de caminhos-de-ferro, paredes, locais de desenvolvimento. Podem ser barreiras mais ou menos penetráveis que mantêm uma região isolada das outras, podem ser linhas ao longo das quais regiões se relacionam e encontram. Estes elementos, embora não tão importantes como as vias, têm uma característica organizadora muito relevante, particularmente quando se trata de manter unidas diversas áreas, como acontece no delinear de uma cidade por uma parede ou por água.

Bairros - são regiões urbanas de tamanho médio ou grande, concebidos como tendo uma extensão bidimensional, regiões em que o observador penetra (“para dentro de”) mentalmente e que reconhece como tendo algo de comum e identificável.

Cruzamentos - são pontos, locais estratégicos de uma cidade, através dos quais o observador nela pode entrar e constituem intensivos focos para os quais e dos quais ele se desloca. Podem ser junções, locais de interrupção num transporte, entrecruzar ou convergir de vias, momentos de mudança de uma estrutura para outra. Podem, também, ser simples concentrações que se revestem de importância por serem a condensação de alguns hábitos ou pelo seu carácter físico, tais como a esquina de uma rua ou um largo rodeado de outros elementos. Alguns destes nós de concentração são o foco ou o resumo de um bairro. É destes nós que a sua influência irradia muitas vezes, tornando-se, por vezes, um cruzamento o símbolo de um bairro. O conceito de cruzamento está relacionado com o de via, pois os cruzamentos são típicas convergências de vias. Estão, também, ligados ao conceito de bairro devido ao seu carácter de núcleo.

Pontos de referência - são normalmente representados por um objecto físico: edifício, sinal, loja ou montanha. O seu uso implica a sua distinção e evidência, em relação a uma quantidade enorme de outros elementos.

Alguns pontos de referência situam-se a grande distância, acima dos cumes de outros elementos mais pequenos e são usados como referências radiais. Outros pontos de referência são essencialmente locais, podendo ser avistados apenas em regiões restritas e a certa proximidade, como por exemplo fachadas de lojas, árvores, puxadores de portas e outros detalhes urbanos que completam a imagem da maior parte dos observadores e são, normalmente, usados como indicações de identidade e até de estrutura.

Esta classificação tem sido usada e testada por Magaña (1978), Aragonés (1985) e Aragonés e Arredondo (1985), tendo-se validado o modelo. Contudo, Norberg-Schulz (1971), Goodey e al (1971) e Beck e Wood (1976) têm apresentado uma classificação mais simples, o que na opinião de Aragonés (1986) não tem sido muito bem aceite.

Relativamente à influência das variáveis individuais e das variáveis ambientais na formação da imagem mental têm-se desenvolvido alguns estudos que permitem considerar:

Variáveis pessoais

Nível de desenvolvimento psicológico - considerando o mapa mental um processo dinâmico, Hart e Moore (1973) e Moore (1974) fazem um paralelismo entre desenvolvimento do mapa cognitivo e os 3 níveis de cognição espacial de Piaget e Inhelder: espaço pré-operatório, espaço operatório concreto e espaço operatório formal. Concluem que o mapa cognitivo pode apresentar uma das seguintes estruturas ou níveis de conhecimentos do ambiente:

Egocêntrico e indiferenciado - o desenho do mapa está ligado à experiência concreta na cidade. O sujeito não consegue distanciar-se do desenho, representando este o seu percurso pela cidade.

Diferenciado e parcialmente coordenado - o desenho do mapa aparece organizado em grupos e elementos urbanos, mas a relação entre estes elementos aparece como uma tarefa difícil para o sujeito.

Abstrata e hierárquicamente coordenado - o desenho do mapa apresenta-se como um sistema coordenado e abstrato, semelhante a um mapa cartográfico, o que demonstra a capacidade de distanciamento do sujeito face à sua experiência na cidade.

Idade - os resultados das investigações quanto à influência desta variável têm sido contraditórios. Há autores (Aragonés, 1986) que consideram não ser esta variável que tem mais influência na construção do mapa. Contudo, Evans (1984) demonstrou que indivíduos com idades superiores a 60 anos têm menos conhecimento do ambiente que indivíduos com 26 anos. Esta variabilidade é explicável pelo facto de os ciclos de vida produzirem diferentes necessidades ambientais, por exemplo a forma de viajar e estabelecer amizades de um jovem é diferente de um adulto ou de um idoso. Entre os autores que têm analisado esta variável temos Smith (1980), Parr (1963) e Michelson (1976).

Sexo - Appleyard (1970), analisando a influência do sexo na estrutura do mapa, verifica que as mulheres utilizam uma estrutura espacial e que apresentam maior número de erros, comparativamente com os homens.

Orleans e Schmidt (1972) referem que as mulheres desenhavam o mapa tendo como ponto de referência a sua casa. Everitt e Cadwallader (1972) observam que a mulher desenha uma área à volta da sua casa (home area) maior que os homens.

Estas diferenças são explicadas como resultando do tipo de actividade dos sujeitos (Aragonés, 1986). Evans (1980) considera que a diferença de sexo é devida à influência da cultura; assim, o facto de a cultura latino-americana ser mais restritiva para as mulheres que a cultura anglo-saxónica, leva a que os mapas desenhados por latino-americanos apresentem mais diferenças entre sexos que os mapas desenhados por anglo-saxões.

Variáveis sociais

Nível sócio-económico - esta variável é considerada como a que tem maior influência na formação do mapa (Aragonés, 1986). Analisando a variável raça, Mauer e Baxter

(1972) observaram que crianças de cor negra apresentam mapas mais pequenos que as crianças de cor branca. Explicam esta diferença como sendo o resultado de certas condutas que pressupõem um estilo de vida diferente: normalmente os brancos têm amigos que residem mais longe das suas casas que os negros, tal como as escolas que frequentam está, muitas vezes, fora da zona de residência.

Orleans (1973) estudando as diferenças nos mapas dentro de uma mesma raça, demonstrou que a classe social alta desenha mapas mais amplos e exactos que a classe média baixa. No geral, os desenhos dos mapas da classe média baixa representam o ambiente imediato. Esta diferença é explicada pelo maior número de contactos sociais que têm as pessoas pertencentes à classe social alta, e ainda, tal como na diferença de cor, ao facto de a maioria dos amigos da classe social alta residir fora da zona de residência. Resultados similares foram encontrados por Francescato e Mebane (1973).

Aragonés (1985) observou que os desenhos de mapas pertencentes a classe sociais mais elevadas desenhavam maior número de elementos e maiores extensões da cidade.

Contrariamente, Appleyard (1976) obteve desenhos mais complexos e com maior detalhe na classe social baixa o que foi explicado pela quantidade de vezes que as pessoas passam diariamente pelo mesmo ambiente.

Nível de educação - esta variável tem sido considerada como favorecendo uma melhor execução do mapa, ou seja, apresentando maior número de elementos.

Appleyard (1970) observou que quanto maior é o nível de estudos menos erros se verificam nos mapas, sendo estes também menos egocêntricos. Os trabalhos desenvolvidos por Golledge e Spector (1978) e Aragonés (1985) encontram os mesmos resultados.

Trabalho - Saarinen (1969) demonstrou que os trabalhadores desenhavam mapas mais pequenos mas com mais elementos que os estudantes. Appleyard (1970) observou que os executivos tendem para um mapa de estilo espacial, os trabalhadores especializados apresentam mapas sequenciais e menos exactos e as donas de casa são quem apresenta mapas menos exactos. Pailhous (1970) constatou que os mapas desenhados por taxistas são mais amplos, complexos e com maior número de elementos.

Estilo de vida

Uso de mapas - variável estudada por Beck e Wood (1976 a)), que têm demonstrado a influência do uso de mapas na codificação do ambiente. Juntamente com esta variável é importante o viajar para outras cidades, pois obriga os sujeitos a usar mapas e guias.

Modo de Viajar - considerada como variável determinante na formação do mapa cognitivo. Appleyard demonstrou que os indivíduos que viajam de autocarro desenham mapas mais fragmentados e dispersos comparativamente com os condutores que desenham mapas mais corentes e estruturados.

Moore (1979) demonstrou que os mapas de sujeitos pedestres são mais completos, seguindo-se os mapas dos condutores e, finalmente, os mapas dos indivíduos que viajam em transporte público.

Experiência

Familiaridade - a familiaridade pode ser entendida como o tempo de permanência num lugar, ou como o número de vezes que uma pessoa passa por um lugar numa unidade de tempo.

A experiência ou familiaridade com um ambiente é um dos factores mais importantes que determinam o tipo de representações que um indivíduo tem do ambiente (Appleyard, 1970; Espinosa, Ochaita e Huertas, 1991; Ferreira e Lima, 1996). Os vários estudos efectuados no âmbito da influência da familiaridade na representação ambiental têm concluído que os mapas cognitivos são quantitativa e qualitativamente enriquecidos com o aumento da familiaridade. Appleyard (1970) analisou a relação entre familiaridade e tipo de mapa. Concluiu que indivíduos pouco familiarizados com um ambiente estruturam a informação ambiental em torno dos seus próprios percursos com a cidade, enquanto os indivíduos muito familiarizados representam o espaço considerando as características gerais da cidade. Na mesma linha, Beck e Wood (1976) constataram que residentes de longa data desenhavam mapas mais exactos que recém-

chegados e residentes há menos de 3 meses, e estes últimos desenhavam mapas mais exactos que turistas.

Ladd (1970) refere que a adequação da representação espacial estabiliza no final de um ano de contacto com um ambiente. No entanto, Espinoza, Ochaita e Huertas (1991) consideram que a familiaridade com um ambiente é resultado do tipo e qualidade da interacção com esse ambiente e não do tempo de permanência.

Quanto à influência da familiaridade no uso de elementos encontramos duas correntes. Uma corrente, defendida por Lynch (1960) e Appleyard (1976), refere que na aprendizagem de um novo ambiente recorremos às vias e bairros, surgindo, com o aumento da familiaridade, os pontos de referência. Contrariamente, uma outra corrente, apoiada por Hart e Moore (1973) e Siegel e White (1975), defende que inicialmente se dá mais importância aos pontos de referência, surgindo, com o aumento da familiaridade, as vias como elementos de conexão entre os pontos de referência.

Considerando o tipo de elementos presentes nos mapas, Appleyard classifica os mapas em sequenciais e espaciais. Nos mapas de estilo sequencial predominam as vias e os cruzamentos e são característicos de indivíduos pouco familiarizados com um ambiente. Nos mapas de estilo espacial predominam os limites, bairros e pontos de referência e são característicos de indivíduos muito familiarizados com um ambiente.

No que se refere à análise da familiaridade com a cidade de Lisboa e à sua influência na representação da cidade, verificou-se que não há diferenças significativas quanto ao tipo de elementos usados por indivíduos muito e pouco familiarizados com a cidade. Ambos os indivíduos representavam a cidade utilizando predominantemente os pontos de referência. Mas enquanto os indivíduos muito familiarizados representam também bairros, vias e limites, os indivíduos pouco familiarizados apenas acrescentam o elemento vias. Estes dados aproximam-nos do postulado de Hart, Moore, White e Siegel. Contudo, os mapas de ambos os grupos são de estilo espacial.

Em relação à organização da informação ambiental, verificou-se que os indivíduos muito familiarizados representavam a cidade de Lisboa de forma mais organizada e coordenada, enquanto os indivíduos pouco familiarizados delimitavam a cidade num espaço que representava o seu percurso pela cidade, surgindo elementos sem qualquer interligação entre si (Ferreira e Lima, 1996).

Variáveis ambientais

Historicidade - a história é uma importante componente da experiência que se distribui de maneira diferente em intensidade pela cidade. Os monumentos e o centro das cidades são os que têm maior conteúdo histórico, donde a predominância dos pontos de referência históricos nos mapas (Sieverts, 1967; Milgram, 1976; Aragonés, 1985a); Evans, 1982). Também no que se refere à cidade de Lisboa, verificou-se que nos mapas dos sujeitos predominam os pontos de referência históricos com prevalência do Marquês de Pombal, elemento mais desenhado por indivíduos muito e pouco familiarizados com a cidade. Contudo, a representação mental da cidade de indivíduos muito familiarizados remete-nos para a identidade da cidade de Lisboa, indicando uma maior distanciação dos sujeitos em relação a si próprios a favor de uma representação holística do espaço. Na representação dos indivíduos pouco familiarizados, apesar de também predominar o Marquês de Pombal, verificou-se uma confusão entre necessidade de delimitar a cidade e o percurso dos sujeitos, o que nos levou a considerar que o facto de ainda não estar construída uma identidade própria com a cidade de Lisboa levou a uma representação egocêntrica do espaço (Ferreira, 1996).

Estrutura da cidade - um dos maiores problemas que actualmente se põe aos interessados pelas questões urbanas é a constatação de uma total indiferença emocional entre sujeitos agentes e espaço sócio-urbanístico, derivada da falta de participação e uso dos artefactos urbanísticos. Como forma de ultrapassar esta situação, Donne (1979) refere o recrear relações específicas e consistentes entre imaginação dos particulares e formas urbanas.

Também Lynch (1960), referindo-se à anomia e à indiferença nas relações cidadão-espaço urbano, considera que é necessária a interiorização (e portanto a aceitação por parte dos singulares) das características estruturais de fundo da dinâmica de expansão da metrópole e uma participação activa e criativa no desenvolvimento da imagem da cidade. Para que esta interiorização seja possível a estrutura da cidade tem de apresentar uma boa legibilidade, ou seja, facilitar o reconhecimento e a organização, numa estrutura coerente, das diferentes partes constituintes de uma cidade. Concretamente,

uma cidade legível permite uma fácil identificabilidade das suas freguesias, sinais de delimitação ou vias e o agrupamento destes elementos em estruturas globais.

A importância da legibilidade deve-se ao facto de todos nós termos uma necessidade vital de estruturar e identificar o meio ambiente e cabe a este fornecer as orientações sensoriais que definem um uso e uma organização sólidas. Esta orientação pode provir da sensação visual da cor, da forma, movimento ou polarização da luz, etc.

No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem do meio ambiente, ou seja o mapa mental que o indivíduo possui. Esta imagem é o produto da percepção imediata e da memória da experiência passada e tem uma grande relevância prática e emocional no indivíduo.

Um meio ambiente organizado permite uma melhor e mais rápida orientação, serve como estrutura envolvente de referência, organiza a actividade, a crença e o conhecimento.

Para permitir uma boa orientação a imagem (ou mapa) tem de possuir diversas qualidades:

1. tem de ser suficiente, verdadeira num sentido pragmático, permitindo ao indivíduo operar dentro do seu ambiente de acordo com um limite desejável (o mapa mental deve ser suficientemente bom para que conduza uma pessoa a casa);
2. deve ser suficientemente claro e bem integrado para que poupe o esforço mental;
3. deve ser segura, apresentando várias possibilidades de escolha;
4. deve ser adaptável à mudança, permitindo ao indivíduo continuar a investigar e a organizar a realidade;
5. deve ser comunicável a outros indivíduos.

Estas qualidades da imagem assentam em três componentes ambientais: identidade, estrutura e significado.

A identidade refere-se ao reconhecimento de um objecto, dentro de um conjunto de objectos, como entidade separável, o que significa que este elemento possui uma individualidade ou particularidade. Simultaneamente, tem de existir uma relação

estrutural ou espacial do objecto com o observador e do objecto com os outros objectos, tal como o objecto tem de ter para o observador um significado prático e emocional.

A questão do significado, na cidade é bastante complicada. Lynch (1960) refere que as imagens de grupo de significado são menos consistentes que as percepções de identidade e de estrutura, pois que estas duas componentes dependem muito da manipulação física enquanto o significado não. Os significados de uma cidade são muito variados, mesmo quando essa cidade apresenta uma boa legibilidade.

A identidade e a estrutura assentam nas qualidades físicas de um ambiente. Para ser facilmente imaginável um objecto físico terá de evocar uma imagem forte num observador.

Na base destas qualidades uma cidade desempenha várias funções para o indivíduo:

1. Permite o crescimento do indivíduo ao lhe dar a possibilidade de escolha e um ponto de partida para a aquisição de novas informações;
2. Desempenha um papel social pois fornece a matéria-prima para os símbolos e memórias colectivas da comunicação entre grupos;
3. Transmite um sentimento de segurança emocional proveniente do estabelecimento de uma relação harmoniosa entre o indivíduo e o mundo exterior;
4. Permite o enriquecimento pessoal pois intensifica e aprofunda a experiência humana.

Numa perspectiva psicossocial, Guidicini (1971; in Donne, 1979) refere que a capacidade perceptiva dos assuntos e a lógica da realidade metropolitana não são acessíveis a todos, apesar de ser a capacidade perceptiva e a lógica da realidade metropolitana que originam um laço emocional com a simbologia de fundo da qual a estrutura é portadora.

A legibilidade assenta numa lógica de identificação que pode ser automática para todos, ou pelo contrário pode criar uma profunda discriminação entre aqueles que podem e os que não podem chegar a um laço emocional e pode provocar a exclusão dos processos de percepção, leitura e assimilação das novas dimensões emergentes, por parte de amplos estratos de população.

Assim, haverá um certo tipo de habitante da cidade, que se apresenta como portador dos valores culturais mais avançados; o único capaz de interpretar inteiramente a nova realidade surgida (integrados), enquanto outros se encontram incapazes de interpretação da nova realidade (excluídos).

Também Remy e Voyé (1992) ao referirem como característica das sociedades actuais a mobilidade, o que pressupõe a integração de 3 sistemas: social, cultural e de personalidade, consideram que nem todos os sujeitos conseguem esta integração. Enquanto uns rapidamente entram na lógica da apropriação, sendo para estes a mobilidade um trunfo, outros permanecem distantes dessa integração. O espaço desempenha então um duplo papel: de fortificação para o grupo que triunfa, ou seja o grupo que participa da transacção social, enquanto para o outro grupo o mesmo espaço constitui um handicap que o marginaliza ou exclui da transacção social.

Os estudiosos da semiótica têm demonstrado que os vários comportamentos culturais são um sistema de comunicação que ultrapassam os fenómenos de comunicação. A proxémica tem demonstrado que, quer o modo de utilizar o espaço, o tempo e os objectos, quer o grau de co-envolvimento com os próprios semelhantes, são diferentes nas várias culturas e classes sociais. Para esta área do saber há uma relação unívoca entre sistemas de comunicação e o modo como é percebida a realidade de tal forma que, modificando a organização dos primeiros, se altera profundamente a capacidade perceptiva da segunda (Donne, 1979).

Hall (1968) aplicou estes conceitos à interpretação urbanística e constatou que existe uma estreita correlação entre ideologia e organização do espaço, por um lado, e entre organização do espaço e desorganização social por outro. Detectou que a mudança de um espaço para outro com características completamente novas, provoca depressão e desinteresse pela vida nas pessoas abrangidas pela mudança. Demonstrou ainda que através da análise do espaço é possível, conhecermos os graus de co-envolvimento das várias culturas; assim, a Plaza espanhola e a Piazza italiana são centros que promovem quer o co-envolvimento quer a policromia, enquanto o passeio estendido em comprimento traduz o estilo temporal ordenado e um fraco grau de co-envolvimento com o próximo. Referindo-se á estrutura das cidades americanas refere que esta favorece a fuga social para afastar os homens e alheá-los reciprocamente. Considera

também que actualmente nos deparámos com um progressivo desaparecimento dos espaços de relação, o que compromete os processos de socialização, ficando apenas a rua para os locais de encontro. Mas a rua, quando não é devorada pelos automóveis, para além de não oferecer um espaço que possa estimular a criatividade e convidar à socialização, é utilizada para inocular uma série de necessidades de solicitação de uma acção consumista com uma frequência de estímulos-símbolos que, em conjunto com outros factores dissociativos operam uma socialização que passa pela dissociação. Esta dissociação apresenta uma dupla dimensão. Por um lado, pressupõe a destruição de toda e qualquer relação emotiva como o ambiente, mas por outro lado, permite ao habitante da cidade libertar-se do vínculo de classe e iniciar a ascensão social (Hall, 1968).

3. Síntese teórica e hipóteses

Sintetizando, verificamos que actualmente as cidades são abordadas na perspectiva da globalização e desempenham um papel importante como centros de informação e decisão no processo de desenvolvimento o que implica mudanças territoriais e humanas. As mudanças territoriais advêm da substituição do sector produtivo secundário pelo terciário, com predominância dos serviços avançados, e uma aposta na inovação científica e tecnológica. Este facto veio implicar uma reurbanização dos centros.

A mudança de sector produtivo desencadeou a necessidade de recursos humanos mais especializados e a procura de uma nova identidade urbana.

A alteração da identidade urbana reflecte-se nos indivíduos, pois que a nossa identidade está fortemente vinculada aos ambientes que nos rodeiam. Na óptica da psicologia ambiental considera-se que na constituição da identidade ambiental entram em jogo características objectivas do ambiente e características subjectivas que desencadeiam um processo psicológico assente no passado ambiental da pessoa, nas características dos settings e na importância de outros significativos.

Relativamente aos recursos humanos verifica-se uma polarização social composta por indivíduos possuidores de elevadas qualificações e indivíduos desprovidos ou com baixas qualificações. Os indivíduos possuidores de elevadas qualificações entram na

nova dinâmica social e iniciam uma carreira de ascensão social. Os indivíduos de baixas qualificações são cada vez mais afastados do sistema produtivo e rapidamente se encontram envolvidos numa cadeia de rápida desqualificação social que vai até à exclusão.

Tem-se também verificado que estes indivíduos são, sobretudo, provenientes de baixos estratos sociais e muitas vezes à situação de pobreza associam-se comportamentos de delinquência.

Contudo, o sistema penal tem vindo a alertar para tais situações considerando que não estão aqui em jogo factores criminógenos pessoais mas antes factores sociais. É pois preciso olhar para tais indivíduos de forma mais humana o que implica um trabalho com a comunidade onde estão inseridos — É preciso reatar os laços comunitários.

Na dinâmica indivíduo-ambiente apela-se a processos psicológicos como a necessidade de definir e delimitar territórios, estabelecer distâncias e personalizar espaços originando a constituição de imagens mentais. São estas imagens que servem de base a posteriores relações ambientais. No entanto, e apesar de tais imagens serem pessoais, verifica-se que há elementos ambientais que são comuns a vários indivíduos o que torna possível falar em imagens públicas ou de grupo. Na constituição destas imagens temos a influência de variáveis pessoais e variáveis ambientais o que permite a análise dos elementos comuns a cada grupo social.

Nesta perspectiva e no âmbito deste trabalho formulamos as seguintes hipóteses:

1ª Hipótese - Os indivíduos integrados e os indivíduos excluídos estabelecem uma relação diferente com a cidade de Lisboa, pelo que os elementos representados nos mapas mentais também são diferentes.

2ª Hipótese - A imagem pública dos indivíduos integrados aponta para uma representação holística da cidade de Lisboa, enquanto os indivíduos excluídos apresentam uma imagem mais egocêntrica.

3ª Hipótese - Os indivíduos integrados apresentam uma identidade urbana mais positiva que os indivíduos excluídos relativamente à cidade de Lisboa.

4ª Hipótese - A identidade urbana está associada com a imagem pública dos grupos.

III - Método de investigação

1. Objectivo

O presente trabalho tem como principal objectivo alertar para aspectos psicossociológicos e ambientais que atingem um grupo social onde as consequências do processo de globalização se colocam de forma acrescida - jovens adultos ligados ao sistema da justiça.

Complementarmente alerta-se para que a resolução de problemas psicossociais e ambientais apela à participação dos cidadãos, donde a implicação comunitária, com o conseqüente aumento do controlo social informal daqui decorrente, e a melhoria dos recursos ambientais/comunitários poderão ser um caminho para o desenvolvimento do sentimento de pertença ambiental/comunitário com os seus reflexos na identidade pessoal e ambiental, ao mesmo tempo que pode constituir uma via para a integração social e urbana.

Simultaneamente apresenta-se uma perspectiva psicológica compreensiva dos mecanismos que, à escala dos indivíduos, dos grupos e das colectividades, contribuem para a fixação de normas e experiências da exclusão e potencializam-se os mapas mentais como instrumento de análise da cognição ambiental, considerada uma das áreas mais importantes em psicologia ambiental.

2. Design da investigação

2.1. As variáveis

Estabeleceu-se como variável independente a polarização social; como variáveis dependentes os elementos presentes nos mapas mentais, o tipo de imagem pública e a identidade urbana; como variável de controlo dois grupos de indivíduos: um grupo possuidores de qualificações que lhes permitam rapidamente aceder ao mercado de

trabalho – integração social; outro grupo constituído por indivíduos ligados ao sistema da justiça – exclusão social.

2.2. Amostra

Definiram-se como indivíduos integrados os que se encontram em fase de conclusão de licenciatura em Engenharia Cívil e como indivíduos excluídos os ligados ao sistema da justiça, em situação de reclusão por ser um grupo que apresenta uma série de handicaps relativos a personalidade, escolarização, formação profissional, emprego e família.

A selecção da amostra obedeceu aos seguintes critérios:

- a) Seleccionados 80 indivíduos, idades compreendidas entre os 20-30 anos, com tempo de residência em Lisboa superior a 6 meses;
- b) Dos indivíduos ligados ao sistema de justiça apenas foram seleccionados os que não ultrapassavam 12 meses de reclusão.
- c) A amostra foi dividida em dois grupos: grupo dos integrados (**G1**) e grupo dos excluídos (**G2**), cada um constituído por 40 sujeitos.

Concretamente, verifica-se que o tempo mínimo de residência em Lisboa para o G1 é de 4 anos e para o G2 é de 10 anos. Para o G2 o tempo de reclusão varia entre 5 dias e 12 meses, 73% dos indivíduos possuem habilitações profissionais que se situam entre a 2ª classe e o 9º ano, 50% dos indivíduos cometeram crimes de natureza patrimonial (furto/roubo) e 23% de tráfico. O quadro 4 apresenta um breve caracterização da amostra.

Quadro 4 - Breve caracterização da amostra

		G1	G2
Tempo de residência em Lisboa (anos)	Mínimo	4	10
	Máximo	26	30
Tempo de reclusão	12-6 meses		18
	6-1 mês		12
	< 1 mês		10
Tipo crime	Furto/Roubo		18
	Furto qualificado		2
	Tráfico		11
	Ofensas corporais		2
	Sequestro/Homicídio qual.		1
	Homicídio		1
	Violação		1
	Falsificação		2
	Burla e falsificação cheques		1
Falsificação cartão crédito		1	
Habilitações profis.	2ª classe		2
	4ª classe		2
	5º ano		2
	6º ano		6
	7º ano		4
	8º ano		5
	9º ano		8
	10º ano		2
	11º ano		2
	12º ano		3
	Bacharelato Informática		1
	1º ano Direito		1
	4º ano Eng. Ambiente		1
4º ano Arquitectura		1	

2.3. Instrumentos

Utilizou-se o desenho de mapas da cidade de Lisboa e uma escala de identidade urbana tipo Likert (anexo 1).

A escala foi construída a partir de um estudo conduzido em Mannheim por Lalli & Tomas (1988, 1992). É constituída por 20 item divididos em 5 sub-escalas: imagem externa (item 1,5,10,15), attachment (item 3,12,13,14), continuidade (item 2,8,11,20),

envolvimento (item 4,7,16,19) e familiaridade (item 6,9,17,18) que avaliam a forma como os indivíduos estão vinculados e se identificam com um lugar.

A fidelidade da escala foi calculada pelos autores através do Alfa de Cronbach. Os resultados obtidos por Lalli (1992) foram: imagem externa - 0.68, attachment - 0.92, continuidade - 0.72, envolvimento - 0.85 e familiaridade - 0.74.

2.4. Procedimento

Os dados foram recolhidos durante o mês de Junho junto de alunos do 5º ano do curso de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico e junto de indivíduos em situação de reclusão no Estabelecimento Prisional de Lisboa/Polícia Judiciária.

No início da recolha dos dados foram dadas algumas instruções conforme constam do anexo 1.

Os dados foram divididos em dois grupos de acordo com a divisão da amostra.

Na análise dos dados utilizou-se o seguinte procedimento:

- a) Análise do número total e do tipo de elementos da cidade de Lisboa presentes nos mapas;
- b) Análise dos elementos desenhados por cada grupo; houve necessidade de criar o elemento “delimitação” para classificar um traçado paralelo à linha do Rio Tejo que frequentemente é desenhado pelos sujeitos;
- c) Análise da imagem pública da cidade de Lisboa representada por ambos os grupos. Considera-se representação holística uma imagem composta por elementos de carácter histórico para a cidade de Lisboa; representação egocêntrica uma imagem composta por elementos que tenham carácter instrumental para o grupo (por ex. recursos comunitários).
- d) Análise das notas atribuídas à escala de identidade urbana;
- e) Análise da existência de alguma relação entre os resultados da escala de identidade urbana e os elementos que formam a imagem pública dos grupos.

No análise dos dados utilizou-se o seguinte tratamento estatístico:

H1 - Análise de algumas medidas de tendência central e frequências e do teste de homogeneidade de Qui-quadrado ou de Fisher, dependendo da existência ou não de células com ou sem frequências esperadas inferiores ou iguais a 5, para análise das respostas de cada grupo aos vários elementos.

H2 - Utilizou-se o teste de ajustamento de Qui-quadrado à uniforme para análise da distribuição dos elementos dentro do grupo.

H3 - Utilizou-se a análise da mediana e o teste da Mann-Whitney.

H4 - Utilizou-se o teste de independência de Qui-quadrado e o coeficiente Phi ou V-Cramer para análise da associação entre as duas variáveis. Tratando-se inicialmente de uma variável nominal e outra ordinal tornou-se necessário transformar a escala de atitudes numa variável nominal. Criaram-se 3 níveis de resposta: Desfavorável agrupa os valores 1 e 2; Neutro agrupa o valor 3; Favorável agrupa os valores 4 e 5.

IV - Apresentação e análise dos dados

1ª Hipótese: Os indivíduos integrados e os indivíduos excluídos estabelecem uma relação diferente com a cidade de Lisboa, pelo que os elementos representados nos mapas mentais também são diferentes.

Da análise das frequências observadas, verifica-se um total de 925 elementos para o G1 e 261 para o G2, distribuídas por um total de 181 distintos elementos para o G1 e 186 elementos para o G2.

O G2 representa, também, elementos ou espaços que se situam fora de Lisboa, como por ex. Cristo Rei, Almada, Algarve, etc.. Ainda dentro deste grupo encontramos frases que parecem caracterizar a relação do(s) sujeito(s) com a cidade: “*Lisboa é sobrecarga, destrói*”; “*Noite, a beleza da cidade*”, etc.

O G1 desenha então mais 664 elementos que o G2, correspondendo a um acréscimo de 354%; contudo, sendo a tipologia dos elementos desenhados ligeiramente superior dentro de G2 e o número de elementos bastante reduzido apontam para uma maior dispersão neste grupo. Verificando-se que 168 elementos, ou seja 90%, apresentam frequência igual a 1, consideramos que se trata de elementos idiossincráticos.

A mediana do G1 é 23,5 o que coincide com as frequências observadas para a Av. Almirante Reis, Av. Fontes Pereira de Melo e Delimitação; enquanto para o G2 é 3,5 encontrando-se 7 elementos próximos deste valor e 3 elementos acima.

A moda para o G1 situa-se na Baixa Pombalina (valor 33) e no G2 apresenta uma forma bimodal pois que dois lugares são igualmente privilegiados: Rotunda do Marquês de Pombal e Ponte 25 de Abril (valor 6).

Quanto ao número de elementos representados por cada sujeito os dados apresentam-se nos quadros 5, 6 e 7. Estes quadros permitem-nos verificar que para o G1 a moda é 21, situando-se 40% dos sujeitos abaixo e 50% dos sujeitos acima deste valor; para o G2 a moda é 1 e abrange 40% dos sujeitos.

Quadro 5 - Número de elementos desenhados pelo G1

Nº elementos presentes nos mapas	Nº. sujeitos que representam o mesmo número de elementos
2	1
6	2
7	1
8	1
9	1
10	1
11	2
12	1
13	1
14	2
16	1
18	1
20	1
21	4
26	2
28	1
29	1
30	2
32	2
33	1
34	2
36	1
38	1
42	2
43	2
53	1

Quadro 6 - Número de elementos desenhados pelo G2

Nº elementos presentes nos mapas	Nº. sujeitos que representam o mesmo número de elementos
1	16
2	3
3	1
4	4
5	4
6	3
7	1
8	1
9	1
11	3
15	1
23	1
37	1

Quadro 7 - Síntese da análise dos desenhos

		G1	G2
Nº Elementos	Total	925	261
	Moda	21	1
	Sujeitos abaixo da moda	40%	
	Sujeitos acima da moda	50%	50%
Tipo de elementos	Total	181	186
	Moda	Baixa Pombalina (33)	Rot. Marquês Pombal (6) Ponte 25 Abril (6)
	Mediana	23,5 Av. Alm. Reis Av.F.P.Melo Delimitação	3,5 Alcantâra
	Nº elementos que distinguem os grupos	47	24

Os grupos apresentam diferenças significativas quanto aos elementos representados no quadro 8. Da totalidade dos elementos da cidade representados por ambos os grupos, apenas há diferenças significativas quanto a 47 elementos, e destes o G2 apenas representa 24 elementos.

Estes elementos apresentam para o G1 uma frequência que oscila entre 6 e 33, ou seja foram representados por um número de sujeitos que varia entre os 15% e os 83% do total do grupo, enquanto para o G2 a frequência 6 é o valor máximo que encontramos, ou seja apenas em 15% do grupo se observa consenso quanto à representação do mesmo elemento.

Consideramos, então, que se confirma a hipótese 1, ou seja os grupos representam a cidade de Lisboa de forma diferente. Concretamente, os indivíduos integrados desenharam maior número de elementos e apresentam maior consenso quanto aos elementos desenhados. Os indivíduos excluídos apresentam uma maior variabilidade de elementos e fraco consenso quanto aos elementos desenhados, caracterizando-se, os mapas destes indivíduos, quase, exclusivamente, pela presença de elementos idiossincráticos.

Quadro 8 - Análise das diferenças entre grupos

Elementos	G1	G2	Qui-quad./Fischer
2ª circular	17	2	0,000
Aeroporto	16		0,000
Alameda Afonso Henriques	8		0,005
Alcântara	12	4	0,025
Amoreiras	20	2	0,000
Areeiro	7		0,012
Assembleia da República	6		0,026
Av. 24 de Julho	10	3	0,034
Av. Almirante Reis	23		0,000
Av. Brasil	7		0,012
Av. Fontes Pereira Melo	23	2	0,000
Av. Liberdade	28	3	0,000
Av. República	25		0,000
Bairro Alto	14	3	0,003
Baixa Pombalina	33		0,000
Belém	10	1	0,003
Benfica	9	1	0,007
Cais do Sodré	14	1	0,000
Campo Grande	18		0,000
Campo Pequeno	10	2	0,012
Castelo S. Jorge	18	5	0,001
Chelas	7	1	0,025
Centro Comercial Colombo	7		0,012
Delimitação	23	2	0,000
Entrecampos	11		0,000
Estação Stª. Apolónia	16	2	0,000
Estádio da Luz	11	3	0,019
Expo/98	26		0,000
Instituto Superior Técnico	25		0,000
Monsanto	19	2	0,000
Mosteiro Jerónimos	8		0,005
Parque Eduardo VII	18	2	0,000
Ponte 25 Abril	18	6	0,003
Ponte Vasco da Gama	9	1	0,007
Pr. Duque Saldanha	18		0,000
Pr. Espanha	7		0,006
Pr. Figueira	9	1	0,007
Rato	12		0,000
Restauradores	9		0,001
Rio Tejo	12		0,000
Rossio	16	3	0,001
Rotunda Marquês Pombal	29	6	0,000
Rua Alecrim	7		0,012
Rua Joaquim Augusto Aguiar	8		0,005
Sete Rios	7		0,012
Terreiro Paço	22	3	0,000
Torre Belém	11		0,000

2ª Hipótese: A imagem pública dos indivíduos integrados aponta para uma representação holística da cidade de Lisboa, enquanto os indivíduos excluídos apresentam uma imagem mais egocêntrica.

- O G1 apresenta os seguintes resultados:

a) Não apresenta diferenças significativas quanto aos elementos representados no quadro 9.

Quadro 9 - Elementos sem diferenças significativas dentro do G1

Elementos	Frequência	Qui-quad.
2ª circular	17	0,343
Aeroporto	16	0,206
Amoreiras	20	1,000
Av. Almirante Reis	23	0,343
Av. Fontes Pereira Melo	23	0,343
Av. República	25	0,114
Bairro Alto	14	0,058
Cais Sodré	14	0,058
Campo Grande	18	0,527
Castelo S. Jorge	18	0,527
Delimitação	23	0,343
Estação Stª. Apolónia	16	0,206
Expo/98	26	0,058
Instituto Superior Técnico	25	0,114
Monsanto	19	0,752
Parque Eduardo VII	18	0,527
Ponte 25 Abril	18	0,527
Pr. Duque Saldanha	18	0,527
Rossio	16	0,206
Terreiro Paço	22	0,527

Os elementos constantes do quadro 9 aparecem como os mais comuns para o G1, sendo representados por um total que varia entre 14 e 26 sujeitos.

b) Apresenta diferenças significativas relativamente aos elementos representados no quadro 10.

Quadro 10 - Elementos com diferenças significativas dentro do G1

Elementos	Frequência	Qui-quad.
Alameda Afonso Henriques	8	0,000
Alcântara	12	0,011
Areeiro	7	0,000
Assembleia da República	6	0,000
Av. 24 de Julho	10	0,002
Av. Brasil	7	0,000
Av. Liberdade	28	0,011
Belém	10	0,002
Benfica	9	0,001
Baixa Pombalina	33	0,000
Campo Pequeno	10	0,002
Centro Comercial Colombo	7	0,000
Chelas	7	0,000
Entrecampos	11	0,004
Estádio Luz	11	0,004
Mosteiro Jerónimos	8	0,000
Pr. Espanha	7	0,000
Pr. Figueira	9	0,001
Ponte Vasco Gama	9	0,001
Rua Alecrim	7	0,000
Rua Joaquim Augusto Aguiar	8	0,000
Rato	12	0,011
Restauradores	9	0,001
Rotunda Marquês Pombal	29	0,004
Torre Belém	11	0,004
Rio Tejo	12	0,011
Sete Rios	7	0,000

Entre o conjunto dos elementos com diferenças significativas há 3 elementos que se destacam significativamente: **Baixa Pombalina**, **Rotunda do Marquês de Pombal** e **Av. da Liberdade**, sendo representados pela maioria dos sujeitos, ou seja por 70% - 83% dos sujeitos.

Para os restantes elementos o nível de significância articulado com a frequência observada indicam-nos que não são elementos importantes para a imagem de grupo pois apenas foram representados por 15% - 30% dos sujeitos.

Podemos então considerar que é a partir de uma representação de, pelo menos, 30% dos sujeitos que um elemento apresenta níveis significativos dentro do grupo.

- Dentro do **G2**, e porque todos os elementos apresentam frequências muito baixas, sendo o mesmo elemento representado no máximo por 15% dos sujeitos, não se verificam elementos com nível de significância que permitam falar em elementos

comuns aos grupo, donde não podemos considerar uma imagem pública ou de grupo para estes indivíduos.

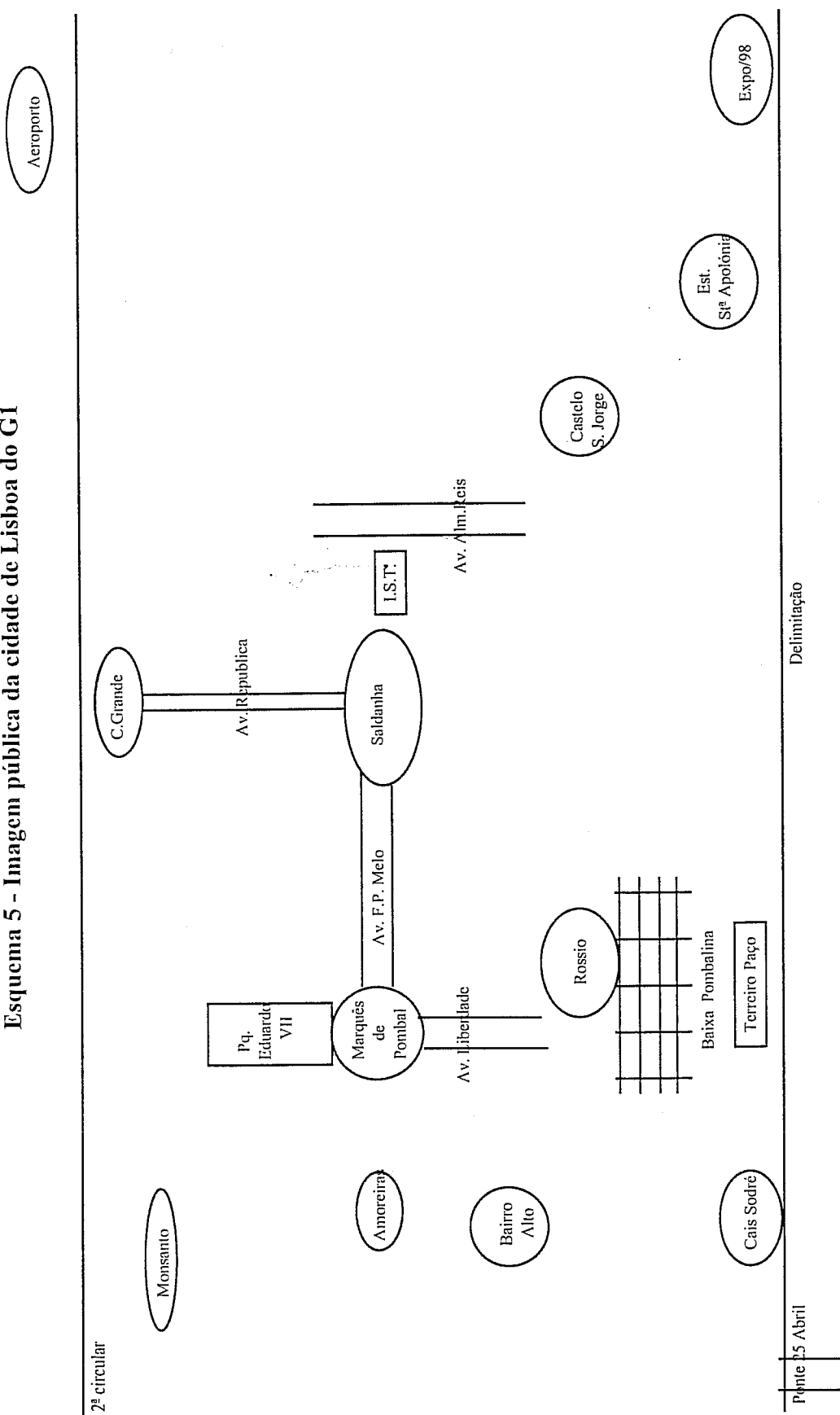
A hipótese 2 é, assim, parcialmente confirmada.

Apenas para os indivíduos integrados podemos falar em imagem pública que, sendo constituída por elementos históricos da cidade de Lisboa, remete para a identidade da própria cidade, logo há uma representação holística da cidade. Esta imagem, constituída por 23 elementos, apresenta-se no esquema 5.

A predominância de elementos indiossincráticos nos mapas dos indivíduos excluídos não nos permitem observar uma imagem de grupo.

Polarização Social, Representação Espacial e Identidade da cidade de Lisboa

Esquema 5 - Imagem pública da cidade de Lisboa do G1



3ª Hipótese: Os indivíduos integrados apresentam uma identidade urbana mais positiva que os indivíduos excluídos relativamente à cidade de Lisboa.

A análise das medianas dos item da escala de identidade permite-nos constatar que para a grande maioria dos item (80%) não há diferenças significativas, situando-se estas diferenças apenas os item nº.s 2 - 10 - 16 - 18 (quadro 11), que pertencem às sub-escalas da continuidade, imagem externa, envolvimento e familiaridade, respectivamente.

Quadro 11 - Comparação dos valores da mediana referentes à escala de identidade

Item	G1	G2	Signif.
1	4	4	0,063
2	2,5	4	0,039
3	4	4,5	0,245
4	3	2	0,432
5	4	4	0,088
6	3	3	0,655
7	4	4	0,558
8	2	2	0,523
9	4	4	0,334
10	4	4	0,026
11	4	4	0,167
12	3	4	0,641
13	3,5	3,5	0,942
14	3	4	0,907
15	2	1,5	0,175
16	4	3	0,046
17	4	4	0,419
18	4	3	0,005
19	4	4	0,240
20	3	3	0,363

O item nº 2, que se refere à subescala da continuidade e mede a ligação à cidade desde a mais tenra idade até aos planos em termos futuros, o G1 apresenta um valor da mediana inferior ao G2.

Analisando as notas atribuídas pelo G1 verifica-se que 50% dos indivíduos atribuem nota 1 e 2. Estes dados articulados com a caracterização da amostra, onde se constatou que existiam indivíduos residentes em Lisboa apenas há 4 anos e considerando a população donde foi retirado este grupo (estudantes universitários), apontam para que

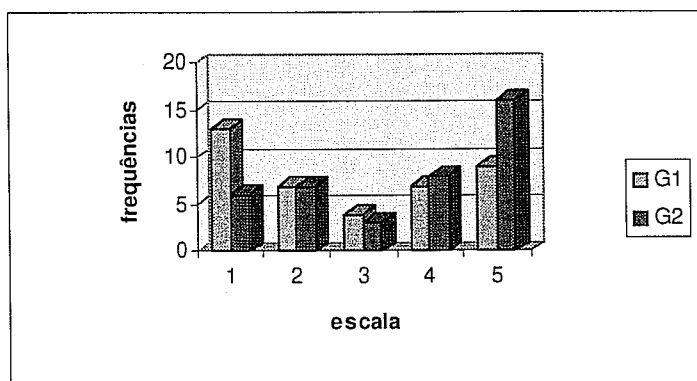
se trata de sujeitos que não são naturais de Lisboa encontrando-se aqui por motivos de estudo. Por sua vez o G2 apresenta-nos um tempo mínimo de residência em Lisboa de 10 anos, o que articulado com a faixa etária do grupo, nos retrata a vivência de parte da infância pela grande maioria dos indivíduos deste grupo.

Estes resultados são, ainda, confirmados pela polarização que o item (Gráfico 1) apresenta dentro dos dois grupos, sendo mais acentuada no G1.

Temos assim indivíduos cuja infância está muito ligada a Lisboa e outros não e a maior acentuação no G1 deve-se a existirem indivíduos que residem em Lisboa por motivos de estudo.

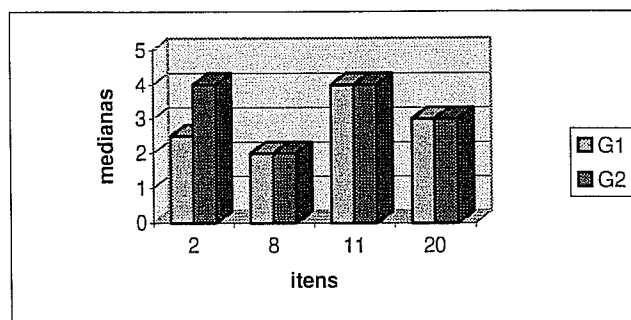
Esta ocorrência deve-se ao facto de não se ter considerado como critério de selecção da amostra a naturalidade mas o tempo de residência.

Graf. 1 - Representação gráfica do item 2



Agrupando o item 2 com os restantes que constituem a sub-escala da continuidade (2-8-11-20), os grupos não apresentam diferenças.

Gráf. 2 - Representação gráfica da subescala da continuidade

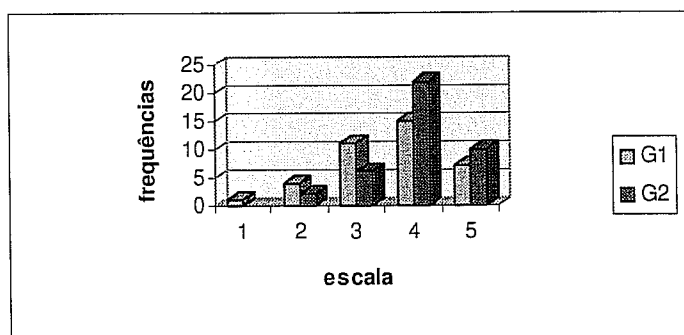


O item nº 10, que mede a imagem externa da cidade, a análise do Gráfico 3 permite-nos constatar que, apesar de, a mediana e a moda de ambos os grupos se situarem no 4, o número de indivíduos do G2 que atribui a nota 4 corresponde a 55% do grupo e as notas 4 e 5 acumulam 80% dos valores atribuídos ao item.

Do G1 o número de indivíduos que atribui nota 4 é de, aproximadamente, 38% e as notas 4 e 5 acumulam 55% dos valores atribuídos ao item.

Estando o sentimento de inveja fortemente ligado ao de rivalidade, os resultados parecem apontar para a existência de um sentimento de rivalidade por parte do G2.

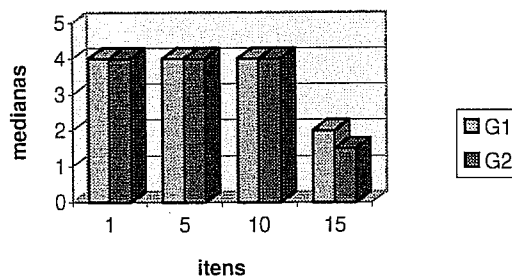
Gráf. 3 - Representação gráfica do item 10



Articulação deste item com os restantes da sub-escala da imagem externa (1-5-10-15) apontam para a primazia da cidade de Lisboa em relação ao resto do País e confirmam o sentimento de rivalidade que tal facto pode desencadear.

Os dados permitem ainda considerar que os recursos da cidade não se destinam apenas ao externo (turismo), mas são sentidos como importantes para os residentes na cidade (item 15).

Gráf. 4 - Representação gráfica da sub-escala da imagem externa

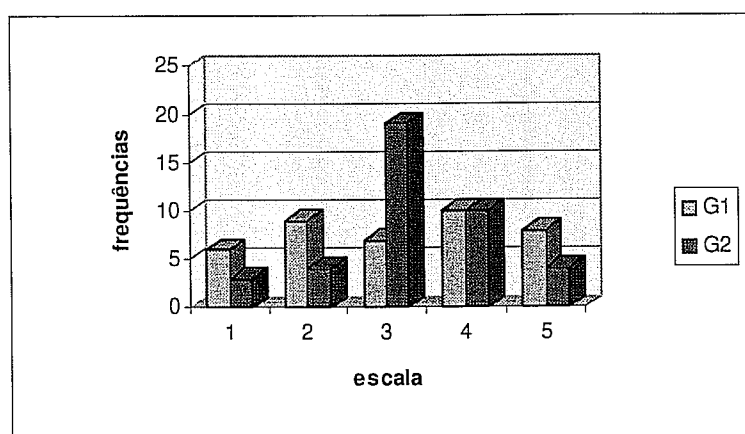


O item n.º. 16, que faz parte da sub-escala envolvimento, apresenta um valor de mediana superior para o G1. A análise do Gráfico 5 apresenta-nos o valor da moda 4 e, aproximadamente, 63% das notas situam-se entre o 3 e 5 para o G1. Para o G2 a moda situa-se no 3 e, aproximadamente, 73% das notas situam-se entre 3 e 4 (a nota 3 regista 50%).

Estes dados podem ser interpretados como significando que Lisboa faz parte do projecto de vida em termos futuros para os indivíduos do G1 e em relação ao G2 assinalam um sentimento de indiferença ou ausência de planos face ao local onde se pretendem fixar em termos futuros.

Refira-se que no momento da recolha dos dados indivíduos do G2 faziam observações como: “De preferência bem longe de Lisboa”; “Até fora da Europa de fosse possível”.

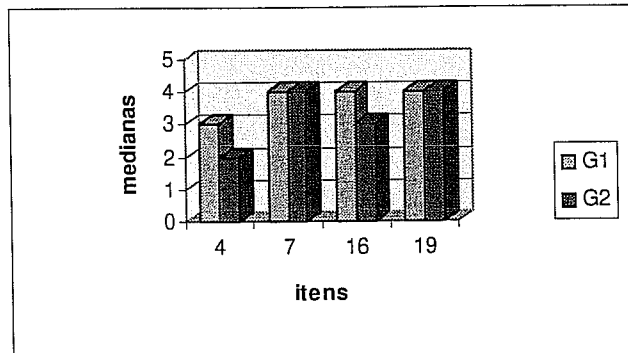
Gráf. 5 - Representação gráfica do item 16



A análise deste item com os restantes da sub-escala do envolvimento (4-7-16-19) parece querer demonstrar que para o G2 a indiferença tende a transformar-se numa atitude de desinteresse levando ao desejo de sair de Lisboa (mediana 2 do item 4).

Não obstante tal sentimento, ambos os grupos manifestam interesse pelo futuro da cidade (mediana 4 do item 7) desejando, inclusivamente, participar nesse futuro (mediana 4 do item 19).

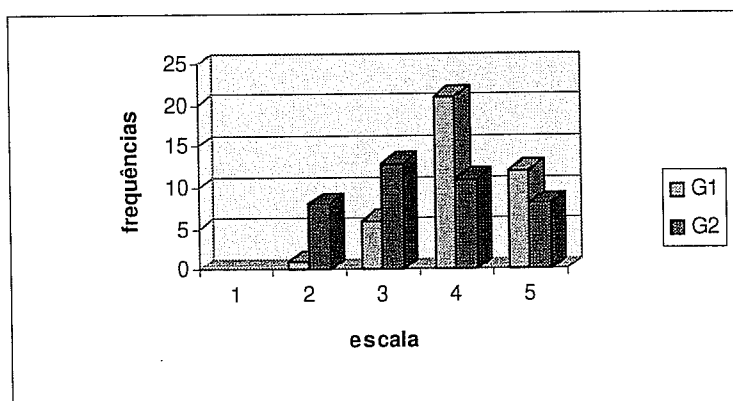
Gráf. 6 - Representação gráfica da sub-escala do envolvimento



O item 18, que ajuda a medir a familiaridade, apresenta também um valor de mediana (4) superior para o G1 o que dá conta da importância diária da cidade para este grupo. Quanto ao G2 o valor da mediana aponta para a indiferença.

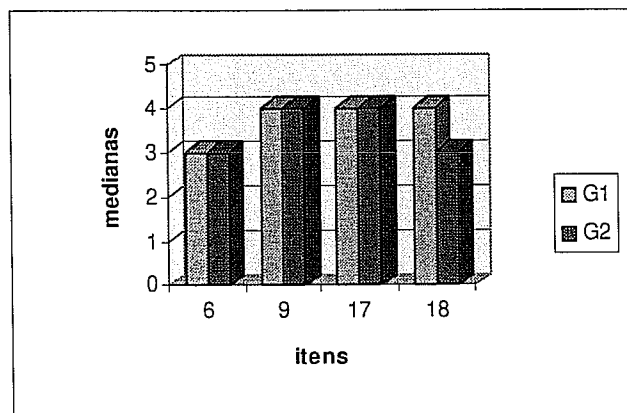
Os valores da moda (4 para o G1; 3 para o G2) e o facto de 83% das notas do G1 se situarem entre 4 e 5 e para o G2 apenas 53% , vão no mesmo sentido da mediana, ou seja acentuam a importância da cidade para o G1 e indiferença para o G2.

Graf. 7 - Representação gráfica do item 18



A articulação com os restantes item da sub-escala da familiaridade (6-9-17-18) dá-nos que a cidade de Lisboa permite uma boa orientação espacial (item 9-17). Há uma distanciação afectiva que nos permite considerar que a relação com a cidade tende a ser de tipo utilitário (item 6), nomeadamente para o G1.

Gráf. 8 - Representação gráfica da sub-escala da familiaridade



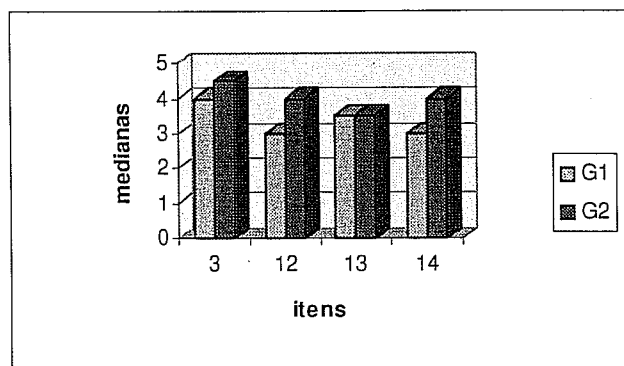
Importa também aqui referir que apesar de não se encontrarem diferenças significativas entre os grupos relativamente à sub-escala do attachment (3-12-13-14) os valores da mediana permitem-nos considerar uma maior ligação afectiva por parte do G2.

Os valores da mediana mais baixos apresentados pelo G1 aos item 12 e 14 são explicados pelos mesmos motivos da subescala da continuidade, ou seja retrata a naturalidade e local de infância dos indivíduos.

Situando-nos no item 3 e considerando que se situa aqui o valor mais elevado da mediana (4,5), agrupando notas mais elevadas para o G2 (50% dos sujeitos atribuem a nota 5), confirma-nos a maior ligação afectiva à cidade por parte deste grupo.

Torna-se aqui importante referir que no momento da recolha dos dados indivíduos do G2 faziam observações como: “*Alfacinha de gema*”, o que aponta para um sentimento de enraizamento.

Gráf. 9 - Representação gráfica da sub-escala do attachment



Os resultados da escala da identidade na sua totalidade, bem como das sub-escalas constituintes em particular, não atribuem uma identidade mais positiva para com a cidade de Lisboa ao G1. As diferenças situam-se em item isolados que remetem para maior ligação afectiva à cidade por parte do G2 e maior envolvimento no sentido de Lisboa fazer parte do projecto de vida dos indivíduos do G1.

Assim, a hipótese 3 não se confirma, ou seja ambos os indivíduos apresentam um identidade urbana positiva face à cidade de Lisboa.

4ª Hipótese: A identidade urbana está relacionada com a imagem pública dos grupos.

Na sequência da ausência de uma imagem pública por parte do G2 só foi possível analisar a associação entre os item da escala de identidade e os elementos constantes da imagem pública do G1.

Quadro 12 - Associação da identidade da cidade de Lisboa com os elementos da imagem pública no G1

Elementos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
2ª circular									0.3**											0.3**
Aeroporto																				
Amoreiras																				
Av. Almirante Reis						0.4**							0.4**							
Av. F. P. Melo		0.4**									0.4**		0.4**	0.4**		0.4**				0.4*
Av. Liberdade				0.3**										0.3**						0.5*
Av. República					-0.3*									0.4*						0.4*
Bairro Alto			0.4**										0.4*	0.5*						
Baixa Pombalina							0.4**		-0.3**											0.4*
Cais do Sodré			0.4*		-0.3**															
Campo Grande								0.3**			0.3**									0.3**
Castelo S. Jorge										0.4**										
Delimitação	0.3**				0.3**												0.4**			0.4*
Est. Stª. Apolónia		0.4**								0.5*										
Expo/98					0.3**			0.4**												
Inst. Sup. Técnico																				0.4**
Monsanto																				0.5*
Parque Eduardo VII										0.4*							0.4*			
Ponte 25 Abril								0.4**					0.4**	0.4**						
Pr. Duq. Saldanha				0.4**									0.4**							
Rossio																	0.4**			
Rot. Marquês Pombal																				
Terreiro Paço													0.4*							

* p< 5%; **p< 10%

A análise do quadro 12 permite-nos verificar que existe associação entre, praticamente, todos os item da escala e todos os elementos que constituem a imagem pública. Os item que não apresentam qualquer associação são: nº. 15 - Imagem externa- “Lisboa só é recomendável para os turistas” e o nº. 18 - familiaridade - “A cidade de Lisboa é muito

importante no meu dia-a-dia”. Os elementos da imagem pública sem associação são o Aeroporto, as Amoreiras e a Rotunda do Marquês de Pombal.

A associação do item nº. 5 - Imagem externa - “Nas outras cidades Lisboa tem prestígio” com a Av. da República e o Cais do Sodré é negativa, tal como a associação entre o item nº. 9 - Familiaridade - “Sinto-me à vontade em Lisboa” e a Baixa Pombalina.

O item nº. 13 - Attachment- “Quando passeio por Lisboa sinto que faço parte da cidade” é o que se associa a maior número de elementos (6), seguindo-se o nº. 19 - Envolvimento- “Gostaria de ter um papel activo no futuro da cidade” com associação a 5 elementos e o nº. 14 - Attachment - “Sinto que as minhas raízes me ligam a Lisboa” associa-se a 4 elementos.

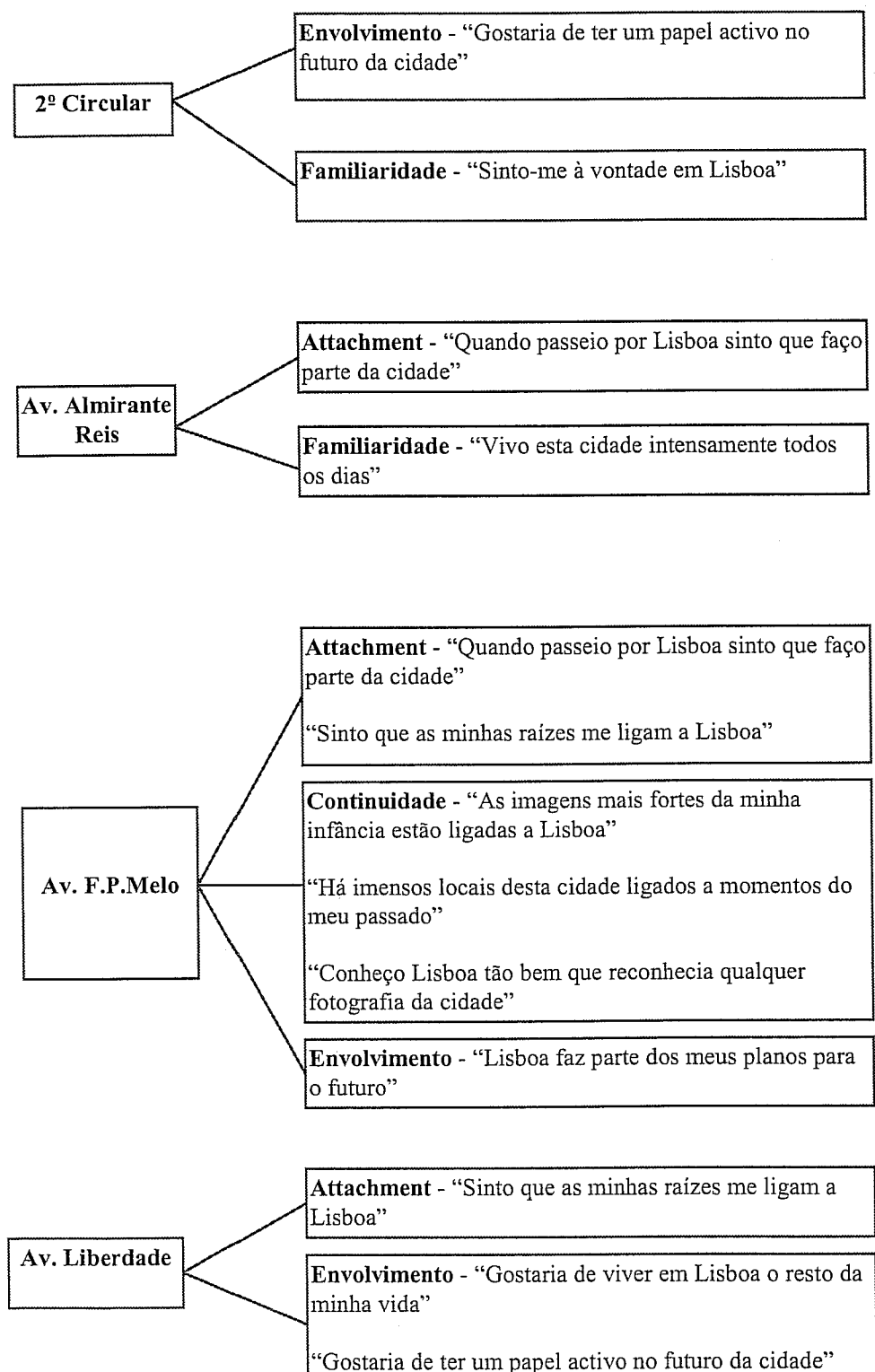
Relativamente às dimensões da identidade (quadro 13) verifica-se que o attachment está associado a 10 elementos apresentando o Bairro Alto associação a 3 item e a Av. Fontes Pereira de Melo associação a 2 item da subescala; a continuidade está associada a 7 elementos verificando-se associação da Av. Fontes Pereira de Melo e do Campo Grande a 3 item e a Ponte 25 de Abril a 2 item da subescala; o envolvimento está associado a 7 elementos com associação da Av. da Liberdade e da Baixa Pombalina a 2 item da subescala; a familiaridade está associada a 6 elementos estando cada elemento associado apenas a 1 item e a associação com a Baixa Pombalina é negativa; a imagem externa está associada a 6 elementos, associando-se a delimitação a 2 item da subescala e há duas associações negativas.

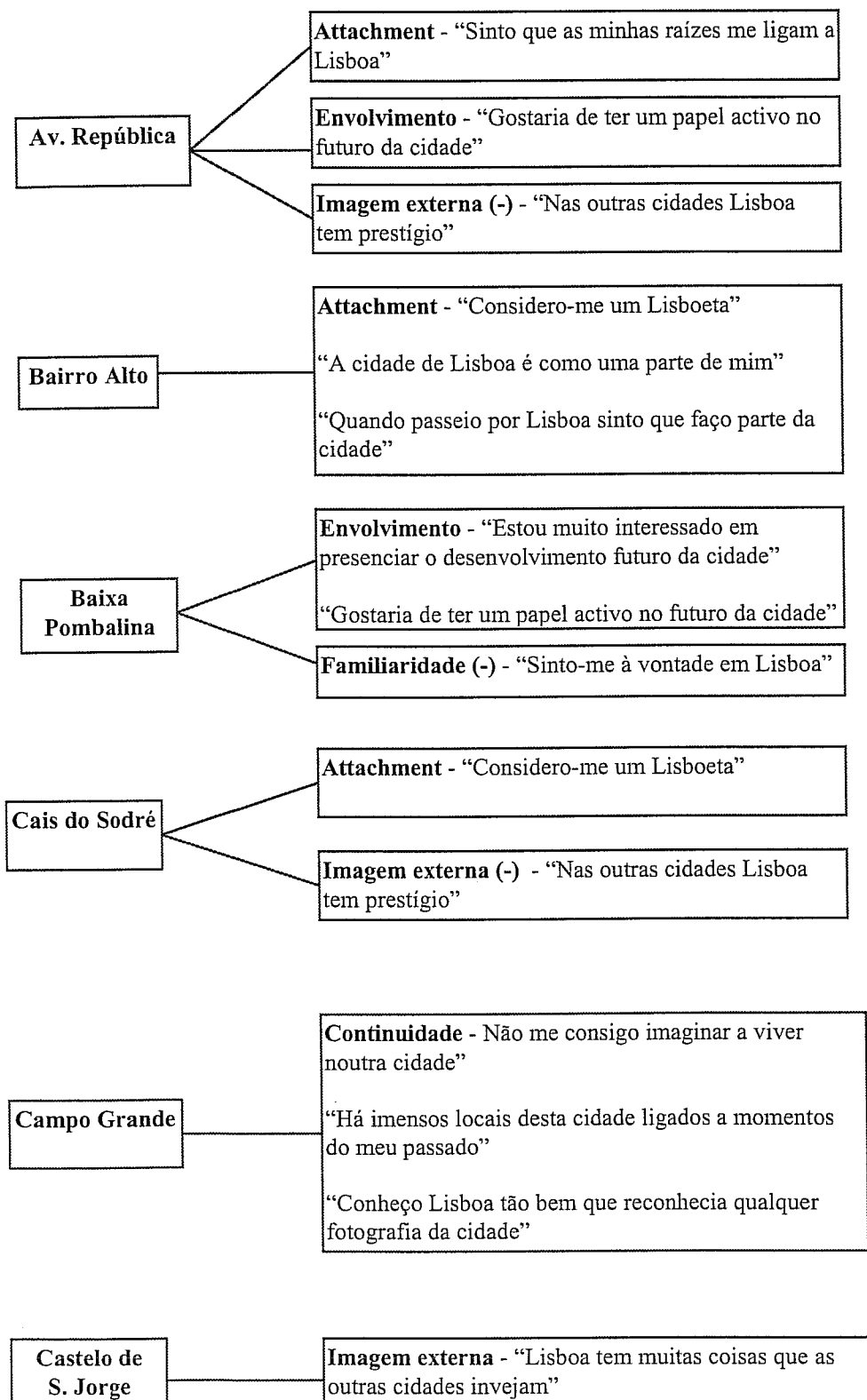
Quadro 13 - Elementos associados a cada dimensão da identidade

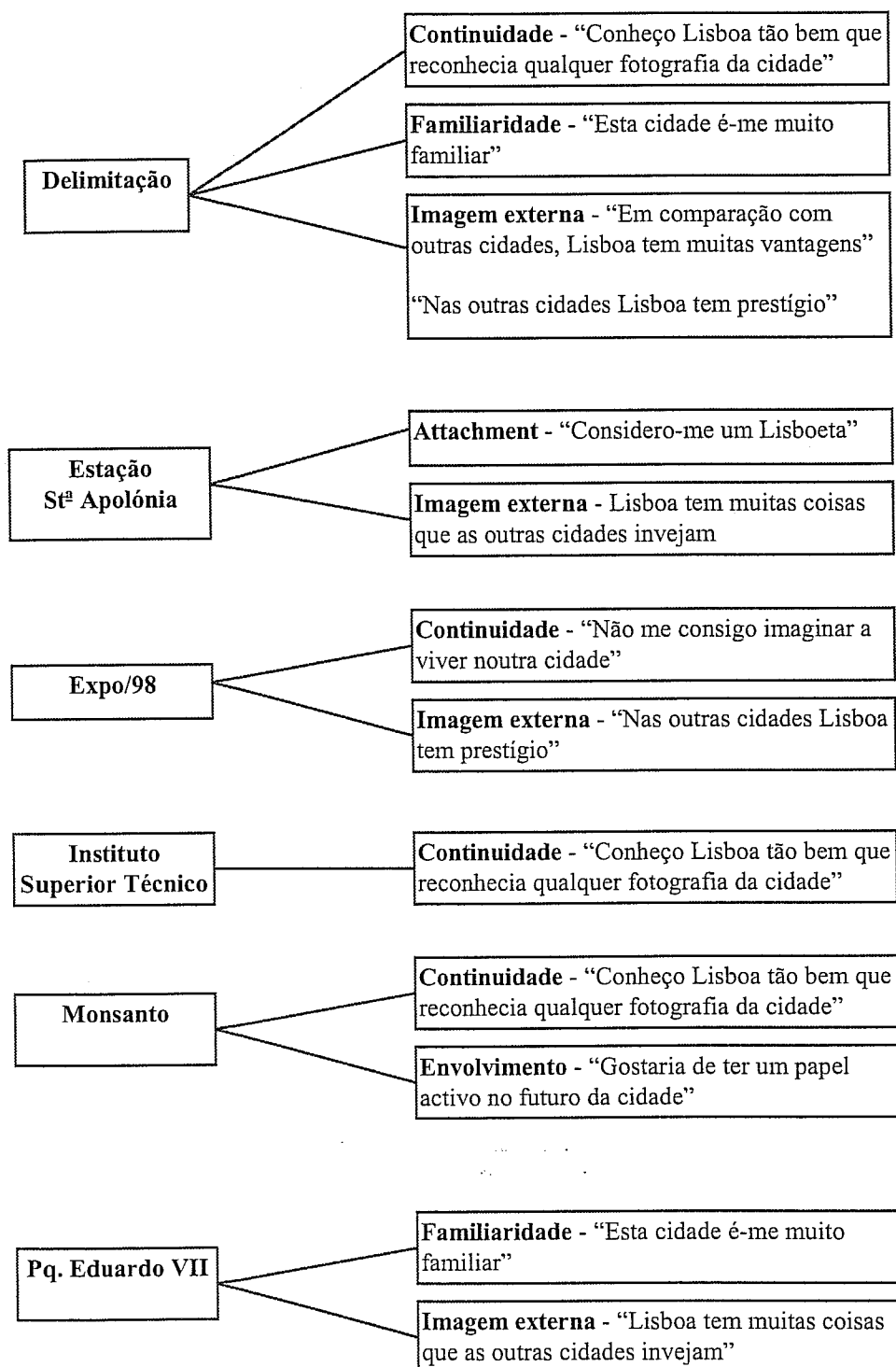
Dimensões da identidade	Elementos
<p>Attachment (10 elementos)</p>	<p>Av. Almirante Reis Av. Fontes Pereira Melo (+ +) Av. Liberdade Av. República Bairro Alto (+ + +) Cais do Sodré Estação St^a Apolónia Ponte 25 de Abril Pr. Duque Saldanha Terreiro do Paço</p>
<p>Continuidade (7 elementos)</p>	<p>Av. Fontes Pereira Melo (+ + +) Campo Grande (+ + +) Delimitação Expo/98 Instituto Superior Técnico Monsanto Ponte 25 de Abril (+ +)</p>
<p>Envolvimento (7 elementos)</p>	<p>2^a Circular Av. Fontes Pereira Melo Av. Liberdade (+ +) Av. República Baixa Pombalina (+ +) Monsanto Pr. Duque Saldanha</p>
<p>Familiaridade (6 elementos)</p>	<p>2^a Circular Av. Almirante Reis Baixa Pombalina (-) Delimitação Parque Eduardo VII Rossio</p>
<p>Imagem externa (6 elementos)</p>	<p>Av. República (-) Cais do Sodré (-) Castelo de S. Jorge Delimitação (+ +) Estação St^a Apolónia Expo/98</p>

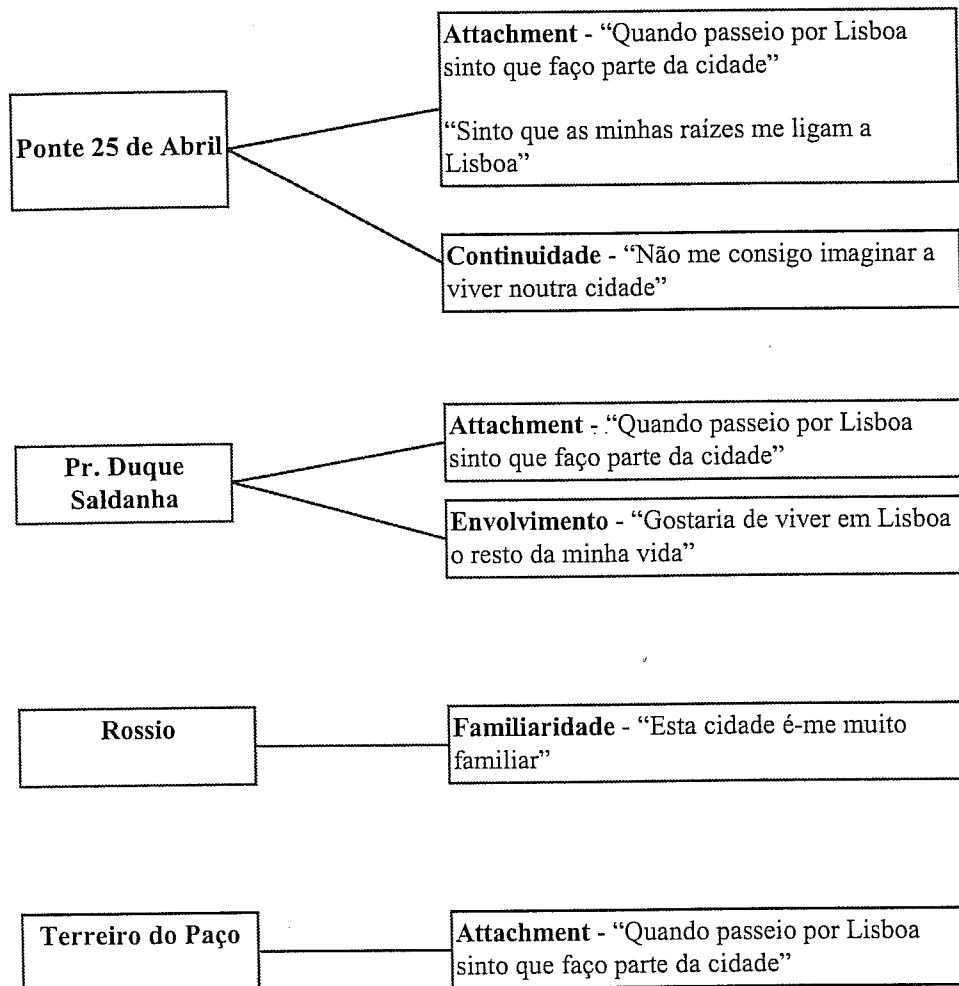
Quanto aos elementos (esquema 6) os que apresentam maior associação com os item são: a Av. Fontes Pereira de Melo que está associada a 6 item que medem o attachment, a continuidade e o envolvimento e a delimitação que está associada a 4 item que medem a continuidade, a familiaridade e a imagem externa.

Esquema 6 - Representação da associação entre elementos e item









A maior associação entre os item e os elementos situa-se nas subescalas do attachment, continuidade e envolvimento. O attachment é dado pelo Bairro Alto e pela Av. Fontes Pereira de Melo e pelos item n.ºs 13 e 14 que remetem para o enraizamento.

A continuidade é dada pela Av. Fontes Pereira de Melo, Campo Grande e Ponte 25 de Abril e pelo item n.º. 20 que remete para o reconhecimento.

O envolvimento é dado pela Av. Liberdade e pela Baixa Pombalina e pelo item nº. 19 que remete para a vontade de participar no futuro da cidade de Lisboa.

Relativamente à hipótese 4 confirmamos a existência de associação entre a identidade urbana e a imagem pública no grupo dos indivíduos integrados.

Verifica-se que as associações se dão a elementos que remetem para duas dimensões de Lisboa: Lisboa moderna representada pela Av. Fontes Pereira de Melo e Lisboa antiga representada pelo Bairro Alto, Cais do Sodré e Castelo de S. Jorge, com predominância do Bairro Alto. A 2ª circular e a Expo/98 poderão querer representar Lisboa contemporânea.

Constatámos também a grande importância do elemento “delimitação” que remete para a necessidade que os indivíduos têm de se situar espacialmente. Na relação dos indivíduos com o ambiente este mecanismo é essencial pois que, e segundo Palma de Oliveira (1986), a delimitação de um espaço permite a diferenciação e a construção de uma identidade social positiva. A delimitação da cidade aparece pois traçada a Norte e a Sul, surgindo a 2ª circular com um duplo sentido: por um lado, como delimitação; por outro lado, com sentido contemporâneo.

A análise da época histórica para que remetem os elementos situam-nos nos Séculos XVII, XVIII e XIX, períodos históricos onde se destacou a importância do ordenamento do território.

Os séculos XVII e XVIII, designado período Pombalino, constituiu uma época de revisão do sistema de relações entre o poder cívil e o poder eclesiástico com reflexos no regime institucional da Igreja portuguesa.

É um período que marca um projecto de ruptura com as políticas universais do iluminismo e institui modelos de pensar a sociedade e o Poder e de organizar a malha institucional assentes em paradigmas políticos fundados no individualismo, no contratualismo, na centralização, no legalismo (Hespanha, 1992; 1993).

Segundo Silva e Hespanha (1993), nesta época a questão da identidade portuguesa põe-se em dois momentos: um momento refere-se à incorporação de Portugal na monarquia católica e, depois, a sua separação; o outro momento, refere-se ao choque entre

“casticistas” e “estrangeirados”. Donde, o sentimento comum da inteligência portuguesa destes séculos era uma consciência da identidade marcada pelo desencanto e por um confronto com o estrangeirado.

As estratégias de reforma propostas insistiam na reforma das instituições e da educação. Acreditava-se na igualdade fundamental do género humano, decorrendo a diversidade do carácter dos povos de factos artificiais como a educação e a política. O livro é ainda, neste período, um objecto de luxo e de adorno, que só alguns possuem, podem e devem ler.

O espaço não era o mesmo para todos nem para todos os efeitos. Era objecto de estratégias como o conhecimento, levando ao desenvolvimento de cartografias que fornecem representações cada vez mais perfeitas de Portugal. Criam-se grelhas de organização e valorização espacial. A partir desta estratégia prepara-se a reforma territorial assente na ideia de que o espaço, tal como a sociedade, podem ser objecto de reformas racionais. Dá-se o advento de uma nova representação espacial marcada por desígnios utilitaristas de reordenação territorial ligada a projectos de reforma da administração e da economia.

Este discurso do conhecimento e do saber passou pelo projecto arquitectónico de reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755 entregue a arquitectos e engenheiros. A cidade de Lisboa constitui o principal projecto de ordenamento político-territorial do país, obedecendo aos novos princípios de uma organização racional e centralizadora do espaço. Aliando uma concepção de poder inculcador de formas de razão, o Marquês de Pombal assumia como benéficos todos os esforços de fixação de modelos como os das casas das ruas de uma grande cidade ou dos compêndios para o ensino universitário. Criam-se espaços geométricos e racionalizados de que são exemplos as praças e que retratam uma sociedade em mudança.

O século XIX foi marcado pelas correntes liberais que pretenderam criar uma nação de cidadãos, com os mesmos direitos e deveres, tratados de modo idêntico pelo poder político, num contexto de igualdade perante a lei. O objectivo primário era criar uma nação moderna, civilizada, à semelhança da Europa (Vaquinhas e Cascão, 1993).

Neste período destacou-se Fontes Pereira de Melo como Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Concretamente, foi considerado, na época, como “o homem mais influente de Portugal nos últimos 20 anos”, originando a corrente “Fontismo” para designar aquela que foi a actuação mais consistente de todos os governos regeneradores e como sinónimo de capacidade de realização e progresso material. Era considerado um político habilidosíssimo, grande manipulador, inteligente e frio. Foi um defensor apaixonado do desenvolvimento da rede de transportes e comunicações, que considerava como instrumento indispensável do crescimento económico e do progresso. Dedicou particular atenção à instalação de ligações telegráficas, à construção de estradas e de caminhos-de-ferro e à reparação dos portos, inaugurou o telégrafo, construiu grande número de pontes, modernizou os correios e iniciou o uso do telefone, provocando assim a “revolução nos meios de transporte”.

Estas condições de desenvolvimento da actividade económica originaram o desenvolvimento do capitalismo e da burguesia, tendo-se considerado o Séc. XIX “*O Século de Ouro da Burguesia*”.

Constituindo-se como categoria social distinta, diferenciou-se dos grupos dominantes da sociedade do Antigo Regime e dos estratos inferiores através da construção de modelos de conduta e de comportamentos específicos. Os valores desta nova classe articulam-se à volta de 3 ideias-força: 1) A importância das relações familiares (a família era a célula-base da sociedade). O que agora conta não é a linhagem mas a família enquanto projecto de aspirações. Esta valorização da família conduz a avanços na condição social da mulher, sobretudo no que respeita à sua instrução; 2) A educação e boas maneiras como sinónimo de civilidade que visavam proporcionar o prestígio e o luzimento que a aquisição de um título por si só não confere. Nesta medida, a linguagem corporal foi objecto de um discurso normativo; 3) A valorização do ócio e do lazer originou a criação de novos hábitos de sociabilidade, tornando acessível a grande parte da população divertimentos que, anteriormente, eram apenas reservados à nobreza e a uma pequena elite. Destaca-se a vulgarização de acesso às instâncias balneares que mais tarde originou o desenvolvimento de desportos náuticos, a importância do Passeio Público como lugar privilegiado de sociabilidade das classes ascendentes. O Passeio Público de Lisboa foi demolido em 1879 sucedendo-se-lhe a Av. da Liberdade liberta

da rígida estrutura anterior e que continua a servir de palco a manifestações de convivência. Esta Avenida surge com um duplo papel: a) como símbolo de uma nova ordem social; b) como elo de ligação entre Lisboa-cidade-velha e os novos bairros símbolos de uma burguesia abastada.

Nesta época Lisboa expande-se a Nordeste da Rotunda Marquês de Pombal até ao Campo Grande, criando uma divisão espacial da cidade: Lisboa antiga fica em baixo e as Av. Novas representam a modernidade.

A nova Lisboa apresenta-se como continuidade positiva de renovação pombalina mas cujo projecto urbanístico pretende enriquecer a monótona arquitectura da Baixa Pombalina. A ligação entre a Rotunda Marquês de Pombal-Saldanha-Campo Pequeno-Entrecampos assinala a ligação da cidade antiga com a cidade moderna.

O reordenamento do território inspira-se no modelo parisiense onde a linha recta surge como eixo de articulação. Este modelo caracteriza-se por ruas amplas, largas faixas de circulação, largos passeios e intensa produção arquitectónica com desejo de diferença e ordem no tratamento das fachadas (língua estética). Surgem os palacetes, de que são exemplo os situados na Av. da República, cujos frisos decorativos retratam o luxo urbano.

A Av. Almirante Reis estrutura todo o crescimento oriental.

Dá-se o advento da construção de jardins, nomeadamente o Parque Eduardo VII que inicialmente integrava o projecto “Parque da Liberdade” pensado na continuidade da Av. da Liberdade. Tal projecto não chegou a ser desenvolvido e só mais tarde foi reconstruído com a designação actual.

V - Discussão dos resultados

H1 – A diferenciação dos grupos quanto ao número de elementos e ao consenso permitem-nos considerar a influência do nível socio-económico (Aragonés, 1985) e do nível de educação (Appleyard, 1970; Golledge e Spector, 1978; Aragonés, 1985) na explicação dos resultados. O consenso ou coerência imagética foi considerado por Lynch (1960) como sendo o que está na base da formação da imagem de grupo.

H2 – A presença de uma imagem pública ou de grupo foi defendida por Lynch (1960) considerando que esta permite uma boa operacionalização dentro do ambiente, a cooperação com os companheiros de grupo e como tal interessa aos planeadores das cidades que aspiram a um modelo de ambiente que muitos indivíduos possam desfrutar. Os dados por nós encontrados (apenas os indivíduos integrados apresentam uma imagem de grupo) permitem-nos, neste sentido, considerar que a ausência de imagem pública ou de grupo por parte dos indivíduos excluídos leva-nos, por um lado, a questionar como será pensado o espaço para estes indivíduos, por outro lado e simultaneamente põe imediatamente em causa a sua participação social.

H3 – A identidade urbana positiva, quer na escala em geral quer nas várias subescalas, leva-nos a considerar que ambos os grupos encontram em Lisboa características físicas ambientais que lhes permitem o desenvolvimento da place identity (Proshansky, 1983) assente em settings ambientais compostos de realidades físicas, significados e crenças.

H4 – Para os indivíduos integrados a formação da identidade apoia-se em dois grupos de elementos: elementos que remetem para as origens da cidade e elementos associados à profissão - Engenharia Civil. Estes elementos situam-se entre o Cais do Sodré, a Expo/98 e o sentido Norte da cidade, o que dá conta do crescimento da cidade no sentido Ocidental e Oriental e a maior integração entre a Av. da Liberdade-Rotunda do Marquês de Pombal-Saldanha-Campo Grande retrata a ligação entre Lisboa antiga e Lisboa moderna.

Lisboa contemporânea, que consideramos ser inicialmente representada pelas Amoreiras, Aeroporto, Expo/98 e 2ª circular, retratando como valores o consumo, a importância dos meios e vias de transporte como forma de comunicação e contacto com

o mundo e a cultura ligada aos oceanos, surge em termos identitários apenas ligada às vias de transporte e à cultura.

Temos assim que a cidade de Lisboa é sentida, pelos indivíduos integrados, como um espaço prestigiante onde o grupo encontra o seu lugar, no qual pretendem permanecer e contribuir para a sua manutenção e desenvolvimento em termos futuros. Neste sentido, Lisboa apresenta-se como um espaço dotado de recursos que permitem a satisfação de objectivos pessoais. É na perspectiva que a cidade permite a satisfação e manutenção da identidade ligada à profissão que os indivíduos pretendem permanecer em Lisboa, ou seja, eles identificam-se com figuras que noutras épocas marcaram o espaço com obras prestigiantes, para a cidade e para o país, tal como este indivíduos gostariam de vir a fazer no futuro. É na dimensão do trabalho, que liga o passado-presente-futuro, que se desenvolve o envolvimento emocional assente em figuras identificatórias.

Os indivíduos excluídos ao desenharem um número relativamente baixo de elementos com grande dispersão, devido à predominância de elementos idiossincráticos, apresentam uma representação espacial egocêntrica.

Não há uma imagem pública ou de grupo pelo que não nos é permitido considerar quais são os elementos da cidade que permitem a constituição da identidade.

A identidade urbana, apesar de positiva, remete para uma relação de tipo narcísico pois assenta numa dimensão de análise dos recursos que desencadeia sentimentos de rivalidade (Lisboa constitui um espaço que comporta recursos mais vantajosos e prestigiantes comparativamente a outras cidades e que desencadeiam sentimentos de rivalidade).

Quando se apela ao passado apresentam um envolvimento emocional que aponta para o enraizamento e quando se situam face ao futuro desencadeia-se ambivalência: por um lado, há um desejo de permanecer em Lisboa, por outro, há um desejo de afastamento e abandono.

Verificámos assim que a cidade de Lisboa reenvia para dimensões psicológicas diferentes nos dois grupos de indivíduos. Os elementos representados pelos indivíduos

integrados realçam mais o papel da satisfação de necessidades psicológicas, sociais e culturais, enquanto os elementos idiossincráticos, que representam o local de residência ou sua proximidade, apresentados pelos indivíduos excluídos reenviam para necessidades biológicas ou de sobrevivência.

Em termos de dinâmica afectiva, e de acordo com Tuan, os indivíduos integrados apresentam uma capacidade de distanciação em relação ao lugar o que permite a apreciação das suas características atribuindo-lhe um sentido; os indivíduos excluídos apresentam um enraizamento que apela ao inconsciente do lugar e uma relação de tipo fusional.

Esta dinâmica permite aos indivíduos integrados encontrarem características que lhes proporcionam a apropriação e a satisfação dos desejos e necessidades assentes em objectos de identificação. Isto é, Lisboa apresenta-se como um ambiente securizante que permite o desenvolvimento social e um sentimento de segurança e serenidade (Altman e Low, 1992). Para os indivíduos excluídos apresenta-se com um vazio espacial e ausência de objectos de identificação que, tornando-se ameaçante, os obriga a refugiar em elementos altamente personalizados. Lisboa assume-se, no sentido de Tuan, como um lugar “topophilico” para os indivíduos integrados e “topophóbico” para os excluídos.

A constituição de lugar apresenta-se ligada à dimensão do trabalho, o que nos permite considerar que os lugares são produtos da acção humana intencional envoltos na direcção da criação de lugares (Tuan, 1974,1979). Os indivíduos integrados possuem qualificações numa área que o mercado rapidamente absorve sem necessidade de grande competição (não há ameaça de desemprego) e são originários de famílias que possuem o mínimo de rendimentos permitindo a satisfação de necessidades biológicas. Os indivíduos excluídos possuem baixas qualificações que induzem baixas perspectivas de entrada num mercado de trabalho que se apresenta com necessidades de elevadas qualificações sendo, muitas vezes, originários de famílias de fracos recursos. A satisfação de necessidades biológicas torna-se, nestes casos, fulcral.

A importância do trabalho no desenvolvimento das identidades tem sido demonstrada por vários autores como Habermas, Marx e Engels que colocam na esfera do trabalho e da troca a raiz da identidade e da “institucionalização do conhecimento recíproco” nas

sociedades modernas (Dubar, 1995). Também Weber, referindo-se à socialização comunitária (assente em sentimentos de pertença) e socialização societária (que caracteriza as sociedades actuais), considera que esta última origina a figura do “perito profissional” dotado de um monopólio legítimo e uma competência atestada, fundada na especialização do saber e na delegação da autoridade central.

Na perspectiva da construção social da identidade, Berger e Luckman referem-se a dois tipos de socialização. A socialização primária permite a incorporação de um saber de base que funciona como uma evidência e como uma reserva de categorias. Os saberes de base dependem essencialmente das relações que se estabelecem entre o mundo social da família e o universo institucional da escola. A escola assegura a legitimação de certos saberes sociais em detrimento de outros favorecendo, simultaneamente, certos tipos de famílias.

A socialização secundária refere-se à interiorização de sub-mundos institucionais especializados e à aquisição de saberes específicos e de papéis directa ou indirectamente enraizados na divisão do trabalho, ou seja, trata-se da incorporação de saberes especializados ou profissionais.

A partir da década de 70 o aumento do desemprego, que atinge principalmente a juventude “popular” nomeadamente os que deixam o sistema escolar sem formação profissional ou diploma, implica um estado de dependência dos pais. A esta situação sócio-económica articulam-se os recursos psico-afectivos de que os jovens dispõem permitindo a alguns ultrapassar a situação e a outros fecharem-se cada vez mais num isolamento (Galland, 1996). Num estudo desenvolvido por Maresca (1995), citado por Galland (1996), concluiu-se que para alguns jovens, apesar do forte sentimento de insegurança que arrasta a dificuldade de aceder ao trabalho, o sentimento de marginalização não se põe definindo-se como estando bem integrados socialmente. Este sentimento de integração aparece estreitamente ligado ao facto de poderem contar com uma “rede-de-próximos” que lhes transmitem confiança na oportunidade de entrar no mundo do trabalho.

A exclusão do trabalho põe o problema da relação social. Foucauld (1991), confrontando explorado e excluído, refere que na exclusão o problema é que não há relação social donde não há possibilidade de exploração. O excluído encontra-se

dispersado, isolado, não faz parte da troca económica. Esta perda de lugar na sociedade arrasta, rapidamente, uma perda de lugar na mudança social, donde se crie uma situação cada vez mais marginal.

Soczka (1988b) considera que a cidade como um espaço de relações intergrupos opera a discriminação social através da escola quando se juntam crianças oriundas de diferentes meios culturais. As crianças provenientes de meios sociais mais favorecidos apresentam-se em lugar de vantagem no desenvolvimento de capacidades sociais, emocionais e cognitivas o que lhes permite o sucesso escolar e social. As crianças oriundas de estratos sociais desfavorecidos apresentam deficiências nas aquisições básicas a que, muitas vezes, se juntam deficiências habitacionais, dimensão familiar, densidade intra-residencial e estilos de socialização próprios (particularmente na interação precoce mãe-criança) associados a deficiências educacionais dos pais, tornando-se factores relevantes associados a mau prognóstico escolar.

Carreteiro (1993), na linha de Sami-Ali, considera que o processo de exclusão produz uma espécie de retraimento psíquico, um empobrecimento do imaginário, uma redução ao pensamento operatório e ao banal. Não há lugar a projecto, ou seja, a uma capacidade de inscrição criadora no social. O corpo torna-se o único capital, único valor socialmente reconhecido e o refúgio da subjectividade. A esta conexão acrescentam-se os traumatismos e déficits da história familiar durante várias gerações.

Verificámos também que a constituição do lugar assenta na ligação entre passado-presente-futuro possível através de uma semiótica arquitectónica, o que lhe dá um sentido de constância perceptiva (Piaget). De facto, como já referimos, em termos psicossociais, a capacidade de leitura da lógica arquitectónica opera o processo de integração ou exclusão social. Guidicini (1971) demonstrou que a capacidade perceptiva dos assuntos e a lógica da realidade metropolitana não são acessíveis a todos. A identificação e interpretação da estrutura de fundo discrimina entre os que podem e os que não podem chegar a um laço emocional, provocando a exclusão de estratos de população. Na mesma perspectiva, Remy e Voyé (1992) demonstraram que o espaço desempenha papel de fortificação para o grupo que triunfa, ou seja o grupo que

participa da transacção social, enquanto para outro grupo o mesmo espaço constitui um handicap que o marginaliza ou exclui da transacção social.

A possibilidade de constituição de lugares aparece assim associada ao estatuto social o que nos remete para a teoria da categorização social (Tajfel, 1981). No âmbito desta teoria o estudo das relações intergrupos vem demonstrar a associação entre pertenças categoriais e condições sociais e cognitivas. Através da categorização segmenta-se o ambiente social em classes cujos elementos são considerados como equivalentes em termos de características, acções e intenções comuns. O mundo social é simplificado e estruturado na base de um processo perceptivo e de classificação de objectos físicos (assimilação entre elementos semelhantes e contraste entre elementos diferentes). Tal processo pode ter consequências dramáticas a nível perceptivo e comportamental, dando lugar a discriminações na medida em que se acompanha de enviesamentos favoráveis em relação ao grupo do qual se é membro, e uma tendência a desfavorecer os membros dos quais nos distinguimos. Este enviesamento deve-se à forte necessidade de pertença social: o envolvimento e implicação emocional face ao grupo a que se pertence conduz a um investimento na sua própria identidade. A auto-imagem encontra-se ligada à imagem do grupo e conduz à defesa de valores (Jodelet, 1996).

VI - Conclusões e considerações finais

O presente trabalho ao mesmo tempo que confirma a importância do espaço na formação das identidades apresenta-o como forma de reprodução/produção social (A. Touraine).

A identidade ambiental é explicável pela identidade social e profissional.

A identidade da cidade de Lisboa liga-se à dimensão do trabalho e à pertença social dos indivíduos apoiadas na identificação de uma multiplicidade de figuras.

Lisboa apresenta-se então com uma identidade constituída por constelações identitárias assentes nas identidades de grupo (Silvano, 1997).

Nos indivíduos integrados a identidade com a cidade liga-se a elementos que remetem para Lisboa antiga-Lisboa moderna-Lisboa contemporânea, representando desta forma um fundo de coerência que permite a estabilidade, ou seja a constância perceptiva (Piaget). Este fundo de coerência exige um difícil trabalho de auto-reflexão proveniente da multiplicidade dos modelos de identificação que a sociedade moderna coloca aos seus membros (Giddens, 1990), ou seja, na perspectiva da ecologia do desenvolvimento humano, apela à importância da integração do indivíduo no macrossistema (entendido, no sentido de Bronfenbrenner, 1979, como as correspondências, em forma de conteúdo, dos sistemas anteriores, micro-meso-exo, que existem ou poderiam existir, a nível da subcultura de grupo ou da cultura na sua totalidade, juntamente com qualquer sistema de crenças ou ideologia que sustenta estas correspondências). Através deste processo de identificação desenvolve-se um sentimento de pertença que permite auto-reconhecimento, hetero-reconhecimento e reciprocidade de reconhecimento eu-outros (Dubar, 1995).

Os indivíduos excluídos encontram um vazio espacial que os empurra para uma situação de dependência pessoal e de sobrevivência, correspondente a um espaço próximo do microsistema (padrão de actividades, papéis e relações interpessoais que o indivíduo em desenvolvimento experimenta face a determinado ambiente, com características físicas e materiais próprias). Estes indivíduos não apresentam uma imagem pública, o que nos permite considerar que também não partilham de um

sentimento de grupo. Assim, e estando as representações espaciais associadas à posição que o indivíduo ocupa na estrutura social, a ausência de uma representação espacial colectiva poderá tomar o sentido da sua própria exclusão social.

Verificámos também que à posição social (integrado vs excluído) aparecem associados níveis de qualificação escolar e profissional. Os indivíduos excluídos, com baixos níveis de qualificação, demonstram a falência do seu contacto com o sistema de ensino o que implicou a falência do contacto com as outras instituições sociais arrastando a impossibilidade de desenvolvimento pessoal, social e aquisição de autonomia. Está assim em causa a constituição do mesossistema (interrelações de dois ou mais microssistemas nos quais o indivíduo participa activamente, ex. família e escola. Forma-se ou amplia-se com a entrada do indivíduo em novos ambientes).

Por outro lado, e segundo a teoria da vulnerabilidade societal, à posição social dos indivíduos está associada a posição e história da própria família, ou seja, no sentido de Bronfenbrenner (1979) a ambientes nos quais o indivíduo não participou ou participa mas que influenciam o seu desenvolvimento (exossistema). A construção da identidade social (Berger e Luckman) aparece então ligada ao mundo da família e a escola aparece como filtro dos que podem e dos que não podem aceder à socialização secundária. A cidade operacionaliza esta discriminação social ao juntar no mesmo espaço crianças com capacidades sociais, emocionais e cognitivas diferentes (Soczka, 1988b) e que à partida lhes determinam o sucesso ou insucesso escolar e social.

Neste sentido, o mesmo espaço aparece como ambiente de desenvolvimento para os que, à semelhança dos antepassados, se apresentam com as competências sociais, cognitivas e emocionais que a sociedade actual exige e que fez questão de, ao longo do processo de crescimento pessoal, desenvolver. Para outros este espaço obstaculiza muito precocemente um processo de desenvolvimento saudável amputando-lhe, desde logo, a posterior integração social. Ou nos termos da ecologia do desenvolvimento humano, Lisboa constituiu um espaço ecológico que permite a estruturação do microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema para os provenientes de estratos sociais mais favorecidos enquanto para os provenientes de espaços sociais desfavorecidos limita o desenvolvimento a um estilo de funcionamento próprio do microssistema.

Concluimos assim que a cidade de Lisboa surge como um ambiente que estrutura as oportunidades que guiam a acção por objectivos para os indivíduos integrados (estes têm objectivos e encontram objectos espaciais identificatórios). Para os indivíduos excluídos a quem não é permitido “sonhar”, logo definir objectivos, o espaço apresenta-se vazio/não estruturante. Este ambiente está fortemente associado a forças sócio-culturais e a relação pessoa-ambiente assenta em dimensões históricas que permitem estabelecer uma continuidade ambiental a que está associada a possibilidade de integração/exclusão social. Esta dinâmica assenta num processo de comunicação espacial que, à semelhança dos testes psicológicos projectivos, induz uma dinâmica afectiva que servindo de filtro à percepção ambiental contextualiza a relação indivíduo-ambiente.

É pois da articulação entre características do ambiente, dinâmica afectiva e história pessoal e familiar de cada um que resulta a possibilidade de transformação de um espaço em lugar (Proshansky) e que produzindo uma representação mental transmite a possibilidade de integração/exclusão social.

Neste sentido, a organização espacial aparece como um decalque da organização social (Durkheim) o que nos permite considerar que de facto a forma como os indivíduos representam mentalmente a cidade reflecte um tipo de relação próprio do processo de globalização: imagem pública - integração; ausência de imagem pública - exclusão. Assim as características individuais apresentam-se mais como o resultado da experiência com as instituições sociais e demonstram uma coerência institucional espantosa (falhar numa implicou falhar nas restantes) (Walgrave, 1994).

Queremos, no entanto, salvaguardar que considerando a dimensão da amostra, os indivíduos integrados serem representados apenas por um grupo social específico (Engenheiros Civis), tal como os excluídos terem sido representados por indivíduos ligados ao sistema da justiça, os resultados e conclusões apenas respeitam ao presente trabalho.

ANEXO I

Instrumentos de recolha dos dados

A maneira como as pessoas se relacionam com uma mesma cidade é muito diversa. Neste exercício prático procuramos obter dados sobre a **sua visão pessoal da cidade de Lisboa**. Para isso, e agradecendo desde já a sua colaboração, solicitamos as seguintes tarefas.

Pedimos-lhe para, na folha em branco, desenhar um mapa de Lisboa, no qual indique todos os elementos da cidade de que se lembre. Pode incluir no seu mapa de Lisboa monumentos, praças, bairros, ruas, lojas ou qualquer elemento que lhe ocorra espontaneamente. Não se pretende que o resultado final se pareça com um mapa para os turistas, mas que reflecta a sua visão pessoal da cidade.

Pedimos-lhe ainda para à medida que vai desenhando indicar com um número a ordem por que são desenhados os diferentes elementos (o primeiro elemento deve ter um **1**, o segundo um **2** e assim por diante) e no final identifique cada um dos elementos desenhados.

Polarização Social, Representação Espacial e Identidade da cidade de Lisboa

De seguida encontrará uma série de frases acerca de Lisboa. Por favor indique o seu grau de concordância com cada uma delas, de acordo com a seguinte escala:

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo Nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

1. Em comparação com outras cidades, Lisboa tem muitas vantagens... _____
2. As imagens mais fortes da minha infância estão ligadas a Lisboa _____
3. Considero-me um Lisboeta _____
4. Gostaria de viver em Lisboa o resto da minha vida _____
5. Nas outras cidades Lisboa tem prestígio _____
6. Vivo esta cidade intensamente todos os dias _____
7. Estou muito interessado em presenciar o desenvolvimento futuro da cidade _____
8. Não me consigo imaginar a viver noutra cidade _____
9. Sinto-me à vontade em Lisboa _____
10. Lisboa tem muitas coisas que as outras cidades invejam _____
11. Há imensos locais desta cidade ligados a momentos do meu passado..... _____
12. A cidade de Lisboa é como uma parte de mim _____
13. Quando passeio por Lisboa sinto que faço parte da cidade _____
14. Sinto que as minhas raízes me ligam a Lisboa _____
15. Lisboa só é recomendável para os turistas _____
16. Lisboa faz parte dos meus planos para o futuro _____
17. Esta cidade é-me muito familiar _____
18. A cidade de Lisboa é muito importante no meu dia-a-dia _____
19. Gostaria de ter um papel activo no futuro da cidade _____
20. Conheço Lisboa tão bem que reconhecia qualquer fotografia da cidade _____

Polarização Social, Representação Espacial e Identidade da cidade de Lisboa

Finalmente solicitamos-lhe o preenchimento dos seguintes dados pessoais:

Idade:	_____ (anos)
Sexo: Masculino	<input type="checkbox"/>
Feminino	<input type="checkbox"/>
Estado Civil:	_____
Habilitações profissionais:	_____
Profissão:	_____
Local onde nasceu:	_____
Há quantos anos reside em Lisboa?	_____
Local onde espera viver daqui a 3 anos?	_____

(a) Aos indivíduos do grupo dos excluídos era ainda pedido para indicarem o tempo de reclusão e o tipo de crime de que eram acusados.

Bibliografia

- Adorno, S. (1991). **Bilan des connaissances au Brésil.** in Robert. Les politiques de prévention de la délinquance. A l'aune de la recherche. Editions L'Harmattan, Paris.
- Altman, I.; Low, S.M. (1992). **Place Attachment. Human behavior and environment: Advances in theory and research.** Vol. 12. New York and London: Plenum Press.
- Amâncio, L. (1993). **Identidade social e relações intergrupais.** in Psicologia social. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
- Arantes, A. (1997). A guerra dos lugares. in Fortuna. Cidade, cultura e globalização. Celta Editoras, Oeiras.
- Augé, M. (1992). **Non-lieux.** Seuil, Paris.
- Barata, J. Martins (1989). **Pensar Lisboa.** Livros Horizonte, Lisboa.
- Beauvois, J.L. e al (1989). **Perspectives cognitives et conduites sociales.** Editions Delval. Suiça.
- Bonnes, M. ; Secchiaroli, G. (1995). **Environmental Psychology. A psycho-social introduction.** Sage publications, Londres.
- Bovone, L. (1997). **Os novos intermediários culturais.** in Fortuna. Cidade, cultura e globalização. Celta Editoras, Oeiras.
- Broden . (1991). **Bilan des connaissances au Canada.** in Robert. Les politiques de prévention de la délinquance. A l'aune de la recherche. Editions L'Harmattan, Paris.
- Bronfenbrenner, U. (1987). **La ecologia del desarrollo humano.** Ediciones Paidós. Barcelona.
- Burillo, J.; Aragonés, J.I. (1986). **Introducción a la psicología ambiental.** Alianza Editorial. Madrid.
- Canter, (1977). **The psychology of place.** Architectural Press, London.
- Carreteiro, T.C. (1993). **Exclusion Sociale et construction de l'identité.** Paris. Editions l'Harmattan.
- Castells, Manuel (1984). **Problemas de investigação em sociologia urbana.** Editorial Presença, Lisboa, 3ª edição.

- Castro, R. (1991). **Psicologia ambiental: Intervencion y evaluacion del entorno**. Arquetipo ediciones. Andalucia.
- Castro, Paula; Sockza, Luís (1991). **Transição escolar e identidade: um estudo com as crianças da Musgueira Sul**. Revista de Psicologia, VIII, 1: 57-78.
- Clerc, Denis (1991). **La mal-vie des jeunes**. II Conferência Internacional sobre Segurança, Drogas e a Prevenção da Delinquência em meio urbano. Paris
- Comissão das Comunidades Europeias (1992). **Para uma Europa das Solidariedades**. Bruxelas.
- Chermayeff et al. (1963). **Community and privacy: towards a new architecture of humanism**. Penguin, Harmondsworth.
- Coonor, J. ; Wynne, D. (1997). **Das marges para o centro**. in Fortuna. Cidade, cultura e globalização. Celta Editoras, Oeiras.
- Conselho Económico e Social (1997). **A política das cidades**. Série Estudos e Documentos. Lisboa.
- Craik, et al. (1970). **Environmental psychology**. Holt, Rinehart & Winston, New York.
- Donne, Marcella Delle (1979). **Teorias sobre a cidade**. Edições 70. Lisboa.
- Downs, R; Stea, D. (1973). **Image and Environmental**. Chicago: Aldine P. Company.
- Dubar, Claude (1995). **La socialisation. Construction des identités sociales & professionnelles**. Armand Colin Editeur. Paris.
- Erickson, E. (1950). **Infância e sociedade**. Artes Médicas, Porto Alegre.
- Espinosa et al (1991). **Condicionantes personales y físicos sobre la representacion del ambiente**. In Castro. Psicologia ambiental: Intervencion y evaluacion del entorno. Arquetipo ediciones. Andalucia.
- Eysenck, M. ; Keane, M. (1994). **Psicologia Cognitiva**. Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- Fernandes, J. (1989). **Lisboa, Arquitectura & património**. Livros Horizonte, Lisboa.
- Ferreira, M.Amparo; Lima, M. Luisa (1996). **Familiaridade e conhecimento espacial da cidade de Lisboa**. Comunicação apresentada no IV Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

- Ferreira, Victor Matias (1997). **Lisboa, a metrópole e o rio**. Editorial Bizâncio. Lisboa.
- Firchow, T. (1992). **La prévention de la délinquance juvénile en milieu urbain: justice et politique de la ville**. Revue Droit e Société, nº. 22.
- Fischer, G.N. (1989). **Psychologie des espaces de travail**. Armand Colin, Paris.
- Fischer, G.N. (1992). **Psicologia social do ambiente**. Instituto Piaget. Lisboa.
- Fischer, G.N. (1992). **A dinâmica social. Violência, poder e mudança**. Planeta editora/ISPA.
- Fortuna, Carlos (1997). **Cidade, cultura e globalização**. Celta Editoras, Oeiras.
- Foucauld, J.B. (1991). **Lutter contre l'exclusion en conjuguant les solutions**. II Conferência Internacional sobre Segurança, Drogas e a Prevenção da Delinquência em meio urbano. Paris.
- Galland, O. (1996). **Les jeunes et l'exclusion**. in Paugam, L'exclusion l'état des savoirs. Éditions la découverte, Paris.
- Giddens, A. (1990). **As consequências da modernidade**. Celta Editora, Oeiras.
- Goffman, E. (1959). **A apresentação do eu na vida de todos os dias**. Relógio d'Água Editores. Lisboa.
- Goffman, E. (1971). **Relaciones en público**. Alianza Universidad. Madrid.
- Goitia, F. (1982). **Breve história do urbanismo**. Editorial Presença, Lisboa.
- Grafmeyer, Yves (1994). **Sociologia urbana**. Publicações Europa-América. Lisboa.
- Grafmeyer, Yves (1996). **La ségrégation spatiale**. in Paugam, L'exclusion l'état des savoirs. Éditions la découverte, Paris.
- Grinberg, L. ; Grinberg, R. (1976). **Identidade e mudança**. Climepsi Editores, Lisboa.
- Hall, E.T. (1959). **A linguagem silenciosa**. Relógio D'Água Editores. Lisboa.
- Hall, E.T. (1966). **A dimensão oculta**. Relógio D'Água Editores. Lisboa.
- Hart, R.; Moore, G. (1973). **The development of spatial cognition: a review**. In Downs e Stea. Image and Environmental. Chicago: Aldine P. Company.
- Heitor, Teresa (1996). **A vulnerabilidade do espaço em Chelas - uma abordagem sintática**. Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico.

- Hillier, B. (1996). **Space is the machine**. Cambridge University Press. Cambridge.
- Hirschi, T. (1969). **Causes of delinquency**. University California Press, Berkeley.
- Hollands, R. (1997). **As identidades juvenis e a cidade**. in Fortuna. Cidade, cultura e globalização. Celta Editoras, Oeiras.
- Jodelet, D. (1996). **Les processus psycho-sociaux de l'exclusion**. in Paugam, L'exclusion l'état des savoirs. Éditions la découverte, Paris.
- Kandinsky, W. (1991). **Do espiritual na arte**. Publicações D. Quixote, Lisboa.
- Krupat, E. (1983). **A place for place identity**. Journal of Environmental Psychology, 3; 343-344.
- Lalli, M. (1988). **Urban identity**. In D.Canter, J. Jesuíno, L. Soczka & G.M. Sterphenson (Eds). Environmental Social Psychology (pp. 303-311). Dordrecht: Kluwer.
- Lalli, M. (1992). **Urban-related identity: theory, mesurement, and empirical finding**. Journal of Environmental psychology, 12, 285-303.
- Lauwe, P.H. Chombart (1965). **Des hommes et des villes**. Payot, Paris.
- Lefebvre, H. (1991). **Les illusions de la modernité**. II Conferência Internacional sobre Segurança, Drogas e a Prevenção da Delinquência em meio urbano. Paris.
- Lévy, J.C. (1991). **Concentration urbaine et désert rural**. II Conferência Internacional sobre Segurança, Drogas e a Prevenção da Delinquência em meio urbano. Paris.
- Lianzu, C. (1991). **Le lieu des toutes les factures**. II Conferência Internacional sobre Segurança, Drogas e a Prevenção da Delinquência em meio urbano. Paris.
- Lopes, Albino (1991). **Approche culturelle des coopératives de production au Portugal: caractérisation, atouts e faiblesses du modèle**. Louvain-La-Neuve, Bélgica.
- Lynch, K. (1960). **A imagem da cidade**. Edições 70, Lisboa.
- Mácia, M. ; Huici, C. (1986). **Apreciacion subjectiva del paisaje: un ejemplo de utilizacion de la rejilla de Kelly**. In Burillo e Aragonés. Introducción a la psicologia ambiental. Alianza Editorial. Madrid.
- Mattoso, José (1993). **História de Portugal**. Círculo de Leitores, Lisboa.

- Mayol, P. (1991). **Exclusion: brève histoire d'un mot**. II Conferência Internacional sobre Segurança, Drogas e a Prevenção da Delinquência em meio urbano. Paris.
- Milgram, S. ; Jodelet, D. (1976). **A Psychological map of Paris**. in Proshansky; Ittelson; Rivlin. *Environmental Psychology: People and their Physical Settings*. Rinehart & Winston, Holt, N.York.
- Milgram, S. (1977). **A Psychological map of New York city**. Current trends in Psychology. Readings from American Scientist. Los Altos, ca: William Kaufmann.
- Nova Enciclopédia Larousse**. (1998). Círculo de Leitores. Lisboa.
- Moita, V. (1985). **Identidade, identificação e delinquência: contributos para uma compreensão psicológica e clínica da agressão e do comportamento delinquente**. Revista Infância e Juventude, nº. 2, Instituto de Reinserção Social, Lisboa.
- Mosconi et al. (1991). **Bilan des connaissances en Italie**. in Robert. Les politiques de prévention de la délinquance. A l'aune de la recherche. Editions L'Harmattan, Paris.
- Moscovici, S. (1984). **Psychologie sociale**. Presses Universitaires de France. Paris.
- Newman, O. (1972). **Defensible space**. Press Architectural, Londres.
- Nuttal, C. ; Shapland, J. (1991). **Bilan des connaissances au Royaume-Uni**. in Robert. Les politiques de prévention de la délinquance. A l'aune de la recherche. Editions L'Harmattan, Paris.
- Oliveira, J.M. Palma (1986a). **Psicologia social do meio ambiente**. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.
- Oliveira, J.M. Palma (1986b). **Conflito intergrupar e estimativa das distâncias: uma experiência natural**. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.
- Oliveira, J.M. Palma (s.d.). **Por uma visão sócio-cognitiva da psicologia ambiental**. Não publicado.
- Oliviero, P. (1987). **De la Theorie des construits personnels de Kelly a la pratique de la "Repertory Grid"**, Cahiers de Psychologie Sociale, nº. 34, p. 19-37
- Passet, R. (1991). **Exclusion sociale et faillite du sens**. II Conferência Internacional sobre Segurança, Drogas e a Prevenção da Delinquência em meio urbano. Paris.

- Paugam, S. (1991). **La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté.** PUF, Paris.
- Paugam, S. (1996). **L'exclusion l'état des savoirs.** Éditions la découverte, Paris.
- Pereira, M. (1987). **Em defesa da Arquitectura: a cidade e o arquitecto.** in A cidade em Portugal: onde se vive. Revista Povos e culturas, nº. 2. Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Proshansky, H.M.; Ittelson, W.H.; Rivlin, L.F. (1976). **Environmental Psychology: People and their Physical Settings.** Rinehart & Winston, Holt, N.York.
- Proshansky, H.M.; Fabian, A.K.; Kaminoff, R.D. (1983). **Place identity: Physical world socialization of the self.** Journal of environmental psychology, 3 (1), pp. 57-83.
- Queloz, N. (1994). **Fenómenos de dissociação do laço social, comportamentos desviantes dos jovens e intervenções sociais.** Revista Infância e Juventude. nº. 4/94.
- Rapoport, A. (1978). **Aspectos humanos de la forma humana. Hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseno de la forma urbana.** Gustavo Gili, Barcelona.
- Remy, J. ; Voyé, L. (1992). **A cidade: rumo a uma nova definição?** Edições Afrontamento, Lisboa.
- Reto, Luís (1991). **Leadership en situation égalitaire: le cas des ccooperatives de production au Portugal.** Lovain-La-Neuve, Bélgica.
- Robert, P. (1991). **Les politiques de prévention de la délinquance. A l'aune de la recherche.** Editions L'Harmattan, Paris.
- Robert, P. ; Renouard, J. (1991). **Bilan des connaissances en France.** in Robert. Les politiques de prévention de la délinquance. A l'aune de la recherche. Editions L'Harmattan, Paris.
- Ruiz, B. ; Valinas, M. (1986). **Metodos de investigacion de mapas cognitivos.** In Burillo e Aragonés. Introducción a la psicologia ambiental. Alianza Editorial. Madrid.
- Saegert e Winkel (1990). **Environmental psychology.** Annual Review of Psychology, 41, p. 441-477.
- Sagel-Grande, Irene (1995). **À procura de uma idade.** Revista Infância e Juventude. Instituto de Reinserção Social, Lisboa.

- Sagel-Grande, Irene (1995). **Pena e recompensa, a socialização e as penas tendo como exemplo a «Casa dos Cursos» Holandesa.** Revista Infância e Juventude. Instituto de Reinserção Social. Lisboa.
- Sagel-Grande, Irene (1995). **O sistema de sanções penais dos menores nos Países Baixos: sobre quatro vias para o futuro.** Revista Infância e Juventude. Instituto de Reinserção Social. Lisboa.
- Salinas i clomer (1991). **Bilan des connaissances en Espagne.** in Robert. Les politiques de prévention de la délinquance. A l'aune de la recherche. Editions L'Harmattan, Paris.
- Saraiva, A. (1994). **A cultura em Portugal.** Gradiva Publicações, Lisboa.
- Santos, Boaventura S. (1996). **A queda do Angelus Novus.** Revista critica de ciências sociais. nº. 45.
- Sarnecki, J. (1991). **Bilan des connaissances en Scandinavie.** in Robert. Les politiques de prévention de la délinquance. A l'aune de la recherche. Editions L'Harmattan, Paris.
- Schapperd, D. (1996). **Intégration et exclusion das les sociétés modernes.** in Paugam. L'exclusion l'état des savoirs. Éditions la découverte, Paris.
- Silvano, Filomena (1997). **Territórios de identidade.** Celta editora, Oeiras.
- Sime, J.D. (1986). **Creting places or designing spaces?** Journal of Environmental psychology, 6 (1), pp. 49-63.
- Simmel, G. (1903). **A metrópole e a vida do espírito.** in Fortuna. Cidade, cultura e globalização. Celta Editoras, Oeiras.
- Skogan, W. (1991). **Bilan des connaissances au États-Unis.** in Robert. Les politiques de prévention de la délinquance. A l'aune de la recherche. Editions L'Harmattan, Paris.
- Soczka, Luís. (1985). **Espaço urbano e comportamentos agressivos - da etologia à psicologia ambiental.** Revista Infância e Juventude. Instituto de Reinserção Social. Lisboa.
- Soczka, Luís (1988a). **Representações sociais, relações intergrupos e identidades profissionais dos psicólogos.** Revista de Psicologia, VI, 2: 253-275, Associação Portuguesa de Psicologia, Lisboa.

- Soczka, Luís (1988b). **Ecologia social do risco psicológico em meio urbano**. Revista de Psicologia, VI, 3: 307-346. Associação Portuguesa de Psicologia, Lisboa.
- Soczka, Luís (1989). **A perspectiva ecológica em psicologia**. Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa.
- Soczka, L. (1993). **Para uma perspectiva ecológica em psicologia**. in Psicologia social. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
- Stokols, D. Altman, I. (1987). **Handbook of environmental psychology**. Wiley. New York.
- Straeten, P.V. et Van der Noot, D. (1997). **La délinquance urbaine dans l'arrondissement judiciaire de Bruxelles: évolution récente d'une hydre insaisissable. Les divers réactions du parquet**. Revue de Droit Pénal e de Criminologie. Nº. 3.
- Tajfel, H. (1981). **Grupos humanos e categorias sociais**. Livros Horizonte, Lisboa.
- Thornberg, J. Muntañola (1986). **Psicologia y arquitectura: Notas breves**. In, Introducción a la psicología ambiental, cap. 2, Alianza Editorial, Madrid.
- Tomkiewicz, S. (1980). **Adaptar, marginalizar ou deixar crescer**. A Regra do Jogo. Lisboa.
- Torres, J. (1991). **La seguridad en Barcelona: balance y perspectivas**. Revista Previsión, nº. 6.
- Tuan, Y.F. (1979). **Landscaps of fear**. Pantheon, New York.
- Tuan, Y.F. (1980). **Rootedness versus sense of place**. in Landscape, 24, p. 3-8.
- Vala, Jorge (1981). **Grupos sociais e representação social da violência**. Revista de Psicologia, II, 4: 329-342.
- Van Dijk, J. (1991). **Bilan des connaissances au Pays-Bas**. in Robert. Les politiques de prévention de la délinquance. A l'aune de la recherche. Editions L'Harmattan, Paris.
- Vera Jardim, M.A. (1988). **A prestação de trabalho a favor da comunidade**. Livraria Almedina. Coimbra.
- Walgrave, L. (1994). **Prevenção criminológica na cidade**. Revista Infância e Juventude, nº. 4/94, Instituto de Reinserção Social, Lisboa.

Wicker, A. (1987). **Behavioral Settings reconsidered: temporal stages, resources, internal dynamics, context.** In Stokols and Altman, Handbook of environmental psychology. Wiley. New York.

Wirth, L. (1938). **O urbanismo como modo de vida.** in Fortuna. Cidade, cultura e globalização. Celta Editoras, Oeiras.

Resumo

O aumento de desemprego a partir da década de 70 tem vindo a arrastar indivíduos para situações de precaridade de vida originando o desenvolvimento da noção de exclusão social.

Esta situação tem sido explicada como consequência do processo de globalização que implica alterações no tecido sócio-económico, cultural e político. Tais alterações provocam dois importantes impactos: redefinição da identidade urbana; polarização social com a consequente polarização urbana.

A redefinição da identidade urbana prende-se com a mudança do sector produtivo secundário para o terciário, o que se reflecte na identidade dos indivíduos, pois a nossa identidade está fortemente vinculada aos ambientes que nos rodeiam.

Na óptica da psicologia ambiental considera-se que o processo pelo qual a pessoa se define a si própria na sociedade estende-se à importância desempenhada pelos objectos e significados inerentes aos espaços e lugares que definem a existência diária de cada ser humano. Os settings desempenham, simultaneamente, um papel relevante na satisfação das necessidades biológicas, sociais e culturais da pessoa, e são pontos de referência significativos no processo de definição da identidade. Apela-se ao passado do indivíduo, que consiste em lugares, espaços e nas suas propriedades que serviram instrumentalmente a satisfação destas necessidades e que ocupam um lugar central nas cognições ligadas ao ambiente físico actual (Proshansky, 1983).

Com a polarização social desenvolvem-se duas noções: integração e exclusão. À integração estão associados elevados níveis de qualificação académica e ascensão social; à exclusão associam-se baixos níveis de qualificação, desemprego e pobreza.

Alguns autores têm vindo alertar para o facto de o processo de exclusão por em causa o sentimento de pertença (Queiroz, in Paugam, 1996) e que através do espaço a sociedade transmite um sentimento de pertença grupal, que apoiando-se numa dimensão histórica

transporta o indivíduo para lá de si próprio, reactivando memórias colectivas do passado, consciência crítica do presente e premissa operatória para o futuro (Carreteiro, 1993).

Neste contexto deparámo-nos com o seguinte problema: se por um lado há uma cidade global que implica uma polarização social e urbana, logo decide sobre os espaços que as pessoas vão ocupar, e por outro lado há uma psicologia do ambiente que considera que nós temos necessidade de influenciar e dominar um ambiente, reflectindo as nossas imagens mentais a relação que estabelecemos com esse ambiente, então a forma como indivíduos considerados integrados e indivíduos considerados excluídos representam mentalmente a cidade de Lisboa há-de reflectir as implicações espaciais da globalização.

Na explicação deste problema a escola de Chicago desenvolveu um sistematizado estudo sobre a cidade apresentando uma análise em duas perspectivas: 1) considera-se a cidade como tendo uma cultura própria que se reflecte no comportamento e dinâmica afectiva dos indivíduos; 2) analisa-se a dinâmica de crescimento das cidades.

O centro urbano tem também sido analisado e considerado como a área que melhor caracteriza a ideologia, teoria e prática de uma cidade (Castells, 1984; Remy e Voyé, 1992). Com o processo de globalização tem-se verificado que a simbólica metropolitana poderá estar mais nas auto-estradas e espaços verdes que no centro, pelo que o papel deste como identificação da linguagem urbana desaparece e os monumentos têm de ser reinterpretados (Castells, 1984).

É, precisamente, na capacidade de reinterpretação que os indivíduos se distinguem. Os que possuem elevados níveis de qualificação decifram facilmente os novos valores sociais entrando na dinâmica social; os que possuem baixos níveis de qualificação não conseguem decifrar os novos códigos e, conseqüentemente, vêm-se envolvidos no processo de exclusão social.

Associado ao processo de exclusão social surge muitas vezes a delinquência, nomeadamente a pequena delinquência. Tal facto, levou também ao repensar da forma de actuação do sistema penal perante tais indivíduos. O sistema de justiça passa a olhar para tais casos numa perspectiva de vulnerabilidade social e desenvolve um modelo de justiça reconciliadora, apelando à comunidade.

A partir daqui surge a necessidade de trabalhar com as comunidades e desenvolvem-se vários estudos, nomeadamente sobre a forma como estas participam na reinserção social dos indivíduos envolvidos com o sistema de justiça.

A psicologia ambiental apresenta um modelo compreensivo da relação indivíduo-ambiente considerando que todos nós temos necessidade de um território (entendido como um espaço onde encontramos recursos que nos permitem a sobrevivência); que nas nossas relações interpessoais estabelecemos distâncias – espaço pessoal – que tomam a forma de comunicação; temos necessidade de intervir sobre um espaço atribuindo-lhe um sentido de posse – apropriação; da nossa relação com um espaço construímos imagens que passam a moldar futuras relações espaciais.

Temos assim um espaço (por ex. a cidade), por um lado, e indivíduos, por outro, e desta relação resulta a constituição de uma identidade urbana e a formação de uma imagem mental, pelo que no desenvolvimento deste estudo nos pautámos pelas hipóteses que se enunciam, tendo como instrumentos os mapas mentais e uma escala de identidade urbana e como amostra um grupo de indivíduos representando o pólo da integração (engenheiros civis) e um grupo de indivíduos representando o pólo da exclusão (jovens adultos ligados ao sistema da justiça).

H1 – Os indivíduos integrados e os indivíduos excluídos estabelecem uma relação diferente com a cidade de Lisboa, pelo que os elementos representados nos mapas mentais também são diferentes.

H2 – A imagem pública dos indivíduos integrados aponta para uma representação holística da cidade de Lisboa, enquanto os indivíduos excluídos apresentam uma imagem mais egocêntrica.

H3 – Os indivíduos integrados apresentam um identidade urbana mais positiva que os indivíduos excluídos relativamente à cidade de Lisboa.

H4 – A identidade urbana está associada com a imagem pública dos grupos.

A análise dos dados permitiu-nos verificar que os indivíduos integrados desenham mais elementos e apresentam maior consenso intragrupal; a moda situa-se na Baixa Pombalina e a mediana na Av. Almirante Reis, Av. Fontes Pereira de Melo e Delimitação. A

imagem pública ou de grupo é constituída por 23 elementos, destacando-se a Baixa Pombalina, a Rotunda do Marquês de Pombal e a Av. da Liberdade.

Apresentam uma identidade urbana positiva; há relação entre a identidade e os elementos dos mapas. O attachment liga-se a 10 elementos da cidade destacando-se o Bairro Alto e a Av. Fontes Pereira de Melo que remetem para o enraizamento; a continuidade liga-se a 7 elementos com destaque para a Av. Fontes Pereira de Melo, Campo Grande e Ponte 25 Abril que remetem para o reconhecimento; o envolvimento liga-se a 7 elementos com destaque para a Av. Liberdade e Baixa Pombalina que remetem para a vontade de participar no futuro da cidade.

Os indivíduos excluídos apresentaram um número relativamente baixo de elementos e grande dispersão. Os elementos são, sobretudo, idiossincráticos o que remete para uma representação espacial egocêntrica, não nos permitindo obter uma imagem de grupo. Também apresentam uma identidade urbana positiva. Contudo, a ausência de imagem pública não nos permitiu compreender em que elementos se apoia a construção da identidade urbana.

Concluimos que nos indivíduos integrados a identidade com a cidade apoia-se em elementos que remetem para Lisboa antiga-Lisboa moderna-Lisboa contemporânea, ligando-se à dimensão do trabalho e à pertença social dos indivíduos apoiadas na identificação de uma multiplicidade de figuras.

Lisboa surge como ambiente de desenvolvimento para indivíduos com elevadas competências sociais, cognitivas e emocionais, tal como outros no passado já reuniram e que a sociedade actual fez questão de desenvolver ao longo do processo de crescimento. Contrariamente os indivíduos excluídos encontram na cidade um vazio espacial que os empurra para espaços de sobrevivência, o que vem comprovar a teoria da vulnerabilidade social, obstaculizando muito precocemente o processo de desenvolvimento.

Consideramos assim que a cidade constitui um ambiente fortemente associado a forças sócio-culturais e a relação pessoa-ambiente assenta em dimensões históricas que lhes possibilitam a integração/exclusão social. A dinâmica de integração/exclusão assenta num processo de comunicação espacial que, à semelhança dos testes psicológicos

projectivos, induz uma dinâmica afectiva que servindo de filtro à percepção ambiental contextualiza a relação indivíduo-ambiente.

A imagem mental é assim o resultado da articulação entre características do ambiente, dinâmica afectiva e história pessoal e familiar de cada um, que originando a constituição de um lugar transmite a possibilidade de integração/exclusão.